

Maio 2007

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Riqueza de poucos e pobreza de muitos a maior tristeza dos Angolanos	1
1.2 Caos mais visível que benefícios sociais do crescimento económico	2
1.3 Benefício real ou um presente envenenado para os pobres?	3
1.4 Preço do pão dispara no mercado	3
1.5 Presidência mais um embuste institucional	4
1.6 A lei, o mercado, o poder de compra e o salário mínimo	5
1.7 BM financia reconstrução de Angola	6
1.8 "Nosso Super" factura mais de um milhão de kwanzas por dia	6
1.9 BPC disponibiliza créditos no valor de 70 milhões de kwanzas no Bailundo	7
1.10 Banco Mundial triplica financiamento ao País	7
2 Mercado Informal e Microfinanças	8
2.1 O projecto vai permitir multiplicação de pequenos negócios formais	8
2.2 Alerta à polícia económica	8
2.3 Trabalhadores de rua sentem-se marginalizados no 1º de Maio	9
2.4 Novo Banco "dribla" clientes?	10
2.5 Subida de preço na venda informal de água potável	10
2.6 Água esta difícil até na «fonte»	11
2.7 Quando se dorme com o Diabo	11
2.8 A «pequena» legião dos visados pelo PR	12
2.9 Governo em pé de guerra contra os barões do comércio	13
2.10 «Será lavagem de dinheiro»	13
3 Governação e Descentralização	15
3.1 Actividades de ONG deixam muito a desejar	15
3.2 Malanje tem novo plano director	15
3.3 Ondjiva acolhe seminário sobre administração do estado	15
3.4 Entidades capacitadas sobre programa de desenvolvimento	16
3.5 Recomendada criação de conselhos municipais de concertação	16
3.6 Município cumpre programa	16
3.7 Administrações devem arrecadar receitas para desenvolver os municípios	17
3.8 Virgílio Fontes Pereira defende qualificação dos recursos humanos	17
3.9 A quem prestam contas os governadores provinciais?	18
3.10 Vice-ministro da Administração do território defende democratização das instituições	19
4 Eleições e Educação Cívica	21
4.1 «Manter a data das eleições em segredo não é boa prática»	21
4.2 A lentidão do registo eleitoral. Poderá alterar eleições para 2010	22
4.3 Espectro da abstenção ganha peso	23
4.4 Eleitores não querem mais ir aos comícios	23
4.5 Chuvas prejudicam performance das brigadas de registo	24
4.6 Fiscais eleitorais queixam-se do SINFO	24
4.7 "Tentamos nos registar para obter o bilhete de identidade Angolano"	25
4.8 Políticos e sociedade civil reflectem registo eleitoral	25
4.9 Mais 90 dias para o Registo Eleitoral	26
4.10 Seminário de formação de activistas comunitários	26
5 Educação, Juventude e Criança	27
5.1 Protecção da criança analisada em "workshop"	27
5.2 Novos institutos médios dão 19.440 vagas	27
5.3 Inac promove semana nacional sobre violência contra a criança	27

5.4 OPA enquadra mais crianças na organização	28
5.5 Professores aprimoram técnicas de transmissão	28
6 Terra, Habitação e Urbanização	29
6.1 Cassoma privatiza casas do estado	29
6.2 Estradas novas: Fluidez comprometida.....	29
6.3 Governo de Capapinha agrava circulação rodoviária em Luanda.....	30
6.4 Governo não tem projecto habitacional.....	30
6.5 Comboio pode disciplinar taxistas	31
6.6 Cazenga começa a mudar de visual	32
6.7 Funcionamento da pedreira condiciona a reabilitação das estradas.....	33
6.8 Construir uma nova Luanda nas costas dos cidadãos.....	33
6.9 Governo encobre negociatas em projecto de novas cidades?.....	34
6.10 Novo fôlego no Projecto Baía	35
6.11 Reflexão sobre o problema da habitação	35
6.12 Odebrecht lança projecto residencial avaliado em USD 350 milhões.....	36
6.13 Assembleia Nacional recomenda criação urgente do Fundo de Fomento Habitacional.....	37
7 Serviços Básicos	38
7.1 Início de uma nova era ou mais uma conversa para boi dormir?.....	38
7.2 As chuvas e o Unimog do Governador Kapapinha	38
7.3 Subida de preço na venda informal de água potável	39
7.4 Luanda projecta novo plano de recolha e limpeza	40
7.5 Água esta difícil até na «fonte».....	40
7.6 Empresas são responsáveis pela falta de electricidade em Luanda	41
7.7 Encalha projecto de recolha de lixo	41
7.8 Governo da dinheiro aos estrangeiros e nega-o ao Hospital Pediatrico de Luanda.....	42
7.9 EPAL prevê construção de 1200Km de rede por dia.....	43
7.10 Governo investe USD 20 milhões numa central de tratamento de água.....	43
8 Paz e Reconciliação	45
8.1 Líder religioso apela para preservação da paz.....	45
8.2 Recolha de armamento na posse dos civis.....	45
8.3 Detenção por algumas horas do padre Congo provoca manifestação de protesto com disparos á mistura.....	46
8.4 FLEC ataca destacamento das FAA	46
8.5 O Calvário da integração dos Búfalos.....	47
8.6 Solução dos conflitos implica educar as populações	48
8.7 Violência e perseguição política ameaçam a paz	48
8.8 Métodos de resolução de conflitos serão debatidos hoje em Luanda	49
8.9 Refugiados angolanos na Zâmbia têm garantias de regresso ao país.....	49

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Riqueza de poucos e pobreza de muitos a maior tristeza dos Angolanos

Folha8...26-05-07

Afinal a corrupção é ou não endêmica no governo angolano, para ser alvo de tanta crítica nacional e internacional?

Para o bem e para o mal, talvez nos fiquemos pelas evidências.

"Os governantes angolanos são corruptos até à medula", disse um jornalista português. "Os governantes de José Eduardo dos Santos são o governo mais corrupto do mundo de todos os tempos sobre a face da terra. Até dá nojo", disse um jornalista americano. "Em Angola ninguém vive do próprio salário", disse o Presidente da República, José Eduardo dos Santos. Pelo som do batuque conhece-se o tocador.

Os dirigentes deviam ter em conta a palavra de Deus que diz; "comerás o pão do suor do teu rosto. Tu és pó, do pó vieste, para o pó voltarás, Génesis 3: 19".

E um dos mandamentos de Deus diz: "não roubarás", porque lugar de ladrão é na prisão. "Algemas de ouro doem mais do que algemas de ferro"

Nesta conformidade, com o devido respeito pela parte que me toca, pergunto a Vossas Excelências-Nós, que não temos direito a crédito bancário para fazemos negócio em virtude de não pertencermos as famílias reinantes;

- Que não temos onde roubar e nem queremos ser ladrões, vamos viver de quê, se do próprio salário não se vive, segundo Sua Excelência, Presidente da República?

Os angolanos honestos vão morrer a fome, porque se numa festa, a música de toque fôr Kuduru, não se pode dançar Slow, por ser outra a que está a bater. Excelências, nas festas ninguém é obrigado a dançar, pode-se ficar nela apenas a observar e a beber. Porque além de muitos não gostarem de Kuduro, outros não sabem dançar.

A maioria apenas sabe falar a verdade. A verdade nos libertará. Angolano, na tua óptica qual a solução eficaz para acabar com a corrupção em Angola?

Caros dirigentes, se a cabeça do peixe estiver podre, o resto do corpo apodrece. O peixe apodrece pela cabeça.

Nesta conformidade, a solução ideal seria a demissão total e imediata do Governo do topo à base, para em seguida se criar um Governo de salvação nacional que

governaria Angola até às próximas eleições verdadeiramente livres, apartidárias, justas e transparentes, sendo a Comissão Nacional Eleitoral um órgão integrado exclusivamente, por quadros independentes e profissionais.

Porque o MPLA não pode continuar a ser visto como o papão astuto e mentiroso, que só ganha na batota e não cumpre com as promessas.

Por outro lado, Angola deve ser governada por homens honestos e tementes a Deus, independentemente da sua tribo, filiação partidária, religião, raça e origem social e não por ladrões e corruptos ao serviço de Satanás, cuja missão é exterminar o povo angolano.

O ladrão não veio senão para roubar, matar e destruir.

"Eu vim para dar a vida às minhas ovelhas, vida em abundância", João 10: 10.

"O povo se alegra quando os justos se multiplicam, quando o ímpio governa o povo geme", provérbios, 29:2.

De tanto sofrimento e de tanta miséria e fome, o povo angolano está a gemer, como se estivesse em vias de extinção. Esta é a triste realidade.

"O meu povo foi destruído por falta de conhecimento",

Isaías 4: 6.

Esta triste situação, o Governo de Vossas Excelências, deve aceitar como irrevogável, uma vez a realidade ser o critério da verdade.

Até prova em contrário, até parece estarmos a ser governados por corruptos que venderam o país aos estrangeiros e as nossas almas a Satanás. Angolanos, quem estiver no poder é que indica o caminho! Dirão... Agora perguntamos: um cego consegue indicar o caminho? Infelizmente, em Angola, alegadamente os que vêem estão a ser conduzidos por aqueles que têm olhos, mas não vêem.

Resultado: para além de podermos estar a ser conduzidos para o abismo, Angola transformar-se-à numa Babilónia de confusão, se nada for feito com realismo.

O sistema da Babilónia é de vampiros, cantou Bob Marley, o rei do Reggae.

Mãe Angola, - quem te viu e quem te vê. Dás pena, porque alguns dos teus filhos venderam-te aos estrangeiros e querem transformar-te na maior "prostituta" da face da terra.

E o cúmulo.

Se nós angolanos do bem não fizermos nada para resgatarmos Angola e a dignidade do angolano, ninguém o fará por nós. O problema é nosso! A solução está connosco! Os únicos que querem o nosso bem, para além de Deus e Jesus Cristo, somos nós mesmos.

Os outros governantes e estrangeiros apenas querem as riquezas de Angola e o nosso extermínio. O mundo é dos vivos. Os ricos enriquecem à custa da miséria dos

pobres e os fortes sobrevivem à custa da morte dos fracos.

Nesta conformidade, pacificamente e unidos, devemos fazer algo para não vivermos por muito mais tempo com esta situação.

É verdade que o preço da liberdade é mais alto do que o preço da vida, mas também é bem verdade que a dor da opressão dói mais do que a dor da morte.

O Angolano não pode continuar a aceitar viver sendo cúmplice da actual espiral da corrupção e da esmola da comunidade internacional.

Temos de ter dignidade para sermos respeitados, no concerto das nações, por ser melhor morrer com dignidade a viver a mendigar, num país tão rico, com muitos membros do governo corruptos.

Deus, nosso Pai, pode ajudar, mas a maioria do povo sofrendo terá de fazer uma revolução pacífica, para se libertar deste sofrimento!

1.2 Caos mais visível que benefícios sociais do crescimento económico

Semanario Angolense...05-05-07

O caos é total: ruas intransitáveis devido aos buracos nas estradas e consequentes engarrafamentos, famílias inteiras a dormirem cada vez menos, arrendamentos em alta no centro da cidade, vendas em baixa, pessoas a deambularem aos montes pelas ruas, lixo e águas paradas a coabitarem em vários pontos de Luanda...

Em nada, a actual situação de Luanda é consentânea com o abaixamento da taxa de inflação, a estabilidade da taxa de câmbios, alta das reservas internacionais e a expectativa de crescimento da economia. Na verdade, a situação revela a ambiguidade entre os principais indicadores económicos e as condições efectivas de vida dos cidadãos.

É no mínimo controverso que uma economia que espera crescer 30 por cento e cuja moeda se aprecia cada vez mais em relação ao dólar, conviva com uma extrema falta de competitividade e produtividade da maioria dos sectores e dos factores de produção, algo perceptível por meio da precariedade das estradas, dos frequentes cortes de energia e escassa oferta de combustível e de gás butano, no que parece perfilarse uma crise energética.

Todos estes factores concorrem para a fraca competitividade da economia, num primeiro momento, em resultado de uma intrincada circulação de pessoas e bens, mas também pela multiplicação (por três ou quatro) do tempo necessário para executar as tarefas produtivas.

O mercado informal, que averba no seu passado um elevado histórico de soluções para contornar a

adversidade, perdeu uma percentagem elevada demais da sua rentabilidade, colocando a nu o «drama do desemprego estrutural» que assola a nossa economia e que durante algum tempo esteve a coberto pelos negócios informais.

O que parece ter sido um «boom» económico gerado entre 1999 e 2003, quando iniciou a inflexão com o pacote contra a dolarização, fez com que um parte substancial da moeda entesourada se convertesse em activos bancários, e em activos patrimoniais (como casas, viaturas, geradores), outra.

Com a expansão desenfreada da demanda por residências, surgiram novos bairros e uma teia de fenómenos económicos conexos, como o aumento da demanda por transportes, tanto colectivos, quanto pessoais. Consequentemente, multiplicou a procura por combustível, energia e água (três segmentos cujas tarifas são administradas pelo Governo).

Este fenómeno, a que chamamos aqui «expansão canexa da crise», colapsou a generalidade das infra-estruturas aeroportuárias, portuárias, rodoviárias, hoteleiras, de energia e águas, desencadeando a crise estrutural que hoje está no centro daquilo que este jornal já considerou ser o «caos total».

Num ano como este, em que se espera um crescimento de cerca de 30 por cento, a crise energética intensificouse, bem visível pelas bichas permanentes nas bombas de combustíveis e nos cortes de energia eléctrica que se tornaram mais frequentes do que os fornecimentos. É necessário que o Governo explique como é que vai conseguir um tão transcendental crescimento no meio de uma crise dessas(...)

Os sinais que a economia vem dando indicam, pois, que persistem os problemas relativos à precariedade em torno dos fundamentos da economia e da efectiva estabilização e, que, apesar da reduzida «performance» económica, pretende-se utilizar o elevado nível de reservas internacionais como um indicador político e eleitoral.

Perante estes cenários nublados e de crises em cadeia, reflectidas na quebra acentuada da demanda agregada, infere-se que a busca pelo nível óptimo das reservas tende a não corresponder efectivamente ao que gostávamos que fosse, porque o benefício social encontra-se muito abaixo do custo social, porquanto o custo de oportunidade das reservas, isto é, o produto marginal dos recursos reais que poderiam ter sido adquiridos com as reservas internacionais acumuladas quase nulo, porque em nada estimula o investimento privado e a competitividade interna.

1.3 Benefício real ou um presente envenenado para os pobres?

Semanario Angolense...05-05-07

Nos últimos dias, fomos confrontados com o anúncio de um aumento em 12% nos salários da Função Pública. Várias correntes de opinião fizeram-se ouvir a propósito e, sintetizando a essência dos comentários, pode-se dizer que é voz comum que essa acção não passou de um «show off», na medida em que não se traduz em benefício real para os trabalhadores, havendo apenas uma insignificante alteração no salário nominal.

Porém, discordo significativamente dessas opiniões. O aumento de 12% nos salários da Função Pública, longe de constituir um mero «show off», trata-se de uma medida válida do ponto de vista da eficácia da gestão financeira-fiscal do Estado.

Ou seja, se por um lado esse aumento é absolutamente insignificante para alavancar a capacidade de compra dos beneficiários, não terá também qualquer efeito na procura, o que salvaguarda, à partida, a estabilidade monetária, no que se refere a tendências inflacionárias. Por outro lado, visto que o conceito «ceteris paribus» é meramente teórico-académico, na vida real, verificamos que outras variáveis são efectivamente afectadas. Ou seja: de acordo com o estabelecido na lei 1 0/99 sobre o IRT, estão isentos deste imposto todos os salários até Kz 8.500.00 - o que quer dizer que a partir de Kz 8 501.00 o salário passa a constituir matéria colectável. Neste contexto, com o aumento de 12%, apesar do poder de compra não ser em quase nada afectado, do ponto de vista fiscal muita gente passará a pagar mais impostos, pois transitará para um grupo de colecta mais elevado, e o que é pior, muitos indivíduos que tinham isenção, perdem-na, sem que, entretanto, tenham tido um aumento significativo nos seus rendimentos reais.

A medida de compensar eventuais déficits orçamentais com recurso ao aumento da contribuição dos cidadãos é um mecanismo universalmente usado pela maioria dos países do mundo. Contudo, exige eficiência económica (aqui estamos a falar de várias componentes dos benefícios económicos, destacando-se o bem-estar), de formas que as medidas sejam adoptadas tendo em conta o contexto.

Em minha opinião, não é muito racional que numa altura em que o país beneficia de receitas extraordinárias (no curto-médio prazo), devido à alta do petróleo e existindo o problema de pessoal excedentário na

Função Pública como factor de deficit orçamental, se procure reduzir esse deficit por métodos fiscais, onerando mais quem já pouco ganha.

Um dos grandes problemas dos países (africanos) pobres é normalmente a redistribuição pouco racional da riqueza. E visto que é quase impossível falar-se de gestão macroeconómica, sem se falar de política, voltamos ao velho, mas sempre actual, problema: Quem fiscaliza a eficiência governativa do país? Ou quem é que tem o poder de evitar que sejamos as eternas cobiças das «experiências governativas»?

A resposta é muito simples: os próprios cidadãos. Como? Através do voto.

É absolutamente insólito que uma medida governativa com um impacto social desta natureza seja um facto, sem que o governo tenha explicado nos mínimos detalhes o que pretende com ela. Isso demonstra que, não obstante o pregão da diferença e de novos rumos, a filosofia continua ser a mesma: a do «Governo Centrista».

1.4 Preço do pão dispara no mercado

Angolense...12-05-07

O mercado nacional debate-se com a escassez de farinha de trigo, o que encarece um dos alimentos mais preciosos - o pão, tudo devido aos “caprichos” de um grupo

de quatro importadores estrangeiros, com realce para os libaneses - os únicos que têm o monopólio do fornecimento de farinha de trigo ao país. Esse grupo de empresários, segundo fontes próximas ao Ministério do Comércio, não cumprem com os pressupostos atinentes aos prazos, deixando o país sem stock, com o objectivo único de especularem o preço da farinha.

O país consome anualmente 400 mil toneladas de farinha de trigo, de acordo com os últimos estudos, realizados pelo Ministério da Indústria a que o Angolense teve acesso.

Resultado da má fé, como qualificou a fonte, de um grupo de empresários estrangeiros, o saco de farinha de trigo de 50 quilos está a ser comercializado ao preço de dois mil e 700 Kwanzas à três, contra os mil e 900 Kz praticados nos meados do ano passado, pois, até Dezembro do mesmo ano o preço voltou a disparar para dois mil e trezentos e cinquenta Kz, dados confirmados também pela Unidade Técnica de Coordenação de Industrias de Cereais e Panificação (UTCIP), do Ministério da Indústria.

No último trimestre de cada ano, de acordo com o responsável daquela unidade técnica, Jacinto Ucuahamba, a farinha de trigo tem tendência de subir de preço, devido sobretudo, a escassez desse produto no

marcado. "Ao longo do ano o preço da farinha de trigo tem variações, mas no último trimestre de cada ano tem tendência de subir", explicou. Em consequência da roptura, a procura pelo produto é maior do que a oferta - o pão de 350 gramas está a ser vendido de 25 a 30 Kwanzas. O preço do mesmo, segundo constatação feita por este jornal, varia de padaria a padaria cada um prática o preçário que convir tendo em atenção o princípio da economia de mercado. O precário do pão é calculado de acordo com os custos de produção. Mas como isso só não basta, uma equipa da Unidade Técnica de Coordenação das Industrias de Cereais e Panificação efectuou uma ronda por algumas panificadoras para determinar o preço em que está a ser comercializado o pão. Na ronda, constataram que de Janeiro deste ano ate agora O preço do principal alimento matinal não teve uma subida galopante. "Neste momento o pão de 350 gramas está a ser vendido a 20 kwanzas, esse é um preço que para algumas padaria já vem desde o ano passado", disse Jacinto Ucuahamba. O pão de 250 gramas, prosseguiu, custa 15 kz contra os 12 kwanzas e cinquenta cêntimos, do ano passado. "Isso tem a ver com o tamanho do pão e a própria qualidade", afirmou.(...)

O monopólio pode ter os dias contados O monopólio de importação de farinha de trigo por aquele pequeno grupo de empresários estrangeiros pode ter os dias contados, pois, segundo soube o Angolense, o Governo está a estudar um mecanismo para que não seja apenas o leque de homens de negócio a colocar a farinha de trigo no país. "Empresas privadas ou mistas poderão ser apoiadas pelo Governo no sentido de colmatar esta situação e acudir o país em caso de falta", disse a fonte. Em declarações ao Angolense, Jacinto Ucuahamba e o seu colaborador mais próximo, José Manuel a preocupação do Governo em criar igualmente incentivos para que a indústria de trigo e farinha, com novas moagens volte aos caris. Isso, segundo aqueles dois quadros do Ministério da Indústria, traria benefícios para o país - a possível produção de trigo em grão.

"A possível produção de trigo em grão no país, temos estado a encetar contactos com as instituições ligadas a essa área, o Ministério da Agricultura, embora não seja nosso sector, o trigo é importado. Para além da sua importação, há vários custos, são essas questões que têm sido analisadas para que os custos de produção do produto acabado não sejam tão altos, caso o trigo seja produzido localmente", disse José Manuel coadjuvando o seu superior hierárquico. Os nossos entrevistados escusaram-se a falar em prazos, mas segundo os mesmos, é um assunto que tem estado a preocupar o Governo. Prova disso, foi realizado Quinta-feira, 10 um encontro e outro está agendado para o dia 17 do corrente no sentido do Ministério da Indústria e outros

organismos do Estado analisarem o porquê dos atrasos na encomenda de trigo, a falta de farinha no mercado e formas de se sair da crise.

1.5 Presild mais um embuste institucional

Folha8...19-05-07

No dia 14 de Maio de 2003, um ano após a morte de Jonas Savimbi e de ter sido assinado um acordo de paz com as tropas guerrilheiras da UNITA, o Presidente José Eduardo dos Santos disse aos seus quadros: lia conquista da paz colocou-nos numa posição mais vantajosa e renovadas obrigações e responsabilidades ao MPLA, enquanto Partido vencedor das últimas eleições. O MPLA, nos próximos anos, tem de saber conduzir o esforço nacional para vencermos os cinco grandes desafios que se colocam a Angola, nomeadamente:

1. A consolidação da Paz, que engloba a promoção da reconciliação nacional e a reconstrução do país;
2. A consolidação da Democracia e do Estado de Direito e o respeito pelos Direitos Humanos;
3. A boa governação, que se traduza numa gestão eficiente e transparente da despesa pública e na utilização racional e sustentável dos recursos humanos, tendo no seu cidadão angolano, as suas aspirações individuais e colectivas;
4. A redução da intervenção directa do Estado na economia, em troca do reforço do seu papel regulador, propiciando o crescimento económico sustentável, o aumento da riqueza nacional e o combate ao desemprego e à fome;
5. As relações políticas e económicas regionais e internacionais que lhe garantam estabilidade e desenvolvimento", afirmou na altura, Dos Santos. Hoje estão passados mais de quatro anos e para espanto geral estes pontos estão em completa contradição com a prática em curso. É que os PRESILD, Nosso Super, são o contrário do que se pretende, pois desde a sua concepção, projecção e inauguração, eles têm vindo a acirrar a desconfiança no propalado projecto de consolidação da paz, reconciliação nacional e papel regulador da economia, por parte do Estado.

Vejamos.

Se o PRESILD não foi criado pelo GURN, para demonstrar ser um embuste à participação dos demais partidos, como entender que depois do primeiro supermercado ter sido inaugurado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, os demais tenham sido, todos por membros do partido no poder, como Kundi Pahama, Virgílio Fontes Pereira, Higino Carneiro e nunca, até agora, nem um, pelo actual

ministro do Comércio, indicado pela UNITA? Veja-se depois a procissão a estes supermercados de enormes delegações governamentais... Só o do Huambo, inaugurado pelo ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro, foram mais de 70 pessoas de Luanda. É muita areia para carroçaria tão pequena.

E além do mais, e mais uma vez, acontece que é vira o disco e toca o mesmo, pois isto não abona de modo algum em favor da reconciliação nacional, nem da unidade nacional, porquanto não é de acreditar que um membro da UNITA ou de outro partido fosse indicado para ir inaugurar uma obra no pelouro dos seus homólogos do MPLA. Quem assumiria a autorização desse forasteiro ir nas calmas meter o seu bedelho em seara alheia? Só um "kamikase" em rotura desesperada com o "ÉME" e a pedir para ser expulso!

1.6 A lei, o mercado, o poder de compra e o salário mínimo

Folha8...19-05-07

A não implementação das leis a nível do executivo governamental e das suas instituições em todos os domínios da sociedade encobriu as exigências do exercício da actividade comercial em Angola, visto que está a contribuir, de forma perniciosa para o agravamento do nível de vida das populações que com frequência registam quebra na sua dieta alimentar, com o fraco poder de compra de muitas famílias angolanas.

Assim, fruto das oscilações do mercado nacional, o exercício da actividade comercial em Angola continua dominado por estrangeiros, que de uma forma geral encarecem os produtos no mercado, devido aos custos de importação, diminuindo o poder de compra do cidadão comum, nas zonas suburbanas e rurais.

Aquando da aprovação, em Março último, da Lei das Actividades Comerciais, como mecanismo que regula o exercício do comércio em todo o território nacional, contemplando cidadãos nacionais e estrangeiros, com responsabilidades diferentes no comércio grossista e retalhista, houve a garantia de estar assegurada, os direitos do consumidor.

O documento em vigor, parece ambíguo, pois ao mesmo tempo que beneficia os comerciantes nacionais, confere aos expatriados capacidade civil, comercial, financeira, após terem permanência e residência legal no país.

Este quadro permite em muitas ocasiões a subida ou manipulação dos preços de mercado, muito também, porque Angola continua a ser um país de importação e de taxas aduaneiras mais altas da região. Um contentor para a Namíbia, por exemplo, embarcando dos Estados Unidos, paga cerca de USD 5.000,00, mas para Luanda, em igual percurso paga USD 9.000,00. A disparidade é

grande, mas o péssimo trabalho no Porto Comercial de Luanda e outros, leva ao aumento do frete, para Angola. Daí a afluência de pessoas ao mercado informal, para aquisição de produtos de primeira necessidade, o que revela o quadro nebuloso que se observa no mercado formal, onde os produtos são cada vez mais caros. "Se uma família decide empregar os seus recursos na aquisição de bens, vai procurar os produtos mais acessíveis as suas capacidades financeiras", disse ao F8, o economista, João Neto, presente no X encontro do Conselho Consultivo da Família, realizado no dia 17 de Maio. Para ele, quando o mercado formal não satisfaz as necessidades, devido ao fraco poder de compra de muitas famílias de baixa renda, o paralelo é a solução.

De acordo com o nosso interlocutor, o momento actual da nossa economia não significa crescimento económico, porque as receitas arrecadadas pelo governo nos sectores de extracção mineira, como o petróleo e os diamantes, trouxera, apenas crescimento monetário, o que não significa um marco fundamental na melhoria do nível de vida dos angolanos, por causa da valorização do kwanza, até porque, os produtos básicos continuam em alta. "Porque a partir de agora muita coisa pode mudar. Teremos uma economia viciada e dependente das exportações do petróleo e da produção diamantífera", assegurou Neto.

Para se manter a competitividade entre o mercado alimentar e o consumidor é necessário assegurar as exigências das leis e qualidade dos bens de consumo, que devem estar apensos nos rótulos dos produtos, uma das exigências e direito dos compradores, para além da necessidade do cumprimento das normas gerais de segurança, salubridade, higiene e inocuidade dos mesmos.

Para João Neto o facto do governo ter procedido, recentemente, a um reajuste salarial, da Função Pública, na ordem dos 12 por cento, não significa um aumento do poder de compra dos funcionários. "As políticas tendentes a melhorar o nível de vida das pessoas e o consequente aumento do poder de compra, nem sempre pode ser aferido, nos reajustes salariais". No entanto, as entidades empregadoras, sobretudo no sector privado, defendem que o salário depende da produtividade, por isso, o quadro é bastante diferente, predominando o binómio; quanto maior for a produção, maiores serão as receitas.

"Se uma determinada empresa conseguir produzir acima da média, é bem possível que os salários sejam constantemente revistos", defendeu João Neto, tendo acrescentado que para o sector público a situação é contrária, porque as receitas revertidas em salários são assegurados pelos fundos públicos e não a partir de investimentos próprios. E desta forma, quando uma economia cresce, o mesmo acontece com o produto

interno.

1.7 BM financia reconstrução de Angola

Angop...24-05-07

Um crédito no valor de 102 milhões de dólares norte-americanos, visando financiar a segunda fase do Projecto Multisectorial de Emergência e Reabilitação (PMER 2) em Angola, foi aprovado terça-feira, em Washington, pelo conselho de administração de directores executivos do Banco Mundial (BM), durante uma reunião.

De acordo com uma nota de imprensa do BM, no encontro, os executivos da maior instituição financeira mundial discutiram a estratégia do banco para Angola, a ser executada no período 2007/2009) e a implementação da PMER 2.

O montante para financiar a segunda fase do programa de emergência, concedido pela Associação Internacional de Desenvolvimento do grupo Banco Mundial, visa reforçar a capacidade de gestão do sector público e das instituições governamentais, apoiar a reconstrução de infra-estruturas e a melhoria da provisão dos serviços sociais básicos, visando a redução da pobreza, assim como promover o crescimento do sector não mineiro.

A estratégia actual do BM para o país é uma extensão da anterior, implementada no período 2005/2006, pelo que vários projectos e estudos serão realizados, com vista a complementaridade dos programas anteriores.

PMER 2 visa, fundamentalmente, contribuir para a criação de alicerces para a reconstrução do país a longo prazo, a reabilitação económica e a reposição da administração do Estado em todo o território nacional. O programa vai ainda apoiar o mercado agrícola em áreas específicas, principalmente aquelas que foram afectadas durante o conflito armado e ajudar os governos provinciais e municipais na criação de condições para agilizar o processo de descentralização.

Enquanto na primeira fase o PMER centrou as suas prioridades às necessidades urgentes que assolavam as comunidades, o PMER 2 dará especial atenção à melhoria das infra-estruturas, reconstrução e construção de estradas secundárias, incluindo pontes, fornecimento de electricidade e água potável às zonas rurais e às capitais provinciais.

Durante a fase negocial desta segunda fase, o vice-ministro angolano do Planeamento, Carlos Lopes, disse que este é um projecto importante e o primeiro que

supera a barreira dos 100 milhões de dólares.

O Banco Mundial é um dos parceiros de Angola no processo de desenvolvimento económico do país e na melhoria das condições sociais básicas das populações

1.8 "Nosso Super" factura mais de um milhão de kwanzas por dia

Jornal de Angola...24-05-07

Dezanove milhões, 419 mil 605 kwanzas foram arrecadados pelo supermercado de rede "Nosso Super", nos primeiros 15 dias de funcionamento na cidade do Huambo, resultante da comercialização de produtos diversos.

Segundo revelou ontem o sub-gerente do espaço comercial, Artur Jorge do Nascimento, o supermercado, o maior da província do Huambo e inaugurado no dia 5 deste mês, está com uma média de atendimento diário de cerca de mil e 500 consumidores, o que satisfaz os seus responsáveis.

Artur Jorge do Nascimento afirmou que produtos como o óleo, sabão o açúcar foram os que mais rendimentos deram ao "Nosso Super", sendo, neste caso, considerados os de maior procura por parte dos consumidores, a par dos frescos, feijão e hortícolas.

Devido à grande procura dos produtos comercializados naquele supermercado, regista-se actualmente uma ruptura nos stocks de óleo alimentar e sabão, situação que os responsáveis do espaço comercial prometem regularizar nos próximos três dias.

"Temos os camiões a caminho, de Luanda para o Huambo, com muita mercadoria para repormos os nossos stocks e aumentarmos a diversificação da nossa oferta", afirmou Artur do Nascimento.

No primeiro dia de atendimento ao público, metade dos três mil clientes que passaram pelo estabelecimento adquiriu a cesta básica, avaliada em seis mil e 940 kwanzas, que comporta um leque de 13 produtos essenciais

A cesta básica é composta por produtos como arroz, açúcar, farinha de milho, bombó e de trigo, óleo vegetal e de palma, massa, sabão, leite em pó, feijão, carne seca, sal, sabão para um consumo mensal de um agregado de seis pessoas

Por outro lado, o responsável da área de comércio de hortaliças e frutas do supermercado, Aristides Casinela, fez saber que o fornecimento destes bens por parte dos produtores locais é regular.

O alho e a cebola são os mais procurados, antevendo-se, desde já, a sua escassez por ter praticamente terminado a época de colheita desses produtos.

Funcionando de segunda a sábado, das 8 às 20 horas e aos domingo das 8 às 13 horas, o Nosso Super está a

cumprir com o objectivo de fazer chegar produtos de qualidade a preço justo ao cidadão, como confirmou a doméstica, Laurinda Jamba.

Com uma área de mil e 600 metros quadrados, o "Nosso Super" está localizado na ex-zona industrial do bairro de São Pedro e tem capacidade para atender duas mil e 500 pessoas por dia a estabelecimento oferece aos consumidores mais de mil e 800 produtos diversos, com incidência para os bens de origem agropecuária, a preços acessíveis.

A abertura, do "Nosso Super" do Huambo propiciou 74 novos postos de trabalho, maioritariamente jovens.

1.9 BPC disponibiliza créditos no valor de 70 milhões de kwanzas no Bailundo

Angop...24-05-07

Setenta milhões de kwanzas foram disponibilizados pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC) em forma de empréstimo a camponeses, funcionários públicos e privados do município do Bailundo, 80 quilómetros a norte da cidade do Huambo, desde o princípio do ano transacto a presente data.

Em declarações hoje (quinta-feira) à Angop, o gerente do balcão do BPC no município do Bailundo, José Artiaga, esclareceu que num período de um ano e oito meses, desde que foi inaugurada (Setembro de 2005) a agência bancária, já foram abertas pelo menos cinco mil contas de instituições do Estado, privadas e de pessoas singulares.

O responsável acrescentou que os salários de funcionários dos municípios do Bailundo, Mungo e do Londuimbali estão já a ser processado localmente, uma acção que está a permitir descongestionar o balcão do BPC da cidade do Huambo. José Artiaga disse que os funcionários públicos do Bailundo estão a merecer uma atenção especial por parte do banco, ao beneficiarem de palestras de sensibilização, nas quais têm sido esclarecidos acerca dos benefícios de trabalharem com um banco, na elaboração de pequenos projectos.

1.10 Banco Mundial triplica financiamento ao País

Jornal de Angola...31-05-07

O Banco Mundial vai triplicar até 2010 o seu volume de investimento em Angola. Os créditos destinados a projectos sócio-económicos atingirão a cifra de cerca de 300 milhões de dólares (aproximadamente 230 milhões de euros).

Segundo o seu representante em Angola, Alberto Mora, a nova estratégia de engajamento é resultante do

facto de o Banco Mundial ver "com bons olhos" a política de desenvolvimento sustentável no país, visando a melhoria de condições em termos de qualidade de vida.

Em conferência de imprensa, o representante do Banco Mundial disse acreditar que esta nova fase, já em momento de paz efectiva, representa um desafio para devolver o bem-estar social e económico principalmente para as pessoas em situação mais desfavoráveis.

O Banco Mundial, assegurou, quer ser "um parceiro leal e comprometido para os grandes desafios do futuro".

A perspectiva da instituição é a de contribuir para a abertura da economia àqueles sectores que não sejam da área petrolífera. Ou seja, os investimentos serão canalizados aos ramos da agricultura, pecuária e pequenas e médias empresas.

Esclareceu igualmente que o Banco Mundial está a fazer dois tipos de actividade. O primeiro está ligado à área do financiamento, enquanto o segundo ao sector de apoio àquelas actividades que visam o fortalecimento institucional.

Nesta última perspectiva, adiantou, está a fazer-se a avaliação do ambiente dos negócios para que se possam aferir os constrangimentos para o país relativamente ao desenvolvimento do sector privado.

O sector informal também merecerá uma atenção especial. A preocupação prende-se com a sua regulamentação quer na vertente da lei laboral, quer nos procedimentos para a abertura de empresas. Alberto Mora confirmou que tudo está a ser analisado e os debates continuam com a sociedade civil para que se possa, posteriormente, se fazer uma apresentação geral no país.

Sublinhou que há intenção de focalizar a importância do sector privado ao desenvolvimento do país, particularmente, nas áreas não petrolíferas. A Cooperação Financeira Internacional adstrita ao Banco Mundial, segundo o responsável, trabalha de forma enérgica no sentido de criar mecanismos de investimento a este sector capacitando os empreiteiros.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 O projecto vai permitir multiplicação de pequenos negócios formais

A Capital...05-05-07

Trata-se da primeira incubadora de empresas, mecanismo cuja finalidade é, na essência, estimular a criação e o desenvolvimento de micro e pequenos negócios, por via de oferta de suporte técnico, gerência e formação complementar ao pequeno empreendedor.

Lançada esta semana em Luanda a incubadora nasce com capacidade para alojar, até ao estágio de maturação, cerca de trinta projectos empresariais, fazendo reduzir as margens de riscos que, normalmente, levam muitos negócios à falência, em função de alguma ignorância de aspectos que permitem que uma empresa se mantenha sólida no mercado.

Num país onde um das lutas prende-se com a redução da pobreza, o sistema de incubação de empresas é de grande valia, sobretudo pela particularidade dele permitir a multiplicação de empregos, gerados pelas unidades ao cuidado da incubadora. Estimativas de especialistas como a consultora brasileira Maria Alice Lahorgue indicam que a criação de um sistema de incubação de empresas em Angola pode permitir o aparecimento de 90 pequenas e médias empresas rentáveis no prazo de três anos, de que resultaria numa importante oferta de empregos. O sistema de incubação é, na verdade, um mecanismo que, além de tornar o processo de constituição de um negócio menos oneroso, tem a vantagem de tornar diminuta a taxa de falência das empresas.

O director do novo empreendimento, Jacinto Ferreira, diz, por exemplo, que a taxa de falência de empresas a desenvolver fora de uma incubadora varia de 60 a 80 por cento, enquanto que numa incubadora a probabilidade delas falirem fica abaixo de 16 ou 20 por cento.

O QUE O MECANISMO É CAPAZ DE PRODUZIR

Importante número de empresas hoje bem sucedidas à escala mundial desenvolveu-se por força de assessorias oferecidas por sistemas de incubação de empresas.

A incubação de empresas é o processo através do qual uma instituição especializada fornece espaço devidamente apetrechado para o desenvolvimento de uma nova empresa, assim como apoio ao nível administrativo. O principal objectivo de uma incubadora de empresas é auxiliar os novos projectos

no seu processo inicial. Este processo de desenvolvimento de negócios permite às novas empresas obterem uma maior taxa de sucesso, dado que é nos primeiros anos de existência das empresas que se verifica uma maior taxa de falências.

E as incubadoras são capazes de produzir empresas técnica e administrativamente preparadas para enfrentar o mercado. Foi, aliás, por essa via que muitos países hoje elevados a categoria de grandes economias conseguiram o sucesso.

Um funcionário sénior do PNUD deu o exemplo dos Estados Unidos da América que, investindo em sistema de incubação de empresas, facilitou o surgimento de uma multiplicidade de pequenos e médio negócios que, no conjunto, representavam cerca de 2/5 do Produto Nacional Bruto, durante os últimos anos do período da guerrafria, proporcionando emprego para metade da força de trabalho do sector privado. O mesmo ocorreu com muitos países do espaço Euro, cujas empresas geradas por incubadoras participaram activamente na solidificação da economia da União Europeia, algo que não se difere muito do Brasil, onde no passado recente este segmento de negócios chegou a empregar 84 por cento da mão-de-obra.

2.2 Alerta à polícia económica

Folha8...05-05-07

Há já alguns dias em que os taxistas vêm cobrando preços exorbitantes aos passageiros, sem que para tal organismo policial coloque ordem no circo. Todos dias ouvem-se reclamações em tudo quanto é canto, sobre o comportamento pouco ortodoxo dos automobilistas em relação aos seus passageiros, que vai desde a feitura de rotas curtas, falta de respeito até a poluição sonora. Económico, para nós, a única esperança que pode colocar fim a esta bagunça toda, parece descansar à sombra da bananeira, justificado pelo aparente silêncio tumular, já o INADEC, o tal Instituto Nacional de Defesa de Consumidor não passa de um mero organismo de publicitar a sua imagem dos jornais, ao invés de ir em defesa do consumidor.

O nosso amigo Assunção Pereira vindo a terreiro para fazer um pronunciamento se a qualidade de trabalho que os taxistas estão a proporcionar ao público valha pena ou não. Então, o INADEC fiscaliza o "pitêu" nas lojas e no Roque Santeiro?

2.3 Trabalhadores de rua sentem-se marginalizados no 1º de Maio

Folha8...05-05-07

A falta de oportunidades para os jovens em Angola está na ase do aumento de trabalhadores de rua: Prostitutas, engraxadores, lavadores de carros, vendedores ambulantes, entre outros. No dia internacional dos trabalhadores, este grupo de laboriosos, " muitas vezes discriminados, pela sociedade, foi abordado pelo Folha8

O desconhecimento por parte da maioria da existência do crédito jovem foi uma das conclusões a que se chegou, assim como um bom número desses trabalhadores não pretende participar nas próximas eleições, alegando que "nada vai mudar".

Para se ter uma ideia do afirmado no parágrafo anterior apenas quatro dos cerca de vinte jovens que falaram à reportagem estão registados. E desses apenas um tem certeza que irá votar. Os outros três pensam como grande parte dos que ainda não realizaram o registo: que "não vale a pena perder tempo porque tudo vai ficar na mesma com ou sem eleições".

O referido cenário mostra que ainda há muito por ser feito em torno da divulgação, informação e mobilização do registo eleitoral. Outra situação que carece de divulgação é a existência do crédito - jovem, visto que é do total desconhecimento dos jovens abordados o que leva a perguntar afinal quem serão os beneficiários de tal crédito quando o grupo alvo anunciado é mesmo este?

Esta é, de resto, uma das preocupações que estes trabalhadores de rua tivessem oportunidade de participarem nas manifestações alusiva ao Dia Internacional do Trabalhador. Caso surgisse uma oportunidade eles não rejeitariam, conforme adiantaram à reportagem. Mas como tal não aconteceu, nenhuma organização social ou política se lembrou de os organizar muitos deles mantiveram a rotina habitual mesmo sabendo que aos feriados a clientela baixa consideravelmente, isso com excepção das prostitutas.

Maneloy é um destes que se faz ao local de serviço, ali pelos lados do bairro dos Coqueiros onde, além de .avar e controlar os carros também facilita o estacionamento. Foi, de resto, através da última função descrita que se estabeleceu o primeiro contacto entre o jovem e a equipa de reportagem.

O aproximar da viatura com uma marcha lenta desperta a atenção do jovem que, rapidamente faz sinal ao automobilista, indicando o local onde deve estacionar. Entretanto, não se tratava de um daqueles dias de escassez de espaços, em que os motoristas transpiram para encostar.

"É para agilizar as coisas porque conhecemos o terreno

e, às vezes o kota não viu..." respondeu o jovem interrogado sobre a razão de se preocupar em arranjar lugar quando não havia dificuldades. Continuando, pediu ao "papoide (calão bastante usado no referido negócio e não só)- uma fezada para o teu ndenque". Entretanto, em dias de concorrência tal pedido é substituído pela exigência, sendo que o preço varia entre cinquenta e cem kwanzas.

liMas há quem dá mais e também os malaiques que não pagam", conta, acrescentando que para evitar a segunda situação obstaculizam os espaços vagos, abertos apenas mediante o pagamento. No entanto, há os automobilistas que descem das viaturas para remover as referidas Barreiras. Tal comportamento irrita os jovens que, sempre que necessãno, lançam palavrões aos mototistas. Entretanto, os jovens reconhecem que o que fazem é errado, porém, necessário, porquanto é a base de sustento de dezenas de pessoas. Centenas de jovens colocam-se, logo pela manhã, em frente das instituições públicas e privadas com bastante frequência, comportando-se como verdadeiros gestores dos diferentes espaços de estacionamento. Fazem-se também de seguranças das respectivas viaturas.(...)

No que diz respeito ao estacionamento, os automobilistas evitando possíveis multas por estacionamento nos passeios recorrem aos serviços dos rapazes, que, no entanto, perdem clientes na lavagem de carros por estes temerem as multas pela lavagem das respectivas viaturas nas vias públicas. Entretanto, os fiscais não são os Únicos constrangimentos destes trabalhadores de rua. Existe a suspeição por parte da sociedade civil de que todos estes jovens não passam de meliantes disfarçados. É verdade que tal fenómeno existe, mas não deixa de ser verdade que muitos são honestos.

Como os trabalhadores que descrevemos, os restantes trabalhadores de rua: prostitutas, vendedores ambulantes entre outros seguiam a sua rotina diária, no dia 1 de Maio. Enquanto isso, centenas de trabalhadores organizados pelas diferentes forças sindicais marchavam em direcção ao largo da independência onde voltaram a reivindicar melhores condições laborais e o aumento do salário núnimo para o equivalente a USD 300.

A 1 de Maio comemora-se o Dia Internacional dos Trabalhadores em alusão as manifestações dos trabalhadores nas ruas de Chicago nos EUA com o objectivo de reivindicar a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias e teve' a participãno de numero elevado de pessoas. Nesse dia teve início uma greve geral.

2.4 Novo Banco "dribla" clientes?

Angolense...12-05-07

Embora de forma algo lenta, muitos angolanos começam já a descobrir as vantagens de se negociar com os bancos, principalmente aqueles preocupados com a vida empresarial. Em quase todos os balcões encontram-se amiúde dezenas de cidadãos acotovelados, a maioria para consultar as condições de obtenção de créditos. Mas a história que a seguir vamos narrar provoca o "torcer do nariz" a alguns clientes.

Um desses bancos é o BancoNovo. De acordo com uma cidadã, cliente desse banco - Lurdes Judith Gonçalves - é relativamente fácil conseguir-se crédito nesse banco desde que se reúnem as condições exigidas, como um avalista, por exemplo. Segundo ela, as coisas complicam-se na altura de receber o empréstimo, pois, o analista do projecto a ser financiado - um empregado do banco, naturalmente - exige a sua "gasosa" que é por ele pré - fixada. Começou por dizer que em Novembro de 2005 recorreu a este rede bancária para receber um crédito estimado em quinze mil dólares que se destinava a montagem de uma geladaria. "Com a ajuda do meu avalista consegui o dinheiro que acabei de pagar em Setembro de 2006, embora com uns dias de atraso. O que me deixou "tonta" foi que na altura de receber o empréstimo, o analista do projecto, de nome Ângelo, exigiu que para a aprovação do mesmo teria que desembolsar 10% do empréstimo a seu favor, no caso mil e quinhentos dólares. Discuti, mas como ele tinha a faca e o queijo na mão, chegamos a acordo que ele ficaria com mil e duzentos dólares, quantia que lhe entreguei em mão no Mercado do Beato Salu, onde ele se encontrava a almoçar", contou.

"Neste ano precisei de um segundo empréstimo para a continuação do projecto e estou a levar uma "baile" sem explicação. Tudo isso porque o ngelo recebeu trezentos dólares a menos de um dinheiro que não lhe reconheço o direito. Falei com o meu avalista que foi lá ao banco, mas a direcção teve o desplante de defender o seu funcionário dizendo que esse procedimento não é usual no seu banco. Neste momento quero continuar a trabalhar, mas sem dinheiro não sei como fazer", lamentou.

No sentido de sabermos mais, contactamos o avalista da mesma, Alberto Manuel Teta Neto que nos confirmou que "eles não fizeram isso só com a mesma. Sou avalista de outros clientes desse banco e todos vêm se queixar da mesma coisa. Por cada empréstimo concedido, 10% têm de parar às mãos do senhor Ângelo, de contrário, nada feito. Pessoalmente desloquei-me a esse banco para, junto da sua direcção saber o que realmente se passava. O director, que é um cidadão

americano, defendeu o seu funcionário. Ele realmente não sabe de nada, ou comem todos da mesma panela, afinal quem defende corrupto também é corrupto. Fazendo umas contas rápidas, se o banco atende num dia, por exemplo cinquenta pedidos de empréstimo, a 10% por cabeça, independentemente dos valores envolvidos, quanto dinheiro leva aquele funcionário para casa ao fim do dia?

Diante dos factos narrados pede uma maior fiscalização da banca por parte do Governo.

Em face da acusação, o Angolense tentou sem êxitos ouvir a direcção daquele banco.

2.5 Subida de preço na venda informal de água potável

A Capital...12-05-07

Moradores de bairros suburbanos da província de Luanda estão a ser forçados a percorrer largos quilómetros em busca de água potável, uma vez confrontados com a repentina carência e, em consequência, com o aumento de preços no mercado informal de venda do precioso líquido.

A situação não é nova. Há várias semanas que, logo pela manhã, o cenário em vários bairros, em zonas degradadas da capital angolana, não dispensa o frenesim de centenas de populares que vêm e vão carregados de alguidares, banheiras e, sobretudo, de bidões amarelos à cabeça ou arrastados em pequenos carrinhos de mão feitos de metal.

Na zona do Sucupira, no bairro do Grafanil, os bidões amarelos tornaram-se parte do cartão postal, tal é a frequência com que se vêm pessoas aflitas em busca de água para as suas necessidades mais básicas.

Tatiana, de 22 anos, era uma dessas pessoas. Na última terça-feira, 08, demos com ela na rua do Sucupira a preparar a sua última viagem, de um total de dez que efectuou até à vizinha zona do Soque, a três quilómetros de distância, para abastecer de água os reservatórios lá de casa. Na mão direita, levava um bidão amarelo com capacidade para 25 litros e, na mão esquerda, trazia o pano para servir de rodilha e o dinheiro necessário para comprar a água.

«São 80 kwanzas», contou ao semanário A Capital ao referir-se ao preço pelo qual, nas zonas circunvizinhas, se vende um recipiente com capacidade para 25 litros de água. Na verdade, há vários meses que ela dispensa, pelo menos, dois dias nos quais furta-se das suas obrigações académicas para garantir o consumo de água para a família ao longo de uma semana inteira. Situação que, ademais, não lhe é exclusiva, estendendo-se aos demais vizinhos que mal conseguem entender como a situação chegou a beirar do insustentável. A água que consomem, no caso dos moradores do Grafanil, é

adquirida na zona do Soque, onde proliferam residências com reservatórios subterrâneos, cujos proprietários fazem da venda informal de água potável o seu ganho. Mesmo esses, todavia, mal conseguem entender a razão de, nas últimas semanas, a água ter-se tornado tão rara quanto cara.

Lúcia, que reside na zona da Imporáfrica, no bairro da Estalagem, mandou erguer no quintal um tanque com capacidade para 12 mililitros de água para depois vender, a retalho, como ela disse, aos vizinhos e a sedentos moradores de outros bairros mais carentes. No princípio do ano, ela enchia o seu tanque com recurso a camiões cisternas que cobravam a razão de 350 kwanzas para cada mililitro de água. Hoje este valor triplicou. Um mililitro de água passou a custar mil kwanzas, sendo que, agora, Lúcia precisa de 12 mil kwanzas para encher completamente o seu reservatório «A água ficou, também, mais cara para quem compra em bidões», disse ela.

«É por isso que temos de andar muitos quilómetros para conseguir água», queixou-se, por sua vez, Guilhermina, uma outra moradora do bairro Grafanil. «E ainda temos de pagar o dobro do que pagávamos antes, apesar de tanto sacrifício». (...)

DESVIO DE CONDUTAS

Não é que a rede de distribuição de água, da EPAL, não passe pelo Grafanil. Até passa. Mas o problema é que os populares não conseguem ter água corrente em casa, muitas vezes por culpa de desvios que são feitos mesmo a partir das condutas de água. A moradora Cândida Mendonça queixou-se disso mesmo quando denunciou, para este jornal, que os desvios da conduta de água servem, sobretudo, para abastecer camiões cisternas, com recurso a moto bombas, que se encarregam de vender a água para o resto da população.

As autoridades, segundo a jovem Tatiana, têm conhecimento do facto. Na maioria das vezes, porém, «os donos dos tanques lavam as mãos dos polícias», disse ao insinuar que a corrupção impede os agentes da polícia de reporem a legalidade. Noutras vezes, as autoridades mal se dão conta da existência de tanques de água, pela forma camuflada como os moradores, cientes da infracção, mantêmlos camuflados. «A boca do reservatório é tapada e, quase sempre, sobreposta por electrodomésticos», contou Cândida Mendonça.

2.6 Água esta difícil até na «fonte»

A Capital...12-05-07

Face a carência de água, notória inclusive ao nível do abastecimento por cisternas, muitos populares são forçados a se deslocar até ao município de Cacucaco

para conseguirem água a partir da «fonte». Na zona do Kifangondo, há um posto que o Governo ergueu rara a captação de água bruta. E lá onde, todos os dias, se concentram populares e condutores de camiões cisternas, procurando, uns, conseguir água para casa e, outros, abastecer as respectivas viaturas. A procura tem sido tanta que os camionistas decidiram não apenas aumentar o preço de revenda de água como, também, trabalhar apenas sob encomenda. Muitas vezes, os populares que recorrem a Cacucaco para conseguirem, a partir de lá, um camião cisterna cheio de água, acabam por chocar regra geral contra uma mesma resposta: «já está tudo encomendado».

Foi esta a resposta dada, vezes repetidas, a António, um morador do bairro da Petrangol que, de igual modo, há vários dias que não vê jorrar águas das torneiras. Mesmo depois de seis horas de espera, mal conseguiu arranjar ~a para o que apenas viria a acontecer duas horas depois, tendo, todavia, de pagar muito mais caro pela cisterna do que o preço habitual. Os camionistas dizem que, agora, a concorrência, assim como lamentam do congestionamento do trânsito. Perante tal quadro, eles tomaram a liberdade de fazer subir o preço de revenda de água e reduzir as viagens longas para abastecer a clientes do centro da cidade. Armando, um camionista, diz que paga 400 kwanzas para encher a sua cisterna com capacidade para 12 mil litros que, posteriormente, vai revender aos populares ao preço de 12 mil kwanzas. «Também aumentamos o preço, sobretudo quando sentimos que há carência na cidade», confessou António.

2.7 Quando se dorme com o Diabo

Semanario Angolense...12-05-07

Foi em 1999 que li, pela primeira vez, um artigo na comunicação social nacional a denunciar o comportamento pouco ortodoxo de uma classe de empresários que, desde aquela altura, não deixou de ver os seus rendimentos multiplicarem-se por conta, ou não, das actividades exercidas no país.

O enfoque do artigo em questão, já naquele recuado ano, eram as práticas pouco ortodoxas, ou melhor, pouco honestas de intervenção no mercado comercial angolano protagonizadas por tais homens de negócios. Já naquela recuada altura falava-se de subornos, de luvas que esses empresários pagavam para contornar uma ou outra norma burocrática e, também, para silenciar os agentes da fiscalização do comércio ou mesmo efectivos da polícia económica perante uma e outra irregularidade propositadamente cometida.

Falava-se, já, de empresários provenientes do norte de África ou, ainda, de países banhados pelo Indico que

constituíram, por imposição legal, empresas com parceiros angolanos às quais deram nomes de motivos culturais ou turísticos do nosso país em perfeito contraste com as práticas que esses mesmos empresários passaram, então, a adoptar. Foi assim que nasceram os Pedras Negras, os Sambizangas entre outros estabelecimentos comerciais.

As queixas do artigo em questão abrangiam, sobretudo, os vendedores de mobiliário de lar e de escritório. Apontavam para os altos preços que praticavam e, também, para um fraco volume de vendas em profunda desproporcionalidade com a pujança financeira que os seus proprietários e, até mesmo, empregados expatriados exibiam.

Houve ainda denúncias de envolvimento, de tais empresários, no fomento do comércio informal com a introdução, nos inúmeros mercados, de quantidades incomensuráveis de produtos de procura frequente entre a população. Desde então, palavras como fuga ao fisco, açambarcamento, dumping tornaram-se constantes no léxico económico angolano, denunciando acções perniciosas quase sempre imputadas a tais empresários.

Estas práticas, lembro-me que se falou, inclusive, de lavagem de dinheiro, de tráfico de droga e, inclusive, de falsificação de divisas, estenderam-se rapidamente a outros segmentos da economia. Nasceram os armazéns suburbanos, umas desordenadas super estruturas comerciais que vendem de tudo um pouco, sem distinção entre o comércio a grosso e a retalho. Hoje, o resultado é a balbúrdia que se assiste, essa confusão, esse reino de impunidade em que se transformou todo o sistema comercial, com destaque para a importação de bens de primeira necessidade.

Esses empresários, em boa verdade, apenas aproveitaram-se das debilidades do sistema. Corromperam onde puderam e, onde não puderam, aliaram-se a gente de peso no nosso Governo, gente com nome no partido (no MPLA, é claro) e no aparelho de Estado. Assim ganharam autênticos escudos protectores que os defende, inclusive, das lanças da lei, enquanto iam atingindo os mais altos círculos de influência com doações chorudas para projectos filantrópicos a exemplo da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), cujo patrono, claro está, é o próprio Presidente da República. Em certos casos, alguns deles chegaram mesmo a ser curadores de importantes fundações.

Enfim. Mais do que se queixarem das práticas desonestas destes empresários, os angolanos, ou melhor, os governantes angolanos, têm primeiro de lamentar de si próprios, da sua ganância, da sua ingenuidade ou de outra qualquer vaidade que não os tenha feito compreender que nunca é seguro dormir na mesma cama com o diabo. Mas foi o que se fez. O

Estado aceitou dormir com o diabo. E o resultado aí está.

2.8 A «pequena» legião dos visados pelo PR

A Capital...12-05-07

Recentemente, a Arosfram decidiu adquirir a Golfrate Group consolidando, deste modo, a posição de líder que esse conglomerado empresarial já evidenciava no mercado angolano de importação e distribuição de bens de primeira necessidade.

A Arosfram não é senão uma das maiores empresas angolanas no sector de comércio, mantendo sob sua tutela inúmeros armazéns grossistas, espalhados pela capital do país, e uma rede de supermercados designados Afribelg. Com a compra da Golfrate Group, um outro gigante do sector detida pelo indo-britânico Affif, a empresa adiantou-se de outros concorrentes, tornando-se numa super poderosa empresa do ramo alimentar que tem como rosto mais visível um senhor que dá pelo nome de Purushottam Sharma, o seu director de importações.

Lado a lado com alguns supermercados com certa qualidade, caso das lojas Afribelgs, o grupo mantém vários armazéns sem cumprir as necessárias medidas de segurança, resultando, dali, vários incêndios que causaram danos avultados ao funcionamento da companhia. Formalmente, a Arosfram emana de uma sociedade entre dois angolanos com o libanês belga Kassim Tajidin.

Mas a Angoalissar continua com uma quota importante do mercado angolano. Esta importante empresa e, com certeza, uma das visadas no discurso histórico de Eduardo dos Santos, faz parte do grupo belga Navimex, cuja base está localizada em Antuérpia. Além de Angola, ela tem representações em França, Africa do Sul, Moçambique, Guiné Conacry, Singapura e Tailândia.

Anualmente, o grupo tem lucros na ordem dos 350 milhões de dólares. Mas a importância do mercado angolano para esta companhia fica evidenciada quando se revela, segundo fontes deste jornal, que o nosso país contribui com 120 milhões de dólares para aquela fasquia. Seja como for, não se deve deixar de notar que a Angoalissar está também na liderança da importação e distribuição de produtos alimentares em Angola. E, por coincidência ou não, o grupo está, também, representado nos países de onde partem os imigrantes que, uma vez em Angola, se dedicam ao comércio precário.

2.9 Governo em pé de guerra contra os barões do comércio

A Capital...12-05-07

Pode-se dizer que o Governo está em pé de guerra. E que pode utilizar a sua mais potente arma para vencer não apenas uma batalha, mas toda a guerra. Esta poderosa armada chama-se nova lei das actividades comerciais e foi aprovada pelo Parlamento angolano no passado mês de Março, aguardando apenas pela sua publicação em diário da República.

E com este instrumento que as autoridades contam para contornar algumas mais negativas de «certos» empresários que operam no sector do comércio. Gomes Cardoso, da direcção nacional, diz mesmo que se trata do elemento que faltava para que o Estado possa, por fim, combater com mais força algumas práticas nocivas à economia e que têm sido desenvolvidas impunemente pelo menos até agora.

Ele fala de açambarcamento. Consta, por exemplo, que os principais importadores de bens de primeira necessidade estão a armazenar quantidades elevadas de certos produtos para, então, provocarem uma carência e, no final, aparecerem a vender este mesmo bem ao preço mais alto do que o habitual.

O semanário *A Capital* apurou, com efeito, que o mercado está a ressentir, de facto, do eclipse de certos produtos. Vários panificadores têm acorrido ao nosso jornal para reclamarem de subida do preço da farinha de trigo, enquanto que numa ronda efectuada por vários mercados da capital do país se pode constatar, com efeito, que o mesmo se passa com outros produtos como o arroz e o açúcar.

«Sentimos de facto que há empresários a enveredarem pelo açambarcamento», reafirmou Gomes Cardoso, salientando, por outro lado, a predisposição governamental de combater qualquer prática nociva à economia nacional, a exemplo do dumping e das tendências monopolistas. «Isto é crime, e nós vamos combater», ameaçou.

A nova lei das actividades comerciais, com efeito, pode ser o ingrediente mais importante, mas não é o único com o qual as autoridades contam para preparar esse cozinhado que é a regularização do sistema comercial angolano. No que ao fim do monopólio estrangeiro diz respeito, o Governo desenhou um conjunto de programas que se integram em busca de um único objectivo.

Tratam-se, segundo Gomes Cardoso, de iniciativas já implementadas, a exemplo do Entrepósito Aduaneiro, de iniciativas em implementação, como a rede de supermercados Nosso Super, e outras ainda por imple-

mentar, cujo objectivo é potenciar o comerciante angolano para que possa, finalmente, fazer face ao poderio financeiro dos estrangeiros e partir para parcerias em que não se posicione na condição de servente. Outra ideia fundamental, de acordo com Cardoso, é acabar com os monopólios e oligopólios, quer a nível da importação como da distribuição de bens de primeira necessidade.

Haverá condições para vencer um conturbado sistema onde empresários estrangeiros já criaram raízes? Para o director do comércio, pelo menos, tudo indica que sim. Até porque, diz ele, não se trata de pura demagogia. «Não vamos desistir» prometeu.

2.10 «Será lavagem de dinheiro»

A Capital...12-05-07

Gomes Cardoso coloca em dúvida a idoneidade dos barões da comida

A CAPITAL - Tempos atrás, isto é, em 2004, o Presidente da República denunciou a existência de um grupo de quatro gigantescas empresas que, a seu ver, controlavam a distribuição de alimentos em Angola. A situação se mantém?

GC - Em primeiro lugar deixa-me dizer que estamos atentos com o movimento do mercado e por isso surgiu o Presild, nova rede comercial que tem entre vários objectivos o combate à actuação monopolista e oligopolista. Em segundo lugar achamos que esta pequena rede comercial é apenas uma amostra de muita coisa sobre a qual não sabemos o que está por detrás. À volta desta rede, para além de utilizar produtos todos iguais sem inclusão das bebidas, dá a entender que estão ligados a uma ceita religiosa, por um lado, e, por outro lado, é uma cadeia que não respeita os feriados nem os domingos, tem um horário de trabalho que não é legal. Mas garanto que tudo vai acabar, porque ninguém pode trabalhar 24 horas sem a prévia autorização. Isto é um caso a ser investigado porque chegamos à conclusão que uma simples cantina na mão do angolano não rendem, mas será que, para o estrangeiro, é a única actividade que ele exerce, ou será que é apenas uma fachada e se calhar fazem a lavagem de dinheiro, venda de drogas, comércio de diamante? Eu não posso assumir, porque não tenho provas.

A CAPITAL - Em 2004, repito, o Presidente já falava da existência de um grupo que de alguma forma já influenciava o comércio. Isto ainda persiste?

GC - O Presild foi inspirado nas declarações do Presidente. E já denunciava estes grupos organizados. Falava também da precariedade da oferta de bens a população e do domínio de cidadãos estrangeiros no comércio feito em Angola. Agora porque é que só agora é que há escassez de produtos nos armazéns?

Então há um grupo que quer ofuscar a imagem do Governo, para fazer parecer que o Governo é o culpado pela desgraça do povo.

A CAPITAL - Como agir perante situações iguais?

GC - Estamos a tomar medidas económicas. Esses grupos, pelo menos alguns deles, estão a se transformar em forças do mal porque tentam açambarcar a mercadoria, por um lado, para fazer crer que o Governo só trás desgraça para a população e em contrapartida eles aparecem como salvadores da pátria. Por exemplo se eles sempre venderam produtos de primeira necessidade, como é que em alguns armazéns estão surgir rotura de stock destes produtos. Agora que surgiu o Nosso Super é que estão a deixar de importar e comercializar, ali nós começamos a nos interrogar. Apenas estamos a complementar o esforço que até aqui eles levaram a cabo, ninguém lhes proibiu de importarem, comercializarem e produzirem em Angola. Não vamos admitir que numa altura de paz, de estabilidade macroeconómica, com a taxa de câmbio estável, não vamos admitir que haja escassez e consequentemente especulação de produtos. Paradoxalmente, ultimamente estamos a sentir dificuldades operativas no Porto de Luanda. Ou seja há alguns problemas operativos para o desembarço aduaneiro da mercadoria, há muitos navios que estão ao largo, enfim não estão a atracar. Temos este todo conjunto de situações, pelo que esperamos que não haja má fé dos comerciantes angolanos, o importante é que não haja rotura de produtos. Estamos num mercado que precisa no mínimo quatro milhões de toneladas de produtos básicos e naturalmente essa quantidade não vai ser garantido por 38 mercados Nosso Super.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Actividades de ONG deixam muito a desejar

Jornal de Angola...01-05-07

As Organizações não Governamentais (ONG) nacionais e estrangeiras que não apresentarem projectos de impacto social e de modo transparente vão deixar, doravante, de exercer qualquer actividade no país.

A informação foi avançada ontem, em Luanda, pelo director-geral da Unidade Técnica de Coordenação de Ajudas Humanitárias, Pedro Walipi Calenga, durante a apresentação do relatório anual de actividades realizadas pelas ONG no biénio 2005/2006. No país, segundo Pedro Walipi Calenga, existem várias ONG que realizam as suas actividades e não prestam informação ao órgão supremo.

"Existem ONG que afirmam realizar actividades com valores em mais de um milhão de dólares, quando não condiz com a verdade", afirmou. Segundo a fonte, as organizações nacionais e estrangeiras devem anunciar, a breve prazo, os projectos e planos de acção a serem desenvolvidos em várias áreas.

O responsável constatou negligência de algumas ONG, isto no que concerne a apresentação dos projectos a serem realizados em todas as províncias.

"Deve haver um fluxo de informação a todos os níveis que, na sua óptica, as autoridades locais têm que tomar conhecimento do que está a ser elaborado pelas organizações junto das comunidades", pontualizou.

Por esta questão, as ONG devem apresentar os dados reais e actualizados, mesmo com pouco recurso a nível de todas as estruturas e parceiros, isto, para que a apreciação seja feita de maneira justa. Nessa senda, em 2006, num universo de 537 ONG das quais 418 nacionais e 119 internacionais apenas 222 actualizaram as suas informações no directório da Unidade Técnica de Coordenação de Ajudas Humanitárias (UTCAH).

Por conseguinte, apenas 91 organizações, das quais 45 nacionais, 46 internacionais e sete igrejas apresentaram os seus projectos em curso nas dezoito províncias. Luanda, Benguela e Huambo apresentaram maior número de projectos em curso. Num total de 283 projectos, 63 projectos estão a ser realizados no sector da Saúde, 64 na Educação e 32 na Agricultura.

Na ocasião, o presidente do Fórum das Organizações Não Governamentais angolanas, António Kiala, face a medida tomada pela UTCAH, realçou que as organizações devem mudar de comportamento dando

informação das actividades para que haja melhor coordenação com o referido órgão.

3.2 Malanje tem novo plano director

Jornal de Angola...07-05-07

O governador da província de Malanje, Cristóvão da Cunha, em passou na sexta-feira Luís Augusto Monteiro, como novo director provincial do Gabinete do Plano, Estudo e Estatística, e Isabel Roque dos Santos Mateus, como directora do sector da Assistência e Reinserção Social, Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra.

No acto, os recém-empassados juraram fidelidade à pátria e comprometeram-se em cooperar com zelo e inteligência na execução das tarefas a que lhes fora incumbidas, visando servir o público e contribuir para o desenvolvimento do país. Por sua vez, Cristóvão da Cunha pediu aos recémempassados maior empenho e dedicação na gestão pública, "pois só a transparência e o cumprimento das exigências do governo permitirão o desenvolvimento do país".

O governante reafirmou a intenção do seu executivo continuar a imprimir maior dinâmica nas acções do governo, razão pela qual o cumprimento da lei será imperioso para o exercício da actividade laboral por parte dos quadros ora empassados.

"A nova fase que o país vive exige de todos os servidores públicos maior responsabilidade para permitir que o processo de desenvolvimento continue a crescer", enfatizou.

A nova directora do Minars em Malanje, que é quadro do Ministério desde 1977, substituiu no cargo Amónia Gomes Bula, enquanto que o director do Plano ocupa a pasta deixada por Mateus Claudino dos Santos.

Com a nomeação dos novos responsáveis, as instituições são chamadas a imprimir uma nova dinâmica, conforme fez questão de realçar o governador de Malanje, Cristóvão da Cunha, quando procedia à investidura dos mesmos. Assistiram a cerimónia de empassadoramento membros do governo e convidados.

3.3 Ondjiva acolhe seminário sobre administração do estado

Jornal de Angola...11-05-07

A cidade de Ondjiva, província do Cunene, acolhe desde ontem o seminário inter-provincial sobre "Implementação do decreto-lei nº2/07", que estabelece os Princípios e Normas de Organização e Funcionamento dos órgãos da Administração do Estado.

De acordo com o programa distribuído à imprensa lo-

cal, o evento contará com a participação de representantes das províncias da Huíla, Namibe, Kuando Kubango e Cunene.

Sob orientação de especialistas do MA 1; serão abordados temas ligados a organização e funcionamento da administração local, gestão dos recursos humanos da administração, planeamento e desenvolvimento territorial.

Os participantes serão ainda capacitados em funções dos órgãos da administração desconcentrada do Estado, competências genéricas, critérios para a elaboração dos estatutos orgânicos, serviços municipalizados, parcerias, contratos, programa e estatuto do administrador.

O planeamento de efectivos, ingresso, acesso e promoção, diplomas e provimentos, normas para a elaboração do plano director, perfil e programas de desenvolvimento económico e social municipal, constam igualmente das questões a serem diocuridas.

3.4 Entidades capacitadas sobre programa de desenvolvimento

Jornal de Angola...14-05-07

Entidades administrativas, autoridades religiosas e tradicionais da comuna de Chivaulo, município do Andulo (Bié), foram nesta sexta-feira capacitados sobre o "programa de desenvolvimento comunal", uma promoção da ONG americana "Care Internacional".

O evento visou esclarecer os 50 participantes sobre a importância do conhecimento da Lei 2/07, dedicada à descentralização do poder do Estado, a fim de encontrar mecanismos que possibilitem o progresso sócio-económico daquela parcela de Angola.

Durante a acção, foram analisados, dentre vários assuntos, a melhoria das vias de acesso, promoção de uma educação efectiva e eficiente das crianças, fortalecimento das capacidades das organizações comunitárias para a sensibilização sobre o risco do VIH/Sida e sobre o processo de desminagem.

A construção de residências para professores nas embalas e aldeias, o reforço da capacidade da escola de formação feminina da missão de Chilessó (Andulo), a divulgação de boas práticas femininas nas aldeias, entre outros, fizeram igualmente parte da agenda.

Segundo o coordenador da Care Internacional na província do Bié, Daniel Júlio, o programa de desenvolvimento comunal "PDC", visa reforçar a capacidade das administrações locais e organizações comunitárias, para um processo de planeamento e orçamentação comunal de forma transparente.

A acção, segundo Daniel Júlio, vai ainda ajudar uma melhor gestão de micro-projectos, através do fundo de desenvolvimento local, fortalecer a ligação entre as

administrações e o Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística na província, entre outros benefícios em prol da população.

A vila de Chivaulo, situa-se a 169 quilómetros a Norte do Kuito (Bié) e possui 18 embalas, duas regedorias, 122 aldeias e 51 autoridades tradicionais, as quais albergam 79 mil 442 habitantes, maioritariamente camponeses.

3.5 Recomendada criação de conselhos municipais de concertação

Jornal de Angola...15-05-07

O seminário metodológico inter-provincial sobre o funcionamento da administração do Estado, encerrado no último fim-de-semana na província do Cunene, recomendou a criação de conselhos de auscultação social a nível dos municípios e comunas.

O encontro, que discutiu a implementação do Decreto-Lei nº 2/07 sobre os Princípios e Normas de organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração do Estado, advogou a divulgação dos estatutos orgânicos dos governos provinciais, administrações municipais e comunais.

De acordo com o porta-voz do seminário, Jaime Pinto, o novo modelo de organização e funcionamento da administração local do Estado, estabelecido no Decreto Lei nº 2/07, vai permitir o esclarecimento e o bom funcionamento nas diferentes estruturas da administração local.

Segundo ele, deve-se enquadrar as delegações provinciais nos estatutos orgânicos dos governos provinciais, bem como a regulamentação de parcerias público-privadas.

Durante o seminário, orientado por técnicos do Ministério da Administração do Território, foram abordados temas ligados à organização e funcionamento da administração local, gestão dos recursos humanos, planeamento e desenvolvimento territorial.

Participaram no encontro os governadores provinciais do Namibe e Cunene, vice-governadores delegados provinciais, bem como administradores municipais e comunais

3.6 Município cumpre programa

Jornal de Angola...17-05-07

O administrador do município do Kilamba Kiaxi, Frank Ranque, assegurou que a área sob a sua jurisdição está a cumprir com o programa agendado pelo GPL, isto no que concerne os estragos causados pelas enxurradas que se abateram sobre Luanda.

"As empresas já estão a operar no município há duas

semanas. O nosso objectivo principal é solucionar as vias que ligam, não so, o município do Kilamba Kiaxi mas também a parte baixa", realçou .

Para Ranque Frank sublinhou que se regista uma circulação rodoviária sem grandes constrangimentos desde a Machado Saldanha até o antigo controlo do Golfe e a via que liga o parque do bairro Popular ao Sanatório.

A de recolha de grandes focos lixo é uma das preocupações da Elisal, que tem os equipamentos disponíveis para a execução dos mesmos

3.7 Administrações devem arrecadar receitas para desenvolver os municípios

Angop...25-05-07

O vice-ministro da Administração do Território, Mota Liz, recomendou quinta-feira, na cidade do Huambo, aos administradores municipais que envidem esforços para a melhoria da arrecadação de receitas locais, no sentido de pôr a funcionar em pleno as administrações locais.

Falando no encerramento do seminário inter-provincial sobre a reforma administrativa dos governos provinciais, Mota Liz considerou os dois dias como de "trabalho intenso" dedicados à análise da implementação da nova orgânica dos governos provinciais e das administrações municipais. No entanto, recomendou a democratização das instituições, criando oportunidades de participação das comunidades no sentido de que os planos de desenvolvimento e projectos reflectam a vontade das populações.

Para ele, quanto mais próxima for a governação, mais facilmente se conseguem entender as aspirações da comunidade e mais eficazmente se resolverão as necessidades e problemas das populações. "Este é o desafio e o caminho, vamos acreditando nas administrações para a implementação de planos que ajudem a combater a pobreza, a redução ou eliminação do número de crianças fora do sistema de ensino, a mortalidade infantil, fornecimento de água potável, energia e outros serviços à população", afirmou. Mota Liz deu a conhecer que no decorrer dos dois dias foram analisados os melhores mecanismos e formas de implementar as novas normas de organização e funcionamento das administrações municipais, comunais e governos provinciais. Acrescentou que a preocupação não consiste apenas na melhoria do aspecto organizativo, mas sim na satisfação das necessidades básicas da população e fornecimento de serviços que melhorem a qualidade de vida do povo angolano.

Por outro lado, chamou a atenção dos governantes na organização dos planos directórios de ordenamento do território.

Referiu que seminários do género serão realizados nas restantes províncias do país, no sentido de concretizar um compromisso do governo com a desconcentração e descentralização.

Disse ser um programa que esta a ser implementado pelo governo baseado num estudo realizado sobre a macro estrutura da administração local do Estado, do qual resultou um plano estratégico que está a ser aplicado pelo Ministério da Administração do Território.

De acordo com o responsável, os desafios de desenvolvimento económico e a necessidade de redução da pobreza obrigam o Estado a acentuar os níveis de desconcentração, razão pela qual o Governo aprovou o decreto Lei nº 2/2007, um instrumento que procura criar condições para a melhoria da prestação de serviço das administrações municipais, comunais e os próprios governos provinciais. O encontro decorreu numa das salas de reuniões da Faculdade de Ciências Agrárias a cerca de 12 quilómetros da cidade do Huambo e contou com a participação de 240 pessoas, entre governadores e seus adjuntos, administradores municipais e comunais, técnicos da administração do território, FAS, justiça, finanças e urbanismo e ambiente. Os participantes abordaram assuntos relacionados com a gestão dos recursos humanos da administração local, o planeamento de efectivos, ingresso, acessos e precauções, desenvolvimento territorial, as normas para elaboração de plano director e de perfil municipal. Os planos e programas de desenvolvimento económico e sociais, programação orçamental e execução do Orçamento Geral do Estado (OGE), arrecadação de receitas e responsabilidades financeiras, foram também assuntos abordados no seminário..

3.8 Virgílio Fontes Pereira defende qualificação dos recursos humanos

Jornal de Angola...14-05-07

O ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, defendeu em Ondjiva, Cunene, a necessidade de qualificação dos recursos humanos, visando uma melhor prestação de serviços da Função Pública nas administrações municipais e comunais.

Segundo o governante, que falava nesta cidade, no âmbito do primeiro encontro inter-provincial sobre a implementação do Decreto Lei nº 2/07, instrumento jurídico que estabelece os princípios e normas de organização e funcionamento dos órgãos da Administração

do Estado, cerca de 79 por cento dos efectivos da Função Pública local estão nas administrações municipais e comunais, a maior parte dos quais com baixo nível de formação.

De acordo com Virgílio de Fontes Pereira, do universo dos recursos humanos da administração local, 80% integra carreiras administrativas mais baixas, como funcionários de limpeza, motoristas e administrativos, entre outros, ao invés de pensadores para a resolução dos problemas da administração pública local.

Grandes partes dos funcionários têm a 8ª classe. E gerir a administração com várias pretensões de desenvolver empresas, organizar cidades e quadros a este nível é prever o insucesso das actividades" – disse.

Por isso, defendeu a necessidade de capacitar os funcionários academicamente e requalificar os quadros nos diferentes sectores para se ultrapassar esta situação. Acrescentou que problemas como a sujidade, o lixo e o absentismo, não devem ser transportadas às novas cidades a serem edificadas e urbanizadas.

Adiantou que a não colocação dos funcionários públicos nos devidos lugares e a falta de incentivos para que os mesmos possam deslocar-se aos lugares onde a sua contribuição é mais necessária, constituem alguns dos problemas de má localização dos quadros.

Informou ainda que o governo está a preparar um pacote de incentivos dos quadros nacionais, para exercerem as suas actividades onde forem necessários e requalificar o nível de formação dos funcionários públicos nos municípios e comunas.

De acordo com o ministro, a realização de interesse público deve ser feita de modo a atingir-se níveis elevados de eficácia e eficiência. Explicou que para tal, devem ser identificados os aspectos negativos das administrações, na perspectiva de se dar solução aos problemas.

Entretanto, o ministro assegurou que, o decreto introduz inovações com vista a dar resposta a diversas situações nos domínios dos recursos humanos, investimentos públicos, parcerias, autonomia na organização e funcionamento dos serviços locais, desconcentração de competências do governo provincial para os municípios e reforço da capacidade de captação de receitas ao nível local.

O Decreto Lei nº 2/07 constitui um instrumento fundamental para que os servidores públicos locais possam melhorar o desempenho da administração local.

Com a implementação do diploma, frisou o governante, pretende-se evitar os erros cometidos na aplicação do Decreto nº 17/99, que foi aprovado e aplicado de maneira diferente por má interpretação do mesmo.

O seminário visou fundamentalmente permitir que o estudo da implementação do referido Decreto possa

ser feito com uma comunhão alargada de opiniões.

O evento conta com a participação dos governadores das províncias do Cunene e do Namibe, Pedro Mutinde e Álvaro de Boavida Neto, respectivamente, bem como dos vice-governadores da Huíla e Kuando Kubango, além dos administradores municipais, comunais e os respectivos adjuntos.

3.9 A quem prestam contas os governadores provinciais?

A Capital...26-05-07

Os primeiros cinco meses do ano fustigaram a cidade capital do país, Luanda, com uma estação chuvosa que desventrou a inépcia da gestão cidadina em toda a extensão dos sistemas básicos de saneamento, energia, tráfego, educação, saúde e segurança urbana.

Muita água passou debaixo da ponte sobre a gestão de Job Capapinha, governador de Luanda e não valerá a pena acrescentar mais, até porque o ónus da governação da capital, tomando em linha de conta o sistema de concentração de poderes não recai apenas no governador provincial.

A nossa análise concentrase, para lá de Luanda, na situação corrente em que os governadores provinciais, dependentes da nomeação presidencial, resíduo institucional de uma constituição caduca, a quem prestam contas, são, num tempo único, um poder particular e parte do poder central. De resto, a marca da governação presidencial, caracterizada pela criação sistemática de comissões paralelas ao exercício do poder de tutela em períodos de crise, revelou-se ao longo do tempo claramente ineficaz.

Conhecidas são as especificidades de Luanda: sede do poder político, concentração dos interesses económicos, porta de entrada de investidores cuja franquia é negociada com livretrânsitos de comissões cada vez mais disputadas em fatias de poder dispersos pelos vários segmentos institucionais; centro da maior concentração eleitoral e sede estratégica do poder militar.

Luanda é o exemplo gritante do alheamento do cidadão do exercício de participação cívica e democrática e levanta uma vez mais a questão das eleições autárquicas e do poder local em geral. O pacato cidadão não sabe quando serão realizadas as eleições gerais - uma omissão a qual o grupo de observadores eleitorais da SADC fez pertinente referência - e está longe de saber quando poderá decidir, ele próprio, sobre o destino da sua cidade, vila ou comunidade.

Ninguém tem pressa de morrer, todos fazemos questão de viver cada vez melhor, ou se quisermos no caso angolano, não tão mal assim.

O enclave petrolífero, a litoralização da economia e a concentração do poder político na capital, adicionados às décadas de guerra civil com a subsequente

movimentação de populações, fizeram de Luanda uma prima donna em constante renovação repentista à mercê dos apetites eleitorais e das dissecações do território urbano movidos pela bolha da especulação imobiliária.

Corre-se atrás dos espaços territoriais catapultados por jogos especulativos, corre-se atrás da aritmética eleitoral que as cerca de 5 milhões de almas podem deduzir, corre-se atrás de eventos efémeros como a inauguração de mercados municipais que amanhã se esquece, ou de shoppings cuja relevância não vai além de algumas sessões de cinema.

Não será por mero acaso que o dossier das eleições autárquicas e por extenso, a questão do poder local, têm sido sucessivamente postergado na agenda dos actores políticos.

Um misto de interesses imediatos que atravessa todo o espectro político catalizado pelo temor da mudança, tanto da banda situação como das oposições, ligado à democracia parlamentar 'tout court' relegou as autárquicas e o poder local para o dia seguinte.

A crise geral de Luanda, a cidade capital, que afecta grande parte da população de Angola, vem colocar na ordem do dia a pertinência do poder local, das eleições autárquicas, da participação directa do cidadão no destino e no exercício democrático da vida cidadina.

A marcha quotidiana na estação chuvosa dos ditos sem recursos, de Viana a Luanda e vice-versa, na trilha ferroviária e a outra marcha, muito mais anónima, daqueles párias na própria pátria, que ora se concentram nas nossas urbes (estudos preliminares indicam que fruto da guerra, a maioria da população angolana está concentrada nas cidades ou em torno delas), deveria ser suficiente para acordar algumas mentes parlamentares cuja sensibilidade parece ser só sensível aos frutos da época: Land Cruisers e Prados.

Quem escrutina os governadores? Porque razões não são eleitos? Para quando as assembleias provinciais e municipais? Estas são questões cada vez mais pertinentes no horizonte da 'nossa democracia' cada vez mais nublada.

3.10 Vice-ministro da Administração do território defende democratização das instituições

Jornal de Angola...27-05-07

A democratização das instituições foi defendida no Huambo pelo vice-ministro da Administração do Território, Mota Liz, quando procedia o encerramento do seminário sobre a reforma administrativa dos governos provinciais, que teve lugar naquela cidade.

Mota Liz afirma que isto permite que os planos de

desenvolvimento e projectos reflectam a vontade das populações.

Afirmou que quanto mais próxima for a governação, mais facilmente se consegue entender as aspirações da comunidade e mais eficazmente se resolve as suas necessidades.

"Este é o desafio e o caminho, vamos acreditando nas administrações para a implementação de planos que ajudem a combater a pobreza, a redução ou eliminação do número de crianças fora do sistema de ensino, a mortalidade infantil, fornecimento de água potável, energia e outros serviços à população", afirmou.

Mota Liz deu a conhecer que durante dois dias foram analisados os melhores mecanismos e formas de implementar as novas normas de organização e funcionamento das administrações municipais, comunais e governos provinciais. Acrescentou que a preocupação não consiste apenas na melhoria do aspecto organizativo, mas na satisfação das necessidades básicas da população e fornecimento de serviços que melhorem a qualidade de vida do povo Angolano. Por outro lado, chamou a atenção dos governantes na organização dos planos directórios de ordenamento do território. Referiu que seminários do género serão realizados nas restantes províncias do país, no sentido, de concretizar um compromisso do governo com a desconcentração e descentralização. Disse ser um programa que está a ser implementado pelo Governo baseado num estudo realizado sobre a macro-estrutura da administração local do Estado, do qual resultou um plano estratégico que está a ser aplicado pelo Ministério da Administração do Território. De acordo com o responsável, os desafios de desenvolvimento económico e a necessidade de redução da pobreza, obrigam o Estado a acentuar os níveis de desconcentração, razão pela qual o Governo aprovou o decreto Lei nº 2/2007, um instrumento que procura criar condições para a melhoria da prestação de serviço das administrações municipais, comunais e os próprios governos provinciais. O encontro decorreu numa das salas de reuniões da Faculdade de Ciências Agrárias, a cerca de 12 quilómetros da cidade do Huambo e contou com 240 participantes, entre governadores e seus adjuntos, administradores municipais e comunais, técnicos da Administração do Território, responsáveis da Justiça, Finanças e Urbanismo e Ambiente.

Os participantes abordaram assuntos relacionados com a gestão dos recursos humanos da administração local, o planeamento de efectivos, ingresso, acessos e precauções, desenvolvimento territorial, as normas para elaboração de plano director e de perfil municipal.

Os planos e programas de desenvolvimento económico e sociais, programação orçamental e execução do Orçamento Geral do Estado (OGE), arrecadação de receitas e responsabilidades financeiras, foram também

assuntos abordados no seminário.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 «Manter a data das eleições em segredo não é boa prática»

A Capital...05-05-07

A missão do FPSADC observou que, ao contrário do que é comum em alguns países da SADC onde as datas das eleições são regularmente fixadas, Angola encontra-se no grupo de países onde as datas das eleições são anunciadas pelo chefe de Estado, o que, no parecer do fórum, não está em conformidade com as normas e padrões do FPSADC.

Entende este Fórum que, manter as datas das eleições em segredo não é boa prática, porque causa desvantagens a'os partidos políticos da oposição. Embora não se conheçam as datas específicas da realização das Eleições legislativas, o FPSADC acredita que serão realizadas entre Maio e Agosto de 2008.

Depois de realçar o papel da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPPE), o Fórum destacou a importância da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), concedendo-a uma menção especial por ser o órgão central que na maior parte dos países da SADC organiza eleições e gere por inteiro os processos eleitorais.

Em Angola a CNE é constituída por 11 membros, dos quais, seis nomeados pela Assembleia Nacional, sendo, três do Partido no poder, dois da UNITA e um do PRS. Para além destes há ainda dois membros nomeados pelo Presidente da República. O presidente da CNE é o Vice-presidente do Tribunal Supremo, e é nomeado por este órgão de soberania. A CNE conta também com um membro do Ministério da Comunicação social e outro do Ministério da Administração do Território.

Perante este quadro, a missão da SADC notou que dos 11 membros da CNE, oito são apontados pelos partidos políticos, o que suscita dúvidas sobre como poderá esta instituição gerir de maneira imparcial o registo eleitoral. A missão ouviu, por outro lado, preocupação de certos sectores quanto a indicação do vice-presidente do Tribunal Supremo como presidente da CNE.

"Alguns intervenientes expressaram o seu temor quanto a um possível conflito de interesses. Este assunto requer mais clarificação das autoridades governamentais para fortalecer a confiança dos parceiros na CNE", constatou a missão, que levanta ainda a questão dos governadores provinciais e administradores municipais que são eleitos para

funções eleitorais. Para a missão do FPSADC, estes têm dupla função, uma vez que são, por um lado, governadores e administradores e, por outro, supervisores.

"Parece haver um conjunto de conflito de interesses quando se trata de resolução de disputas eleitorais", confirma.

Para esta missão regional de observação, a existência de 126 partidos políticos no país representa sinais do crescimento da democracia e um indicador da viragem da sistema de partido único para o multipartidarismo.

"A missão tem a impressão de que o actual ambiente político requer uma gestão cuidadosa para a cultura democrática tomar o seu rumo", aconselha.

Uma outra preocupação levantada pela missão do FPSADC é a ausência de estatísticas. Por isso, deduziu que o actual processo de registo eleitoral está a decorrer sem elas, tendo em conta que não houve senso populacional nos últimos 30 anos.

"A cifra de 14 milhões é o número da população Angolana e 7,5 milhões são eleitores potenciais. Portanto, trata-se de uma estimativa que pode ser mais ou menos", afirma a missão da SADC que entende que para um processo de registo eleitoral exacto é necessário uma informação exacta sobre a população da totalidade do território nacional. A missão diz não se ter deparado com qualquer material de publicidade eleitoral visível, como cartazes, nas zonas onde passou, apesar de em seu entender, serem instrumentos importantes para a publicidade, tanto para o registo eleitoral como para as eleições.(...)

Recomenda ainda que o Ministério da Administração do Território (MAT) assegure a informação regular do público, através da comunicação social sobre a localização e movimentos das brigadas.

"Ha também uma necessidade urgente de o MAT criar balcões de informação e relações públicas a nível nacional, provincial e municipal, para garantir que o público, os observadores e os membros dos partidos políticos tenham acesso a informação sobre o processo do registo eleitoral".

"Por forma a garantir a transparência e a responsabilidade, a CIPE e a CNE devem garantir que nenhum dos seus funcionarios desempenhe tamo funções do registo como de supervisão", adverte a missão da SADC, sublinhando que esta recomendação resulta da preocupação levantada por alguns intervenientes sobre algumas ocasiões em que os funcionários da CIPE a nível provincial também trabalham na CNE.

"O papel da comunicação social em informar e educar o público sobre o processo relacionado com as eleições não deve ser sobre enfatizado. Neste sentido, a comunicação social deve desempenhar um papel mais provocativo no processamento da informação de

educação cívica e eleitoral de forma mais amigável em línguas nacionais diferentes, com vista a disseminar tal informação ao público, fundamentalmente a população rural".

Chefiada pelo antigo vice-presidente do Fórum Parlamentar da SADC, deputado Duke Léfoko, do Parlamento do Botswana, a delegação que integrou outros deputados do Botswana, contou com a presença de outros do Malawi, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Tanzania, Zâmbia e Zimbábwe.

A missão teve por objectivo avaliar o processo de registo eleitoral com relação a ampla participação de potenciais eleitores, infraestruturas adequadas e o tempo atribuído para tal, para além de avaliar o nível de educação cívica do eleitor realizada antes e durante o registo.

4.2 A lentidão do registo eleitoral. Poderá alterar eleições para 2010

Folha...05-05-07

A lentidão que se verifica no processo do registo eleitoral em curso no país pode arrastar as eleições legislativas anunciadas para o próximo ano pelo Presidente da República, para 2009 as presidenciais para 2010.

A morosidade é interpretada por várias forças políticas da oposição e pela sociedade civil como manobra para o Governo continuar a adiar a realização das eleições, fazendo de outras organizações políticas e do próprio povo "reféns" de um regime totalitário.

Face a essa situação, a Assembleia Nacional decidiu doravante enviar permanentemente as províncias as suas comissões de trabalho que no fim deverão produzir um relatório sobre a real situação do processo de registo eleitoral em todo o território nacional. Por exemplo, na província do Bié, os argumentos da Comissão Provincial Eleitoral local não convenceram a IV Comissão da Administração e Poder Local da Assembleia Nacional que naquelas paragens radiografou o andamento do processo. A Comissão encabeçada pelo deputado Manuel Saviemba, da UNITA, tomou boa nota sobre a evolução das obras na cidade do Kuito, enquadrados nos programas de melhoramento e aumento da oferta dos serviços sociais básicos à população bem como à reabilitação mínima da cidade. Mas no que toca ao processo do registo eleitoral, a situação inspira cuidados. Por exemplo, os partidos da oposição com e sem assento parlamentar têm enormes dificuldades em fiscalizar o registo eleitoral por falta de meios de transporte e pelos constrangimentos de vária ordem orquestrados por parte do Governo. "Apesar de o Governo ter

disponibilizado meios financeiros para o efeito, as deslocações dos fiscais às áreas onde as brigadas de registo funcionam é um Deus nos acuda", lamentou o deputado Saviemba.

Segundo a lei, a presença dos fiscais junto das brigadas de registo é assegurada pelos seus partidos.

Uma fonte da Comissão Provincial Eleitoral do Bié, justificou que em função do processo eleitoral, o Governo dá aos partidos políticos um financiamento específico para o apoio das suas actividades.(...)

Segundo o que constataram das 381 brigadas que funcionaram durante o período de observação, os observadores da Plataforma inspeccionaram 280 brigadas. Os mesmos observadores permaneceram junto a cada brigada pelo menos uma hora, tendo-se constatado inúmeras irregularidades e das 2.780 visitas que efectuaram 2.522 brigadas estavam a funcionar debilmente. Os observadores viram 147.043 eleitores a serem registados entre 15 de Novembro do ano passado a 30 de Março de 2007. A média de registo é de 30 pessoas por hora o que equivale a 8 minutos para registar cada pessoas. Do total que os observadores verificaram, 44% foram mulheres. Os observadores verificaram situações onde os fiscais eram mantidos a uma distância que lhes permitia uma eficaz fiscalização. As brigadas alegaram ser necessário manter a área de registo organizada e, em muitos casos foi notório o fraco domínio que os fiscais tinham sobre as leis e procedimentos eleitorais. Do total de eleitores registados a prova de cidadania foi através de testemunhas em 29,9% dos casos, percentagem que aumenta drasticamente nas áreas rurais para 59,2%. Nesta conformidade, as testemunhas mais comuns foram os próprios membros das brigadas seguido de autoridades tradicionais, outros eleitores e um número muito menor recorreram a autoridades religiosas. Os observadores também notaram situações onde houve incidentes ou interrupção do trabalho das brigadas que constataram 8,4% das observações. Destas, as províncias onde a percentagem foi acima de 20% são o Zaire e o Kuando Kubango e onde houve os indícios mais baixos, o Bié com 0,3% e o Huambo com 2,4%. Houve casos onde as brigadas pararam de funcionar por falhas de equipamento. Na totalidade das observações o equipamento não funcionou em 15,3% dos casos com um ligeiro diminuição em áreas rurais onde a frequência foi de 12,3%. Entre o primeiro mês de operação (15 de Novembro a 15 de Dezembro de 2006) e o terceiro mês (15 de Fevereiro a 15 de Março de 2007) a percentagem de situações onde o equipamento não funcionou diminuiu de 15 para 14,1%.

4.3 Espectro da abstenção ganha peso

Agora...05-05-07

Embora não seja, por enquanto, do conhecimento público devido à falta de um pronunciamento oficial da parte das entidades competentes, o AGORA apurou de fontes próximas da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE) e da Comissão Executiva de Luanda para as Eleições que foram feitas algumas alterações no pacote legislativo eleitoral.

A Lei 03/05 de 1 de Junho, também conhecida por Lei do Registo Eleitoral, por exemplo, define no seu artigo 29º que os cidadãos que não possuem os documentos necessários, nomeadamente, a carta de condução, Bilhete de Identidade, cartão das Forças Armadas, cartão de refugiado do Alto Comissariado para os Refugiados ou passaporte de disponibilidade militar, devem fazer o seu registo mediante prova testemunhal. Inicialmente era obrigado que as testemunhas fossem duas pessoas idóneas, no mínimo, que já tenham feito o seu registo e confirmadas pelas entidades tradicionais e religiosas.

Hoje, numa altura em que o processo de registo eleitoral se encontra no último terço do seu período, que oficialmente termina a 15 de Junho próximo, a prova testemunhal é feita apenas por uma pessoa, quer seja idónea quer não, desde que a Lei Eleitoral, por seu turno, define no seu artigo 38º que a eleição se realiza no mesmo dia em todo o território nacional. A mesma, ainda de acordo com a legislação, só pode ter lugar num sábado ou domingo. Pode ter lugar excepcionalmente em outro dia da semana devendo, se, nesse caso, decretar tolerância de ponto.

No entanto, o grande problema aqui consiste no facto de o legislador, segundo fontes que temos vindo a citar, contrariar o artigo 35º da Lei do Registo Eleitoral, relativo à transferência de registo. Diz o artigo que a mesma se faz durante o período de actualização dos dados, mediante a entrega do cartão de eleitor e de um impresso de transferência na entidade registadora da área geográfica da nova residência.

Ora, aquando do arranque do processo de registo eleitoral, a 15 de Novembro do ano passado, diziam os legisladores e técnicos da CIPE que os cidadãos com capacidade eleitoral deverão votar nas áreas onde procederam o seu registo eleitoral. (...)

Os constrangimentos que se verificam, nos últimos dias, no decurso do processo de registo eleitoral, poderão contribuir para tal deficit, conforme aconteceu em 1992. Na altura foram às urnas, um pouco por todo o país, em 585 assembleias de voto, 4, 86 de eleitores dos 5,3 milhões previstos, perfazendo 92 por cento da população com capacidade de votar, naquela altura.

Oito por cento da população votante não foi regista, e como tal não exerceu o seu direito de voto, devido ao difícil acesso a algumas áreas, sobretudo nas provinciais do Kuando Kubango, Moxico e Uíge, conforme rezam alguns relatórios de observadores internacionais e do então Conselho Nacional Eleitoral.

O registo de eleitores decorreu no período compreendido entre 20 de Maio a 10 de Agosto de 1992. Na altura, a então representante especial do secretáriogeral das Nações Unidas, Margaret Anstee, havia apelado, por várias vezes, para que o mesmo fosse dilatado com vista a cobrir as áreas inacessíveis, assim como se pudesse proceder ao registo dos angolanos que regressavam ao país. A CNE, por seu lado, decidiu por maioria de votos contra, chumbar tal pretensão.

Ainda de acordo com as fontes acima referidas, o Governo tudo está fazer para evitar possíveis constrangimentos. Para o efeito, está a pensar em criar cabinas à parte para atender aquelas pessoas que não estiverem nos seus locais de residência no dia das eleições. Os votos destes eleitores serão transferidos nas zonas onde se registaram.

Quanto às alterações feitas no pacote eleitoral, disseram que antes das mesmas o assunto foi discutido pelo poder competente.

4.4 Eleitores não querem mais ir aos comícios

Angolense...05-05-07

A intolerância foi apontada também como motivo para não se fazerem presentes aos comícios. Normalmente, estas actividades terminam com violência e algumas pessoas, para além de receberem serem identificadas com o partido X ou Y, temem na calada da noite ou mesmo em plena luz do dia serem molestadas.

"Se cada político aceitasse a existência de outros partidos, certamente, ensinavam os seus militantes a serem mais tolerantes e a respeitarem a escolha dos outros", disse Gabriel Martins, de 54 anos. Acrescentou que se assim acontecer às pessoas terão mais vontade e vão assistir as manifestações das massas.

As promessas que não são cumpridas também são outro motivo apontado pelo nosso interlocutor, dizendo que os políticos angolanos devem mudar de postura. Aos 27 anos de idade, Amélia Celeste guarda más recordações do primeiro e único comício que assistiu na sua vida, presidido por Jonas Savimbi, antigo presidente da UNITA, na província de Malanje, em 1992.

"Ainda era uma menina, mas não esqueci daquele momento. Estávamos num dos largos da cidade, havia

muitas gente. Depois do discurso de Savimbi, tudo terminou com uma confusão tremenda, tendo algumas pessoas perdido a vida", contou.

Para Amélia, hoje o seu tempo é muito valioso e deve ser utilizado para ganhar o pão para os seus filhos. É que depois de ter passado por aqueles momentos de angústia, não deseja mais assistir a nenhum comício. A falta de cumprimento das promessas que fazem é outra razão evocada por Amélia. Por seu turno, Joana Martins, 40 anos de idade, apontou o desconforto a que as pessoas são submetidas para poderem assistir a um comício como uma das causas sem, contudo, deixar de manifestar o seu desagrado pelas promessas que são feitas, e caem em saco roto.

"Só eles é que ficam nos bons lugares com direito a sombra e água, mas nós ficamos expostos ao sol e depois não resolvem os nossos problemas a que se propõem dar solução. Porque perder tempo com os comícios?", interrogou-se. Os jovens desempregados, por sua vez, tem uma razão particular para se absterem das manifestações de massa realizadas pelos partidos políticos, vulgus comícios. Não confiam mais nos dirigentes partidários e do aparelho do Estado. Com 25 anos de idade, Mário Osório conta que já assistiu um comício no largo do Primeiro de Maio, em Luanda, orientado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que também é Presidente do MPLA.

"Estou desempregado, também não consegui entrar no ensino médio, porquê que vou ouvir promessas que sei que não serão cumpridas? Se forem honradas as promessas, não serei beneficiado", disse, manifestando o seu ceticismo.

Mais adiante, aconselhou os políticos a estarem mais próximos da população, para passarem melhor as suas mensagens, assim como resolver os problemas que afligem os mais carenciados, através de auscultação." Eles nunca devem esquecer que o esperto só almoça e não janta, por isso, não prometam o que sabem que não vão poder cumprir", avisou.

4.5 Chuvas prejudicam performance das brigadas de registo

Angolense...12-05-07

Falando do registo no mês findo o coordenador para Luanda mostrou-se descontente, uma vez que contava atingir a cifra de 15.000 cidadãos' registados, o que não foi possível devido as péssimas condições das vias. "Com essas enxurradas que se abateram sobre a cidade a circulação das brigadas ficou dificultada, assim como houve pouca aderência dos populares aos postos de registo", lamentou.

"Mas, como já acabaram as chuvas, tenho certeza que

conseguiremos atingir a nossa meta", concluiu esperançoso.

4.6 Fiscais eleitorais queixam-se do SINFO

Folha8...12-05-07

Os fiscais dos partidos políticos oposição e outros oficiais, ligados ao processo do Registo Eleitoral, queixam-se de perseguição por parte de elementos dos Serviços de Segurança Interna SINFO. "Deter brigadistas contestatários constitui um dos métodos adoptados pelo Conselho Interministerial para o Processo Eleitoral, no Kuando Kubango", denunciou o funcionário A.King, que diz ter sentido isso em várias ocasiões e "ao comentar com colegas, também, eles já tinham sido abordados por elementos da Segurança que os ameaçaram dizendo estar com olho nos seus movimentos, pois eles querem um registo favorável".

Ninguém pode provar serem verdadeiras as intimidações, mas o facto de haver pressões e reconhecer a presença de membros da Segurança a rondar as mesas e os movimentos dos fiscais é por si só um motivo de suspeição, que deverá ser evitado.

Este método, segundo a nossa fonte, tem por finalidade intimidar os brigadistas colocados nos diferentes postos de registo eleitoral, principalmente, os colocados nos municípios do interior das catalogadas terras do fim do mundo, tendo em conta as dificuldades que atravessam durante o exercício de tão importante tarefa. Qualquer encontro trivial entre brigadistas é entendida, pelos agentes da Segurança-SINFO- como sendo preparação de uma manifestação de cunho reivindicativo às péssimas condições laborais e logísticas, em que trabalham, pontualizou a nossa fonte.

Assim, temendo eventual punição, poucos são os indivíduos ligados ao registo eleitoral na província do Kuando Kubango, que aceitam trocar impressões entre si, após o regresso das jornadas, "até mesmo conversar sobre paixões amorosas com amigos durante cinco minutos". Apesar de passarem necessidades, nenhum brigadista está autorizado a abandonar o posto de registo, sob pena de ser detido e posteriormente responder a um processo judicial, situação que todos pretendem evitar. "Tendo em conta o princípio coercivo do CIPE, muitos estão arrependidos e alguns prometem desistir do processo de registo eleitoral, apesar dos riscos que possivelmente poderão correr", advertiu o interlocutor, não escondendo o seu descontentamento.

O incumprimento das normas "pidescas" pode levar mesmo a prisão, como ocorreu com os brigadistas Chimbary Canhangulu, Luciano Luís Tambo, Valentim

dos Santos Vizambo e Mateus dos Santos, que raparam 15 dias nas masmorras, e que constituem exemplos concretos da mão pesada da intimidação. Os quatro brigadistas teriam, supostamente, paralisado o processo de registo eleitoral alegando falta de meios logísticos, "estavam há vinte dias sem alimentação" e sobreviveram graças à boa fé dos munícipes. No quadro das reivindicações não está só a situação alimentar ou logística, mas também a falta de pagamento do subsídio de fim-de-semana.

"A busca dos quatro brigadistas foi feita pessoalmente pelo vice-governador provincial do Kuando Kubango, Francisco Major, que se fez acompanhar de um grupo de investigadores da Polícia de Investigação Criminal, declarou a mesma fonte. Contactado pelo Folha 8, o coordenador executivo do Conselho Interministerial para o Processo Eleitoral, no Kuando Kubango, Semião Baptista, confirmou a detenção dos brigadistas em causa, refugiando-se num láconico; "eles apenas foram ouvidos e posteriormente mandados de volta aos seus postos, porque não foi apurado nada que constitua crime".

O homem forte do Conselho Interministerial reconheceu, também, a falta de pagamento do subsídio de fim-de-semana, por parte do CIPE Kuando Kubango aos brigadistas mencionados. "Isto ocorreu por causa das horas extras, o contabilista não foi a tempo de lançar no mapa os dados e provocou este triste incidente".

4.7 "Tentamos nos registar para obter o bilhete de identidade Angolano"

Angolense...12-05-07

Numa altura em que o próprio Coordenador da Comissão Executiva de Luanda para as Eleições, Agostinho Lima, veio a público alertar que as tentativas de registo por parte de estrangeiros aumentou, procuramos saber dos forasteiros qual o motivo para tal "avalanche" na procura pelo cartão de eleitor angolano

Dirigimos esta questão a Piere, 34 anos, cinco dos quais passados em Angola. A sua resposta foi directa. "Desde que abriram o registo eleitoral que nós descobrimos que esta é uma boa forma de obter a nacionalidade angolana, o Bilhete de Identidade angolano".

Dono de um pequeno parque de venda de viaturas, no Palanca, Piere se enquadra no estilo daquele emigrante que já conseguiu se estabilizar em terras alheias, não se tornou rico, mas a sua vida deu uma volta de 360º, se tivermos em conta que, como explicou, abandonou o seu país apenas com a roupa que trazia no corpo e

"alguns trocos".

Contudo, apesar do progresso, continua a enfrentar sérias dificuldades pelo facto de, até hoje, se encontrar em situação ilegal no país. "Nos primeiros anos ainda tentei tratar o visto, entreguei os documentos mas nunca saiu, até já paguei a uma pessoa que trabalha lá para me ajudar, mas nada!", reclamou.

Sem soluções, confessou que tratou um Bilhete de Identidade falso, no Cazenga. "É daqueles amarelos, dos antigos", disse, enquanto exibia o seu documento, fazendo exigência de que não fosse denunciado. Contudo, com o passar do tempo apercebeu-se que o seu BI não goza de grande credibilidade por ser facilmente falsificável.

Para driblar a situação pretende fazer o registo eleitoral, já que o cartão de eleitor, ao que julga, é caminho andado para obter o novo Bilhete de Identidade e "tem muito valor". Apesar da sua intenção ainda não "ganhou coragem para o fazer" porque tem ouvido histórias de pessoas que foram presas ao tentara proeza.

A mesma intenção tem outro cidadão do Congo/Brazaville que está em Angola há poucos meses. Ele não sabe explicar ao certo o motivo da sua intenção, mas diz que vai tentar porque outros compatriotas seus já conseguiram fazê-lo. "Eles disseram que não foi fácil porque eles falam bem a língua daqui e até parecem angolanos", contou num português arrojado.

4.8 Políticos e sociedade civil reflectem registo eleitoral

Cruzeiro do Sul.19-05-07

Quarenta e cinco elementos entre partidos políticos, igrejas, associações, autoridades tradicionais da província, abordaram esta semana na Administração Municipal de Benguela, o tema "O papel dos partidos políticos na educação cívica para o registo eleitoral numa iniciativa do Partido Renovador Democrático (PRD), realizado pelo prelector, Tuca Manuel, coordenador da Comissão Provincial para o Processo Eleitoral de Benguela.

Em declaração ao CS Eurico Manuel Bongue secretário provincial do PRD em Benguela, disse que a palestra permitiu informar a sociedade benguelense, partidos políticos, o que poderão fazer em torno de educação cívica para o processo eleitoral sem que esta se misture com a campanha eleitoral, O político encara que o número de cidadãos até agora registados e o tempo determinado para o registo eleitoral não corresponde com a demanda porque o número de cidadãos até aqui registados e o tempo delimitado para o processo, levam-nos de forma patriótica, a refletimos sobre o que

ainda podemos fazer para que aderência da população aos postos de registo eleitoral aumente Manuel Bongue apelou a população para afluírem em massa ao registo eleitoral sem medo de registar-se, na medida em que "sabemos que a palavra democracia significa dar o poder ao povo, o povo só pode receber este poder através do voto e para votar tem que se registar". Questionado sobre a confusão que houve entre o papel dos partidos políticos ao registo e a campanha eleitoral que ainda não iniciou Eurico Manuel Bongue, disse, não ter factos sobre isto. A própria dinâmica do processo eleitoral exige a intervenção de toda sociedade fundamentalmente dos autores principais.

O responsável disse ser necessário os partidos políticos conhecerem a relação existente entre educação cívica sem mencionar os elementos fundamentais que tem haver com a campanha eleitoral.

Com essa campanha que se avizinha o político garante estar a pensar que a partir de agora os partidos políticos poderão ter noção essencial para reflectir nos aspectos que tem haver com a campanha eleitoral na província. Em termo de andamento do processo do registo eleitoral em Benguela, Bongue, considera que esta situação é "extrinsecamente grave e preocupante", pôr existirem ainda um elevado número de pessoas que não se registaram.

Questionado sobre a recolha de números de cartões de registo eleitoral que alguns partidos políticos estão a fazer Eurico Manuel Bongue, fez saber que uma forma de ter dados que permita a instituição controlar o registo dos seus militantes "eu não vejo uma inconveniência porque isto em parte facilita o conhecimento de dados que dá a entender que me pé onde em q cada partido esta em termos de numero"

4.9 Mais 90 dias para o Registo Eleitoral

Angop...22-05-07

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) recomendou segunda-feira o prolongamento do período de Registo Eleitoral para noventa dias, logo a seguir o 15 de Junho, prazo anteriormente estipulado para o término do cadastro.

A informação foi avançada pelo porta-voz da CNE, Adão de Almeida, no final da sessão plenária, destinada à análise da supervisão do registo, seu prolongamento e a apreciação do Memorando sobre o Registo Eleitoral no exterior.

Sobre a extensão do cadastro, a fonte explicou que por unanimidade a CNE recomendou esta prorrogação, tendo em vista os constrangimentos causados pela chuva que se registou no país e, por outro, a colocação das brigadas. Quanto à esta última questão, referiu que

há necessidades de se colocar as brigadas mais próximas dos cidadãos, isto a nível de municípios, comunas e bairros.

Adão de Almeida esclareceu que, este prolongamento não altera o calendário eleitoral previsto pelo Governo, que estabelece a realização das eleições legislativas em 2008. Em relação à apreciação do Memorando sobre o Registo Eleitoral na diáspora, apresentado pela Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), Adão de Almeida deu a conhecer que o Governo constatou não haver condições para a realização do cadastro no exterior.

Segundo o porta-voz, a Lei Eleitoral estabelece que quando não há condições para o registo no exterior, este não se realiza. No entanto, afirmou que a CNE, como órgão supervisor, vai apresentar dentro de dias, a sua posição à CIPE sobre este aspecto

4.10 Seminário de formação de activistas comunitários

Angop...23-05-07

Cento e cinco participantes oriundos de diferentes instituições comunitárias de base, igrejas, escolas, organizações juvenis, comissões de moradores e administrações locais participaram de 28 a 31 de Maio, no hospital municipal dos Cajueiros (Cazenga), num seminário de formação de activistas comunitários.

Promovido pelo PNCM (Programa Nacional de Controlo de Malária) e Direcção Provincial de Saúde de Luanda, o encontro terá como objectivo, o reforço da capacidade comunitária na luta contra a malária, promoção do uso das medidas preventivas para o combate da malária, informar sobre os riscos do paludismo nas mulheres grávidas e crianças menores de cinco anos.

Durante quatro dias os participantes abordarão temas como: as técnicas de IEC (Informação Educação e Comunicação), importância dos mosquiteiros tratados com insecticida, prevenção contra o paludismo, sinais de paludismo simples e graves nas crianças e adultos.

A responsabilidade sobre a higiene e o saneamento, primeiros cuidados com as infecções respiratórias agudas, cuidados com a nutrição da mulher grávida e crianças, a vacinação, desparasitação e a prevenção do VIH/Sida, serão dentre outros temas à abordar no encontro.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Protecção da criança analisada em "workshop"

Jornal de Angola...05-05-07

Um "workshop" sobre "Redes de protecção e promoção dos direitos da criança" teve lugar ontem na província do Namibe, sob a égide do Departamento Provincial do Inac.

Na abertura do evento, a directora nacional para os Assuntos de Investigação e Protecção do Inac, Manuela Coelho reiterou que a instituição realiza desde 2006, acções de formação para a criação e fortalecimento de redes de protecção e promoção dos direitos da criança em Angola.

A criação de redes pelo Inac, em coordenação com o Unicef, tem como objectivo identificar de forma coordenada os principais problemas que afectam a criança e detectar em todas as províncias os fenómenos sociais que afectam os menores.

"Pretendemos unificar as acções de impacto para que haja desenvolvimento sustentado nos programas que o Inac realiza para o bem estar da nossa criança", afirmou.

Para que haja impacto na criação dessas redes, segundo a directora, é necessário um diagnóstico analisando a situação que aflige a sociedade, identificar as lacunas existentes, fazer pesquisa e campanhas de educação cívica, para propor medidas alternativas para a prevenção da violência contra a criança.

De acordo com Manuela Coelho, uma das formas de promoção dos direitos da criança é através da educação cívica, da assistência e reintegração das vítimas e, principalmente, da capacitação dos técnicos.

5.2 Novos institutos médios dão 19.440 vagas

Jornal de Angola...05-05-07

Dezanove mil e quatrocentos e quarenta alunos têm vagas garantidas nos novos institutos médios que estão em construção em cinco províncias do país, informou ontem, em Luanda, o ministro da Educação, António Burity da Silva Neto.

A informação foi dada durante um encontro que o governante manteve com os deputados da 6ª Comissão da Assembleia Nacional (AN) ligados aos sectores da Educação, Desporto, Comunicação Social, Cultura, Ciência e Tecnologia. A inserção deste número de

estudantes, de acordo com o governante, é resultado da construção de nove novos institutos médios politécnicos e agrários nas províncias de Luanda (quatro já concluídos), Benguela (dois), Malanje, Huambo e Bié, cada com um, respectivamente. Adiantou que a construção destes estabelecimentos de ensino só é possível graças ao empenho do Governo, através do Programa de Aumento e Melhoria da Rede Escolar do país.

Este investimento do Estado Angolano, adiantou o ministro, representa um crescimento de 23 por cento em relação ao número de alunos matriculados neste nível de ensino no ano lectivo transacto.

Burity da Silva informou ainda que, além da inserção de novos discentes, as novas instituições vão também garantir mil e setecentos e vinte e cinco (1.725) novos postos de trabalho, dos quais 1.445 para docentes e 280 para pessoal administrativo. Nos institutos politécnicos ministrar-se-ão cursos do ramo industrial, como construção civil, electricidade, electrónica, informática, mecânica, química, telecomunicações, entre outros.

Já nos agrários, serão ministrados cursos de agricultura geral, gestão agrícola, agro-alimentar e o ramo de silvicultura. Sobre o plano Educação para Todos, referiu que a sua implementação teve início em 2003, com a inclusão de mais de um milhão e meio de crianças e 29.000 agentes de ensino e professores no sistema normal de educação.

Informou ainda que nos últimos três anos houve uma expansão do ensino primário no país, incluindo em zonas antes inacessíveis devido à guerra, facto que exigiu a mobilização e enquadramento de mais de 50.000 novos agentes de ensino e professores, bem como a construção e equipamento de mais de dez mil salas de aulas.

"De um milhão e meio de alunos, passou-se para 5.185.509, dos quais 4.707.929 são do ensino primário, alvo principal do Plano de Acção Nacional de Educação para Todos.

Apesar destas novidades, o ministro diz haver necessidade de melhorias das condições do processo de ensino-aprendizagem, que segundo ele ainda não são satisfatórias, tendo em conta o número de crianças e jovens que se encontram fora do sistema de ensino.

5.3 Inac promove semana nacional sobre violência contra a criança

Jornal de Angola...19-05-07

Com o propósito central reflectir sobre a violência e suas consequências para os menores, o Instituto Nacional da Criança (INAC) organiza, de 21 a 26 deste mês, em todo país, a "Semana de reflexão sobre a

violência contra a criança".

Uma nota do Instituto Nacional da Criança (INAC), a que a Angop teve ontem acesso, refere que o evento vai reunir instituições do Governo, ONG, entidades religiosas e a sociedade em geral. As actividades a nível nacional serão uniformizadas.

De acordo com o documento, o programa definido superiormente será desenvolvido em todo território nacional, numa acção integrada de todos os organismos do Governo e ONG que trabalham em prol do bem estar da criança.

O documento indica que a promoção do evento tem como objectivo central consciencializar adultos e crianças sobre este fenómeno maléfico, bem como sobre os efeitos negativos que ele exerce sobre as vítimas menores.

O certame visa também divulgar informações sobre todas as formas de violência, através de campanhas publicitárias, debates radiofónicos, palestras, operações stop, com a distribuição de material gráfico sobre a violência.

Durante a jornada, além da violência contra a criança, serão igualmente abordados em conferências à nível das províncias temas como: negligência, abuso, violência física, violência emocional e a discriminação de menores.

A exploração sexual e comercial da criança, o tráfico de crianças, a exploração do trabalho infantil, a instrumentalização de crianças e outras formas de maus tratos serão abordados durante o evento.

O Inac, na sua nota, acrescenta ainda que no contexto de desenvolvimento em que está situado país, o fenómeno da violência contra a criança constitui um recuo, factor que impede o crescimento e ameaça a continuidade do ideal de nação livre e democrática a julgar pelos constrangimentos criados pessoas daquela faixa etária

A adopção de uma "Estratégia nacional de prevenção e mitigação da violência contra a criança" o Governo de Angola constitui uma medida encontrada para a criação de iticas necessárias para a prevenção e combate. A semana de reflexão

sobre a violência será aberta próxima segunda-feira na cidade do Kuito (Bié). Já a "Jornada nacional da criança decorrerá de 1 a 31 de Junho. Vai dedicar especial atenção à abordagem de aspectos sobre a violência contra a criança.

5.4 OPA enquadra mais crianças na organização

Angop...25-05-07

Quinhentas crianças provenientes dos nove municípios da província de Luanda ingressaram hoje, no

monumento dos heróis do "4 de Fevereiro" (Cazenga), na OPA (Organização de Pioneiro Agostinho Neto), numa cerimónia presidida pelo Presidente do Conselho Nacional da instituição, António Rosa. O ingresso enquadra-se no âmbito das comemorações do 25 de Maio, dia consagrado à África, onde as crianças juraram fidelidade a organização pela primeira vez e recebendo o manual de educação e cartões de identidade.

António Rosa disse que o momento vai servir para partilhar e conviver com as crianças da organização e transmitir-lhes o exercício do bom comportamento com a educação patriótica, moral e cívica, as boas maneiras, conduta e solidariedade para com o próximo. Para o responsável, pertencer à organização é como estar numa escola onde vão aprender de tudo um pouco e praticarem já a conduta de responsabilidade dentro e fora de casa.

Apelou as crianças a terem esperança para dias melhores porque a organização tem estado a trabalhar para o engrandecimento dos seus ideais, num país em fase de desenvolvimento.

A OPA é uma Associação virada para educação moral e cívica das crianças angolanas, tendo em conta os seus direitos consagrados na carta Africana dos Direitos e bem-estar e conservação dos direitos e leis angolanas.

5.5 Professores aprimoram técnicas de transmissão

Jornal de Angola...31-05-07

Mais de 100 professores do ensino primário da 3ª e 4ª classes aprimoraram, na província do Huambo, os conhecimentos ligados à reforma Educativa, para dar maior dinamismo ao processo de ensino.

A acção formativa, com duração de 8 dias, foi promovida pela Direcção Provincial da Educação do Huambo, com intuito de conferir maior dinamismo ao processo de ensino e aprendizagem

Segundo a directora provincial de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia no Huambo, Angelina Mbaca, a capacitação dos professores vai elevar o nível de conhecimentos dos professores em matéria pedagógica, essencialmente. Acções do género, segundo a interlocutora, vão ser realizadas "noutras localidades da província do Huambo, com o propósito de elevar o nível de conhecimento técnico-pedagógico dos professores.

Para o professor Artur Sequeira, proveniente do município do Longonjo, as acções de formação constituem uma mais valia, "por quanto vão" permitir que os docentes possam exercer a sua actividade com maior rigor".

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Cassoma privatiza casas do estado

Agora...05-05-07

A transferência do Microform para a Huambo Tours da gestão do condomínio de residências para quadros superiores na capital planáltica pode esconder um processo ardiloso visando a privatização de tal empreendimento em benefício de uma sociedade que tem como principal accionista, de acordo com fontes deste semanário, o governador local, Paulo Cassoma.

Segundo apurou o AGORA, o complexo de doze residências, sete bungalows (o custo destes é de 45 dólares/dia), uma sala de conferências e um snack-bar, situado numa zona nobre, na chamada Cidade Alta, é ocupado maioritariamente por professores universitários que pagavam mensalmente cerca de 200 dólares de renda, valor duplicado recentemente e com perspectivas de chegar aos mil dólares com a gestão da Huambo Tours.

Tendo custado aos cofres do estado cerca de dois milhões de dólares, alguns moradores interrogam-se das razões que levaram a atribuir a gestão à uma empresa privada e mostram-se receosos de que uma eventual privatização conduza ao despejo dos seus residentes pela via do aumento desmesurado das rendas.

É que ao ritmo dos actuais aumentos salariais dificilmente um professor ou outro qualquer quadro superior que trabalhe para a função pública dispõe de capacidade para liquidar rendas num valor que ronde os nül dólares mensais.

No Huambo comenta-se que a Huambo Tours é detida em 50% pelo governador e a parte restante por pessoas chegadas ao poder, entre elas o vice-governador David Deolindo Barbosa. Esta sociedade tem em mente tornar o controlo absoluto do empreendimento que foi erguido com dinheiro público.

6.2 Estradas novas: Fluidez comprometida

Semanario Angolense..05-05-07

As novas estradas que o governo pretende construir em Luanda poderão não resolver o problema dos

engarrafamentos, se não for igualmente recuperada a rede de estradas secundárias e terciárias da cidade.

As vias mais congestionadas de Luanda só o são por serem as melhores que a capital apresenta. Com efeito a Av. Deolinda Rodrigues, por exemplo, está permanentemente congestionada porque a Estrada Nova da Cuca deixou de existir, bem como por estarem inoperantes as estradas do bairro Popular.

«Reparar apenas a Deolinda Rodrigues, neste caso, não resolverá nada, porque o tráfego continuará a confluir para aquele ponto», disse ao Semanário Angolense um conhecido engenheiro angolano, que fez questão de lembrar que, quando terminarem as obras, Luanda terá mais automóveis em circulação. O prazo apresentado para a execução do projecto não permite considerar a reparação prévia das estradas secundárias e terciárias para, de seguida, pegar-se nas vias principais, o que pressupõe um convívio complicado entre viaturas e obras.

«Vai ser um inferno», confidenciou-nos um ilustre político. «Nestas obras, com tanto dinheiro, conta muito o amor que se tem pelo país. Para os estrangeiros, isso é negócio e nada mais, já que, para qualquer negociante, o que conta é dar pouco e receber muito» rematou.

Um outro engenheiro apontou o excessivo peso da componente política na decisão sobre a recuperação da rede viária de Luanda. Para ele, é muito estranho que pessoas extremamente importantes nesta questão não tenham sido tidas nem achadas: «O Ministério do Interior, por exemplo, tal como a Protecção Civil, não fazem parte da comissão criada para o efeito. Será que os Bombeiros e a Polícia de Trânsito foram ouvidos na elaboração do projecto? Os nossos políticos têm que aprender que mesmo para a colocação de iluminação pública a polícia deve ser ouvida».

Em relação à fluidez do tráfego, adiantou: «só olhar para a estrada nova da Samba para ver os erros que lá foram cometidos. Por exemplo, sendo uma via rápida, não devia ter a sua faixa mais à direita a servir para estacionamento dos moradores das redondezas: Além disso, ela tem saídas à esquerda, que levam ao cruzamento, ao mesmo nível, com veículos em alta velocidade».

Munido destas contribuições, o Semanário Angolense foi confrontar o comandante da Unidade de Trânsito de Luanda, Jorge Bengue, solicitando-lhe que optasse, em termos de fluidez do trânsito, entre uma estrada com saídas e entradas aéreas ou desniveladas à direita e os casos da Samba ou da estrada Golfe-Futungo que apresentam saídas à esquerda. Optou pela primeira. O engenheiro, com quem faláramos antes, explicou a opção do comandante do trânsito: «t simples. Quem vai por uma via rápida fá-lo para não parar. Se eu morrer em Via na, deverei tomar a faixa mais à esquerda, a

mais rápida e só tenho que abrandar quando estiver no meu destino. A faixa da direita serve para as saídas, entradas, veículos prioritários e transportes públicos. Se quiser voltar no sentido contrário, devo sair da estrada pela direita, cruzar-me com ela passando por baixo ou por cima, e entrar pela direita no outro sentido, nunca virar à esquerda no meio do percurso. Só a minha desaceleração é já passível de criar engarrafamento, além do elevado risco de provocar um acidente».

O *Semanário Angolense* foi dar uma volta pelas estradas da Samba e do Golfe. Os painéis de propaganda apostas verticalmente às vias com o desenho das obras dão razão aos técnicos angolanos: estão projectadas saídas à esquerda. Na estrada do Golfe, os efeitos destes erros sentem-se todos os dias: quem vem no sentido Futungo - Golfe, na faixa da esquerda, vê-se obrigado a abrandar ou a meter-se no engarrafamento causado pelas entradas de quem vem da rotunda do Gamek e quer ir para o projecto Nova Vida. Neste caso, dos que querem ir ao Nova Vida, a fila não se forma no exterior da via rápida, mas sim no interior desta, impedindo a fluidez do tráfego para o Futungo.

Outro aspecto negativo, nas novas vias, é ideia de se lhes colocar passeadeiras. Em alguns casos têm mais a função de «matadouros».

6.3 Governo de Capapinha agrava circulação rodoviária em Luanda

Angolense...05-05-07

Numa cidade tão carente de vias de circulação é difícil perceber as razões que levam o Governo Provincial de Luanda a autorizar de forma tão generosa a utilização por parte dos empreiteiros da construção civil de enormes parcelas do espaço público onde se incluem os arruamentos e passeios.

Tendo em conta o que a maior parte das municipalidades por este mundo afora observam, o princípio fundamental deste tipo de gestão urbana é o da ocupação mínima imprescindível do espaço público ao nível dos arruamentos.

A norma é o essencial da actividade de estaleiro desenrolar-se no interior da obra, devendo a ocupação da via pública ocorrer apenas no espaço aéreo a partir do primeiro piso. Sempre que a ocupação da via pública se mostre imprescindível deverá, ao nível dos arruamentos, ser reduzida ao mínimo indispensável devendo o restante da actividade desenrolar-se no espaço aéreo a partir do primeiro piso.

Ora não é isto o que está a acontecer ...

Pelo que nos é dado a observar em Luanda, com o Governo de Job Capapinha a norma é a actividade de

estaleiro ter por palco a via pública, havendo a registar escandalosas decisões que têm passado, nomeadamente, pela retirada completa de troços apenas para facilitar a vida dos empreiteiros da construção civil.

O último caso verificou-se na rua que passa pelo Bloco Social da Angop que, de dois sentidos, passou a ter apenas um. O GPL está assim a contribuir de forma particularmente drástica para o agravamento dos problemas já de si bastante complexos da circulação de viaturas e peões pelas engarrafadas ruas da capital.

Se Governar é assim, então deixe estar...

6.4 Governo não tem projecto habitacional

Folha8...12-05-07

O governo tem em mãos uma grande empreitada, que é a de aumentar as zonas habitacionais como forma de permitir uma residência condigna à maioria dos angolanos. E foi neste quadro que o ministro do Urbanismo e Ambiente, Sita José, em sessão extraordinária da Assembleia Nacional, no princípio da semana, admitiu o engajamento governamental na construção de cerca de 215 mil fogos, em todo território nacional. Diante destes números, alicerçados no "intricado" investimento chinês, cujas empresas de construção se propõem erguer o equivalente a 15 cidades, os deputados da maioria e parte da oposição "carimbaram", na generalidade, o Projecto de Fomento Habitacional, que lhes foi endossado pelo Conselho de Ministros. Alguns técnicos acreditam que se dependesse do engenheiro Sita José e da arquitecta Carla, ministro e vice, o actual projecto poderia ser implantado, com hipóteses de sucesso, mas tendo sido a sua concepção e programa de execução esboçado fora do ministério do Urbanismo e Ambiente, não acreditam na sua materialização nos prazos sugeridos no projecto. O grande dilema, no momento, prende-se com a ausência de um pacote, onde se possa visualizar a modernização e extensão das cidades e a eliminação dos bairros suburbanos, principalmente, os nascidos de forma desordenada no pós - independência, como o Rocha Pinto, Tunga Ngo, Sonefe e outros, só em Luanda. Carentes de redes viárias, de esgotos, água e electricidade, estas zonas habitacionais tornaram-se de tal forma marginais, que consomem tudo o que não subscrevem, com base no roubo, aqui consideradas "puxadas", das zonas legais. Recorde-se que a concepção de auto-construção do partido no poder, resultou até a data num grande fiasco, sendo o exemplo mais dantesco o Rocha Pinto, concebido por Agostinho Neto e com a responsabilidade de ser implantado por Braz da Silva, então ministro da

Construção.

O que se assiste neste bairro hoje, não é apenas da responsabilidade dos populares que de forma desordenada assentam as suas habitações, não importa em que solos e onde, mas muito pelo descaso governamental, o verdadeiro cúmplice da anarquia que se vem conhecendo. "Os bairros novos que crescem como cogumelos, não resultam só da migração das populações do interior, no tempo da guerra, mas também por falta de rigor e de planos de massa do governo Provincial de Luanda, capaz de disciplinar, com rigor quem não tendo casa, pretende erguer um tecto para morar", disse ao Folha 8, o deputado Carlos. E na sua opinião não interessa sempre "apontar o dedo aos pobres, pois quem anda pela cidade, pode assistir a degradação da maioria dos prédios de Luanda, onde hoje haver um com elevador é um luxo, devido a má gestão e falta de políticas correctas de habitação por parte deste governo, que não faz, não deixa fazer e entrega tudo de melhor aos estrangeiros", asseverou.

Os dados actualizados do Instituto Nacional de Estatísticas apontam o facto de apenas cerca de 18% dos agregados familiares viverem em prédios na capital, continuando a maioria fiel as tradições africanas de residirem em casas térreas, nos mussesques, hoje por hoje autenticas regiões culturais, por encarnarem a mística e tradições de segmentos importantes das populações. São todas estas análises que devem ser ponderadas, durante a votação para aprovação deste projecto na especialidade, pois a partir daqui o governo vai encarnar as funções de promotor e facilitador da relação entre empresas, cidadãos e instituições financeiras. O diploma é composto por 31 artigos e seis capítulos e visa facilitar a relação entre as sociedades cooperativas de habitação, as organizações sociais e as empresas privadas, para que, de forma coordenada, contribuam para a resolução do problema habitacional das famílias com poucos recursos, incentivando deste modo a mobilização de poupanças como elemento fundamental de suporte à estratégia de financiamento habitacional. Uma lacuna que deverá ser tida em conta doravante é a obrigatoriedade de todos os projectos habitacionais terem zonas verdes, espaços de lazer, postos e serviços médicos próximos.

Outro quiçá mais importante é a feitura antecipada de estradas, o seu alargamento, quando isso é possível e ou a construção de vias alternativas de escoamento, capazes de superarem as debilidades actuais verificadas, com a construção do projecto presidencial de Luanda Sul, um aborto pela escassez de vias rodoviárias para escoar o número elevado de habitantes com viaturas a morar naquelas zonas.

Por tudo isso e não só o deputado Fernando Heitor acha ser importante a aplicação de multas e penalizações a quem transgredir construindo em

espaços públicos, como largos, fossas ou condutas de água.

6.5 Comboio pode disciplinar taxistas

A Capital...12-05-07

A população de Luanda, sobretudo a de Viana para lá, mais sôfrega quanto a falta de transporte, acolheu com agrado o anúncio da entrada nos carris do comboio já a partir da segunda metade do mês corrente. A notícia avançada pelos serviços de transporte de passageiros dos Caminhos-de-ferro de Luanda (CFL) diz que a circulação deve ser retomada na zona suburbana, ou seja, da estação do município de Viana até a dos Musseques, no Rangel. Os bilhetes custarão o equivalente a 30 kz.

Inicialmente só estará em circulação uma locomotiva com três carruagens com capacidade de transportar 105 passageiros sentados e aproximadamente 100, de pé. Presentemente já estão no país duas máquinas vindas, segundo fontes, da China, aguardando-se outras duas que serão para viagens de longo curso, mais seis para o comboio suburbano. Paralisado há mais de dez anos, a sua entrada em acção está a ser encarada como um antídoto para mitigar o caos na deslocação de pessoas e transportação de bens das profundezas para o centro urbano da cidade.

Pode por si só reduzir, em alguns casos, o monopólio dos taxistas na actividade, atendendo que estes, nos últimos tempos desataram numa atitude indisciplinada de elevar a tarifa para 100 kz ao mesmo tempo que encurtam as curtas. Já se começa a pensar na necessidade de intervenção da Polícia de Ordem Pública para regrar no possível a situação, porque, aparentemente, a Associação de Taxistas de Luanda, perdeu o controlo.

O que se discute agora, em relação ao comboio, é a questão de segurança, quer dos passageiros como das próprias locomotivas. Apesar das obras não terem terminado completamente, os responsáveis do CFL garantem condições de segurança suficientes para se circular na via, já que, referem, foram efectuados testes ao longo dela.

Disseram ainda que decorrem neste momento acções administrativas com vista o fabrico dos bilhetes a serem utilizados, e negociações com a Polícia Nacional para a protecção dos mesmos, numa alusão a prováveis ocorrências de falsificação. A polícia já cogita em dois modelos de asseguramento das carruagens e da via.

O problema que outros sectores levantam é a presença

até agora de populares a venderem sobre a linha-férrea, principalmente, nas imediações da antiga praça da Estalagem, encerrada há mais de dois anos. Desde o encerramento daquela praça pelas autoridades, as vendedoras elegeram aquele lugar para processarem as vendas, recusando-se a deslocação para os lugares inicialmente preparados para o efeito, alegando inacessibilidade, o que lhes poria sem clientela.

Os utentes de viaturas também já manifestaram algum receio quanto a ausência de passagens de nível nas áreas onde estradas se cruzam com a linha férrea. Sugerem, por outro lado, a construção de passagens subterrâneas, pois, receiam que a ausência destas duas alternativas pode originar engarrafamentos nessas vias caso se avizinha a hora de passagem do comboio.

6.6 Cazenga começa a mudar de visual

A Capital...12-05-07

Os moradores do município do Cazenga começam já a respirar de alívio, em face das obras que têm estado a decorrer nos últimos tempos, com vista a devolver a tranquilidade, sobretudo no trânsito automóvel, cujo tapete foi severamente «ofendido» pelas últimas enxurradas.

Os trabalhos de terraplanagem ainda não tiveram início, mas as viaturas já circulam naquele perímetro, dada a intervenção urgente do Governo Provincial de Luanda, através da administração local, que aproveitou a ocasião para também substituir as condutas de água potável. Até muito recentemente, transitar pelo município do Cazenga tornou-se num exercício hercúleo, pelo que as reclamações eram uma constante, uma vez que os populares daquela circunscricção estavam obrigados a longas caminhadas a pé para apanharem os táxis para o local de trabalho.

«Até mesmo as pessoas que tinham viaturas estavam impedidos de utilizarem a estrada principal do município, apinhados de buracos, só transitável para camiões de grande porte», lembrou-se um dos moradores.

O asfalto que tinha já desaparecido apresta-se agora a ser devolvido à vida, além de que os esgotos não chegavam para escoar as águas. As preocupações dos populares fizeram-se ouvir, de tal modo que a vida começa agora a ficar mais facilitada, apesar de aqui e acolá ainda existirem situações que clamam por urgente operação do Governo da Província de Luanda. Populares contactados por este jornal reconheceram que os trabalhos, que se esperam de vulto, terão iniciado a partir do momento em que o Governador de Luanda, Job Capapinha, resolveu abandonar o gabinete e visitar o local para apurar sobre o andamento das em-

preitadas no município mais populoso de Luanda.

O município que se estava tornar intransitável parece agora disposto a renascer dos escombros. Os moradores do município do bairro Tala-Hady, uma das áreas mais sinistradas, estavam, por exemplo, privados de se deslocarem ao mercado do Asa Branca para efectuarem as suas compras diárias ou mesmo para a zona da Cuca.

Para tornar a situação ainda mais insuportável, os operadores de transportes colectivos públicos e privados decidiram desviar a rota, passando a evitar de todas as formas passagem por aquela circunscricção, o que conformava já uma atitude suicida. As obras de reposição do asfalto das principais vias de acesso do município do Cazenga encontram-se a decorrer neste momento, facto que demonstra que alguma coisa está a ser feito para minimizar o calvário por que têm passado aqueles moradores. Zonas como a linha-férrea, Centro de Formação Profissional, Frescangol, Nocal e IFA encontram-se, em princípio, a sofrer obras de reabilitação que poderão devolver um pouco de vida às mesmas zonas, onde são visíveis a presença de camiões e de outras máquinas na realização de trabalhos de terraplanagens. O morador Dodocas Baltazar, de 32 anos de idade, que exerce a actividade de taxista, concorda com a ideia de que as obras «cheKaram num bom momento». E que «já não conseguíamos circular com as viaturas por causa dos buracos, mas agora já podemos trabalhar mais à-vontade».

Massochi Bernardo, por exemplo, diz sentir-se, por um lado, feliz com as obras, mas, ao mesmo tempo, demonstra alguma apreensão com o facto deste tipo de obras começarem mas que nunca são concluídos.

Ele é de opinião que os trabalhos que decorrem não se devem cingir somente na pavimentação das vias, mas também no asfaltamento das mesmas. «Só assim poderemos falar em verdadeiras melhorias, algo que nos possa garantir que na próxima época chuvosa não viveremos os mesmos problemas», opmou.

A anciã Alda Ferreira não se acostumou ainda com o barulho das máquinas, mas está ciente que quando o barulho deixar de se fazer sentir a vida no Cazenga poderá ser outra, não mais os constrangimentos que enfrentaram nos últimos tempos.

Os munícipes alertam às empreiteiras no sentido de não esquecerem de instalarem esgotos e de valas de drenagens funcionais, capazes de evitar a acumulação de águas residuais e pluviais. «Eles podem começar por desentupir os esgotos existentes, porque de nada poderá valer esses trabalhos quando chegar a próxima época chuvosa», aconselhou um dos moradores.

6.7 Funcionamento da pedreira condiciona a reabilitação das estradas

Cruseiro do sul...19-05-07

Iniciado que está o desafio de reabilitado das principais ruas da cidade do Huambo um processo que já em decorrendo já há algum tempo. Os trabalhos de reabilitação de estradas pode conhecer um abrandamento.

O governo angolano tem se empenhado a fundo no sentido de poder melhorar a imagem não só das infra-estruturas desportivas, mas também daquelas que directa ou indirectamente possam traduzir-se servir o afrobasket e no futuro as províncias que vão acolher a competição. No caso particular da província do Huambo as estradas que de resto constituíam a maior preocupação de sempre estão a ser contempladas no plano de reabilitado cidade que possui um total de cerca de mil e duzentos km de estrada segundo dados do INEA foi repartida em três áreas e igual número de empreiteiras como são os casos da BCOM, Monte Adriano e Motengil. Assim sendo e face ao aproximar do Campeonato Africano de Basquetebol já que as referidas empresas tem também responsabilidades até ao mês de Agosto isto é melhorar numa primeira fase as ruas principais e aquelas que serão utilizadas pelos atletas no percurso hotel Campo e vice-versa, encontram alguma dificuldade no que tem a ver com os inertes. A província nesta altura conta apenas com uma britadeira que é propriedade do INEA. Instituto Nacional de Estradas de Angola localizada no Município da Caála, cuja a exploração esta a ser feita pela Monte Adriano que já vem reabilitando o troço Huambo Caála. num total de cerca de 18 km Linha recta. Face às necessidades e responsabilidades de cada uma das empreiteiras o responsável da BCOM, Major Simão Pedro, entende que a produção dos inertes não tem sido suficiente para aquilo que são as nossas responsabilidades. "Nesta ordem de ideias. nós BCOM tivemos que acelerar o processo de transportação e em breve o de montagem da nossa própria pedreira porque sentimos que as dificuldades neste sentido tem sido muito grandes e, visíveis. - afirmou Simão Pedro.

"A quando da rubrica do acordo o governo provincial ficou com a responsabilidades de fornecer os inertes. Porém. a quantidade que recebemos não é suficiente para o nosso trabalho. Há vezes até que o que recebemos não é o material mais adequado. Por tanto isto se calhar deve-se ao facto de ser apenas uma brincadeira a funcionar e a ser explorada por uma empresa que tem as mesmas responsabilidades que as nossas". sublinhou. Por outro lado de acordo com Simão Pedro dos cerca de trinta a 40 km previstos para a primeira fase empreitada da BCOM já foram asfal-

tados um total de cerca de 20 a 22 km para além dos trabalhos de terraplanagem e tapa-buraco feitos na parte alta da cidade em direcção aos quartéis militares na zona da antiga feira. Da mesma forma falou da central de produção de asfalto da sua empresa destacada na zona de São Pedro que segundo ele será experimentada ainda no decorrer deste mês de Maio e terá uma capacidade de produção de cerca de 400 toneladas por dia de asfalto.

Esta quantidade segundo o responsável só será atingida em função da produção de inertes que acredita que será já um trabalho da britadeira da BCOM que também esta para breve a sua montagem na província salientou.

6.8 Construir uma nova Luanda nas costas dos cidadãos

Semanário Angolense...19-05-07

Ao decretar o estabelecimento de uma reserva fundiária numa área sobre a qual se vai construir, em tempo a definir, uma nova cidade de Luanda, o Governo voltou a despejar, em tão curto espaço de tempo, mais um soco no estômago dos cidadãos.

Com a actual urbe a rebentar pelas costuras, como se diz na gíria popular, uma vez mais o pecado desta decisão governamental não está no objectivo perseguido em si, mas no método seguido. Em mais uma demonstração de que se continua a padecer de um grande deficit de democraticidade, um projecto de enorme impacto político, económico, social e cultural, como é o que está subjacente à edificação de uma nova cidade, é levado a cabo completamente nas costas daqueles que serão os seus usuários: os cidadãos.

Com efeito, da recente decisão infere-se, taxativamente, que as autoridades já têm milimetricamente delimitado o espaço em que será erguida a nova cidade, sem, contudo, que o público para qual o projecto se destina em última instância tenha qualquer conhecimento de estudos de impacto ambiental e socioeconómico que tenham sido realizados, permitindo, assim, determinar que o local escolhido seja, rigorosamente, o melhor e não um outro.

Técnicos do sector urbanístico consultados pelo Semanário Angolense convergem em que um projecto de semelhante alcance, nem que seja apenas em relação à delimitação da futura área de construção, não pode ter nascido do nada. Alguma entidade do âmbito técnico deverá ter realizado estudos prévios para determinar a localização óptima do projecto. A verdade, contudo, é que essa entidade permanece desconhecida e nem mesmo se sabe se ela passou pelo crivo de um concurso público, ampla, pública e previamente publicitado. Também não se divisam sinais de que, nesta matéria, o grupo técnico-

profissional mais próximo de um projecto de semelhante índole (a Ordem dos Engenheiros e Arquitectos) tenha sido consultado.

À parte os aspectos de natureza técnica que estão implícitos, pairam igualmente dúvidas e celeumas de carácter político. Não existe lembrança de que um assunto desses tenha sido objecto de análise e discussão na Assembleia Nacional antes de ir parar ao Conselho de Ministros. Repete-se, aqui, a mesma capacidade e falta de transparência que acompanhou o surgimento do projecto de construção do novo aeroporto na área de Bom Jesus, prenunciando como já se calculava a escandalosa derrapagem dessa empreitada que a sociedade, estarrecida, agora tem vindo a assistir. (...)

Pela benignidade do seu microclima, essa nova capital, na visão daquele arquitecto, deveria ser edificada algures numa região próxima do Kuemba, interligando três províncias: Bié, Moxico e Malanje. Polis edílica ou não, Troufa Real baptizou-a com o nome de «Angolia, Cidade dos Santos».

Recorde-se que no estágio final da administração colonial já se falava insistentemente numa mudança da sede político-administrativa do país, recaindo então a escolha para a cidade de Nova Lisboa, actual Huambo. Apesar dos fortes pruridos políticos que uma ideia como essa coloca às presentes autoridades, a verdade é que não se deve perder de vista que estão esgotados os fundamentos e critérios que levaram à escolha de Luanda para capital.

A filosofia colonial foi, com efeito, edificar uma capital com perspectiva para a exploração da saída marítima, potenciado o seu grande negócio de então: o Comércio Triangular, no quadro do tráfico de escravos.

Tecnicamente, contudo, o mar não é o único critério na determinação da localização de cidades capitais de acordo com a filosofia dos estados-nação. O clima, os «clusters» económicos ou a necessidade de se propiciar uma base para maior interacção com os estados continentais e não insulares ou litorais podem levar à escolha de uma latitude interior para edificar uma cidade capital. Em todo o caso, existem muitos bons exemplos de Estados que fizeram uma marcha para o interior. Brasil, África do Sul e Estados Unidos da América figuram nesse leque de países com capitais continentais.

Na próxima edição, o *Semanário Angolense* conta trazer a público um plano gizado em 1974, já após a Revolução de Abril, quando o regime colonial entrava em estertores finais, com vista à construção de uma Nova Cidade de Luanda.

Por conseguinte, a ideia não é nova, e podemos garantir que naquele projecto o homem que habitava Luanda era o elemento central. A sua satisfação e participação no projecto estavam previstas.

6.9 Governo encobre negociatas em projecto de novas cidades?

Semanário Angolense...19-05-07

Ao indagar sobre as deliberações da sessão de quarta-feira do Conselho de Ministros, em que se tomaram decisões relativas à construção de três novas cidades e dos quatro estádios que vão alojar as competições do CAN 2010, o *Semanário Angolense* obteve depoimentos que se questionam os pilares em que assentaram tais resoluções do Governo.

No fim de todos os questionamentos, a opinião prevalecente é a de que substituindo o pragmatismo que as democracias concedem às decisões políticas nacionais, quando as elites governantes procuram consensos para decidir, o nosso Governo parece ter «adjudicado» definitivamente a política angolana de urbanização a projectos impostos por interesses empresariais.

Os técnicos convergem em que a construção de uma nova cidade não é uma decisão que possa ser tomada de ânimo leve. Em países sérios, essas resoluções só são assumidas depois de consultas exaustivas, nas quais engenheiros, arquitectos, antropólogos, sociólogos, meteorologistas e as organizações que os representam são devidamente escutados e tidos em conta. (...)

O estabelecimento de Luanda como capital de Angola é uma velha discussão. O regime colonial português escolheu a capital angolana com base na sua posição geográfica, no litoral-norte do país, tratando-se, aqui, de uma questão de política de colonizador.

Pretendiam-se, tão só, os benefícios de um porto viável e localizado o mais próximo possível dos portos da antiga metrópole e Luanda ajustava-se a esses critérios. Mas as discussões em torno disso foram polémicas o suficiente para que ela possa ser dada por resolvida. Os diferentes pontos de vista defendiam a localização da capital de Angola, para além de Luanda, em pelo menos duas outras regiões do centro-sul do território, quando uns apontavam como pontos ideais a actualmente designada cidade do Huambo e outros o município do Kuemba (Bié).

A verdade é que se hoje os critérios que levaram os colonialistas portugueses a investir Luanda como capital de Angola já não se mantêm válidos, o novo poder deve pensar nisso numa perspectiva aliada às ambições políticas nacionais segundo elas estejam mais direccionadas para o Ocidente e para o mar, ou para a África e a perspectiva de afirmação nas integrações continentais que emergem sob o signo do desejável renascimento africano.

É claro que questões de interesse nacional e de tamanha profundidade intelectual como essas não podiam ser tidas em conta nos estudos de uma Dar AI-

Handash projectada para negociatas estabelecidas à boa maneira dos velhos mercadores do Oriente.

Como também é evidente que o surpreendente «complexo de Salomão» que repentinamente se apossou da elite governante, ao mandar erigir cidades em profusão, aqui estará umbilicalmente ligado a ambições egocêntricas e desonestas, ao contrário do que aconteceu com a edificação de Israel, onde o velho rei bíblico era movido pela providência divina.

Em duas palavras, a perspectiva de uma roda-viva de negócios subjacentes a esta decisão dá a indicação de que há interesses económicos de angolanos que determinam o que parece ser o tráfico alimentado em torno dos projectos da Dar Al-Handash.

Se isso é apenas evidente na decisão do Governo que projecta a construção de novas cidades, fica irremediavelmente confirmado com o que aconteceu em relação aos quatro estádios projectados para alojar as competições do CAN 2010, sobre cuja construção também foram tomadas decisões naquela mesma sessão do Conselho de Ministros.

Quem, no comunicado do órgão colegial do Governo ler a lista das empresas que receberam contratos para tocar essas obras, ficará com a impressão de que estaremos a lidar com conceituadas empresas internacionais de construção de infra-estruturas desportivas. Mas, fazendo-o, estará a cometer um grande erro: essas empresas já não são o que dizem, desde que estão, por via de regra, impregnadas pelos interesses dos mesmos «chove não molha» que têm estado a coleccionar negociatas monopolistas por esta Angola fora.

Lendo nas páginas 46 e 47 desta edição, o leitor poderá perceber como é que Isabel dos Santos, dirigentes desportivos como Carlos Cunha e Gustavo Conceição, ou velhos generais da Primeira República entraram no negócio da construção dos estádios que na quarta-feira ocupou parte significativa daquilo que o Conselho de Ministros quis comunicar aos angolanos.

Numa palavra, a sessão do Conselho de Ministros que trouxe o comunicado anunciando o que parece ser a «boa nova» da edificação, pode ter sido, de facto, a legitimação dos processos de enriquecimento sem causa que no nosso país já perduram para além daquilo que pode ser racionalmente concebível.

6.10 Novo fôlego no Projecto Baía

Semanario Angolense...19-05-07

Depois de um período de aparente abrandamento das obras devido a invisibilidade das intervenções subaquáticas, o Projecto Baía começa, finalmente, a ganhar uma nova velocidade com a entrada em funcionamento do novo sistema de bombagem.

Esses trabalhos - pouco visíveis - consistiram numa fase inicial na limpeza e remoção de todos os sólidos, lamas e fluidos das câmaras das estações de bombagem, câmaras separadoras e câmaras de interceptação.

Neste momento estão criadas as condições para se iniciar a descontaminação, limpeza ambiental e desassoreamento da Baía de Luanda, um esforço capital para a futura prevenção da sua poluição e para uma recuperação gradativa da sua fauna e flora marinha. Iniciada em Março, a intervenção agora feita - responsável pela substituição do equipamento danificado, recuperação das bombas submersíveis, dos quadros eléctricos e dos geradores inoperantes e recolocação em funcionamento de cinco estações - está a permitir hoje ter a Baía praticamente livre de fluidos.

Na sequência destes trabalhos foram recuperadas as estações de bombagem localizada em frente ao largo do Baleizão, na zona de abastecimento de combustível e diante do Banco Nacional de Angola. Com a entrada em funcionamento do novo sistema, está a ser possível também recolher as águas das chuvas e dos esgotos, permitindo, deste modo, o normal funcionamento do emissário submarino para interromper as descargas das águas residuais na baía de Luanda.

Até Julho prevê-se a conclusão da limpeza da totalidade das 270 caixas de esgotos, das condutas de gravidade que fazem a ligação às câmaras, assim como das tubagens que ligam os diferentes componentes do sistema.

«Vamos a seguir intervir no meio da estrada com o apoio da polícia durante vinte e quatro horas por dia através de um sistema de trabalho sinalizado para evitar transtornos no movimento de trânsito e aos utentes da via pública» - revelou ao Semanário Angolense o Eng. Paulo Nunes, um dos responsáveis pelas obras do Projecto Baía.

Ao abrir um canal de 800 metros para permitir o acesso das dragas, após limpeza da areia contaminada, o aterro criado defronte ao Porto de Luanda irá servir de estaleiro para as obras de construção e alargamento da marginal. evitando, deste modo, a sua montagem no meio da Av. 4 de Fevereiro.

Paulo Nunes negou qualquer responsabilidade do projecto pela situação de sufoco actualmente vivida nalguns edifícios da zona limítrofe do Porto de Luanda. «A esse respeito já apresentamos aos responsáveis do Ministério do Comércio e do Conselho Nacional de Carregadores sugestões técnicas para sanarem a obstrução dos esgotos do edifício, que nada têm a ver com a nossa obra».

6.11 Reflexão sobre o problema da habitação

Verifica-se hoje em todo o país uma crise de habitação grave, exigindo atenção, para que seja sanada de uma forma eficaz, prática e moderna.

Não é uma crise nova, mas é antes o agravamento da crise que se vem arrastando sem solução desde há algumas décadas. A guerra, com o encarecimento e difícil aquisição dos materiais necessários à construção e com a fuga de capitais para aplicações diversas da construção de prédios de rendimento, dando imediatamente maiores lucros, levou à quase paralisação das actividades no ramo da construção.

Terá de se encarar o problema na sua totalidade, sem os preconceitos que hoje, infelizmente, são tão vulgares com a consciência plena de se for tratado erradamente, disso resultará uma solução errada. o que significará um agravamento ainda maior da crise, com todas as suas péssimas consequências.

Em quase toda a África começou-se já a desenhar um movimento tendente a confiar aos municípios ou organismos equivalentes o encargo de fornecer habitações, como mais um serviço, análogo aos dos transportes colectivos, fornecimento de água, de luz, de gás, etc., que, na maioria dos casos, já lhes são tradicionalmente confiados.

O rendimento dos prédios construídos pelo município, revertendo para o mesmo município, constitui mais uma fonte de riqueza pública que não é de desprezar.

Parece-nos que esta maneira de encarar o problema conduz à solução mais justa. O município, com possibilidade de obter informação a respeito das necessidades dos munícipes e com crédito suficiente para poder investir na construção de prédios, capitais amortizáveis a longo prazo, poderá proporcionar, melhor que o capital particular, a casa de renda barata de que a maioria da população africana necessita; porque a casa de renda barata só se poderá conseguir através do grande volume de construções e só organismos com o apoio do Estado poderão realizá-las. Além disso, o município traçará melhor que o capital privado as disposições dos planos de urbanização em cujo projecto tem geralmente pura intervenção directa; desta forma encarando o problema da construção de habitações, unitária e indissolúvelmente ligado ao da construção de escolas, creches etc., se conseguirá uma organização da vida cidadina mais harmoniosa, mais eficiente e mais saudável do que aquela que até hoje se tem conseguido.

Note-se que a acção aqui preconizada para o município é uma acção, por assim dizer, desinteressada - portanto, capaz de resolver o problema no interesse dos munícipes, que é, ou deve ser, o próprio interesse do município - enquanto que a acção do capital, privado está condicionada pela maior ou menor margem de

lucro que possa obter. E mais justa se afigurará esta solução se se reparar que esse capital tem evitado sistematicamente lançar-se na construção de prédios de renda barata, interessando-se apenas pela construção de prédios de renda elevadíssima, inacessível à maioria das populações africanas.

Em colabmação com os municípios, outras corporações devem ter por obrigação o fornecimento de habitações aos seus membros.

Sindicatos, unidades militares, universidades, grandes-empresas industriais devem ter no seu património um certo número de casas de habitação para arrendar, a preços baixos, auferindo lucros que reverterão a seu benefício

Ao mesmo tempo, as cooperativas de habitação, capazes de fornecer casas a um enorme número de famílias, de uma forma pratica e em condições acessíveis, devem ser acarinhas e protegidas.

Nada mais legítimo nem mais respeitável do que o desejo que qualquer pessoa tem de possuir uma casa sua, para nela habitar. E as cooperativas de habitação representam uma possibilidade, imediata de transformar esse sonho longínquo e quantas vezes frustrado numa realidade .

A actual crise de habitação pode ser resolvida. Os progressos na tecnica de construção tomam a solução do problema relativamente fácil, permitindo dar alojamento decente às grandes massas populacionais que presentemente dele carecem. Sem esquecer que esses mesmos progressos permitiram o alargamento do conceito de alojamento decente a algo mais do que quatro paredes e um tecto.

6.12 Odebrecht lança projecto residencial avaliado em USD 350 milhões

Angop...24-05-07

Trezentos e cinquenta milhões de dólares norte-americano é o valor total a ser empregue num projecto residencial e empresarial, denominado Belas Bussiness Park, lançado em Outubro de 2006, em Luanda, pela empresa Odebrecht.

O projecto, segundo dados que Angop teve acesso hoje, está a ser desenvolvido, em Luanda, na área de Talatona, comporta quatro fases e 16 edifícios, tendo os residenciais 224 apartamentos e os empresariais 112 escritórios.

Os apartamentos medem 120 metros quadrados e custam 400 mil dólares norte-americanos ao passo que o tamanho dos escritórios vão de 140 metros quadrados a 700 metros quadrados numa área total de 70 mil metros quadrados, isto é, todo projecto. A primeira etapa iniciada em Outubro de 2006,

terminará em 2008 e comporta duas torres empresariais e duas residenciais já com vendas concluídas. A segunda, cujos os apartamentos já foram vendidos em 90 por cento, arranca em Junho de 2007 e vai se estender até 2009.

Já a terceira fase do projecto residencial e empresarial começa em de 2008 e será entregue em 2010 enquanto a última inicia em 2009 e concluir-se-á em 2011. Dois mil empregos serão criados na primeira etapa do projecto enquanto decorrerem as obras de construção, após a conclusão, 200 novos postos de trabalho permanente serão criados para a manutenção do edifício.

Os 112 apartamentos têm área privativa que variam entre 118,22 e 132,20 metros quadrados, área de lazer, duas vagas de garagem e um depósito na Cave. O transporte vertical é feito por dois elevadores panorâmicos e um convencional.

A construtora Odebrecht actua há mais de 60 anos em cinco continentes. Em Angola começou a promover negócios como o projeto de desenvolvimento urbanístico no Luanda Sul.

A Odebrecht tem suas origens no ramo da construção civil nas décadas de 1920 e 1930, na região Nordeste do Brasil. Em 1944, sob a liderança de Norberto Odebrecht, nasceu na Bahia a Construtora Norberto Odebrecht. No final dos anos 70 iniciou a sua actuação internacional.

6.13 Assembleia Nacional recomenda criação urgente do Fundo de Fomento Habitacional

Angop...29-05-07

Assembleia Nacional recomendou hoje, terça-feira, o Governo para que crie, com a maior brevidade, o Fundo de Fomento Habitacional, visando a eficácia prática da proposta de Lei de Bases do Fomento Habitacional, apreciada esta manhã na generalidade. A recomendação, que consta do relatório-parecer conjunto das comissões dos Assuntos Constitucionais, Jurídicos e Regimento e de Economia e Finanças, considera a criação do Fundo como pressuposto indispensável para a execução da lei em análise. De acordo com o relatório-parecer, a proposta de Lei de Bases do Fomento Habitacional, remetida para as comissões de especialidade pela segunda vez, após uma primeira análise em cinco de Maio, deverá regular com clareza a bonificação do crédito para jovens. O diploma deve ainda regular em termos claros as formas de financiamento do Fundo perdido de habitações para populações carentes ou em situação de reforma por velhice ou incapacidade e a garantia do princípio de igualdade para acesso ao crédito.

A criação de um seguro de risco creditício público ou particular e a garantia de aplicação dos princípios de equidade e uniformidade geográfica na gestão do Fundo e benefício apenas para os angolanos figuram igualmente entre os aspectos recomendados a que a proposta de lei deve concretizar.

A proposta de Lei de Bases do Fomento Habitacional voltou hoje pela segunda vez consecutiva à apreciação das comissões de especialidade da Assembleia Nacional, devido a necessidade de se proceder alguns ajustes nos seus detalhes técnicos. O plenário, orientado pelo presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, foi unânime na decisão de remeter o documento para reapreciação especial, com 124 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção.

O diploma tem por objectivo consagrar normas e princípios à política de fomento habitacional consagrados em diplomas legais, com vista à concretização do direito fundamental constitucionalmente consagrado. Também hoje, a Assembleia Nacional apreciou na generalidade a proposta de Lei da Energia Atómica, que vai ser analisada a partir de agora nas comissões de especialidade, e aprovou o Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos relativos aos Direitos da Mulher, bem como o Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Início de uma nova era ou mais uma conversa para boi dormir?

Folha8...05-05-07

As declarações à Televisão Pública de Angola (TPA) do ministro das Obras Públicas Higino Carneiro, no dia 30 de Abril, foram acolhidas com ceticismo por vários sectores políticos da oposição. Higino Carneiro anunciou a disponibilização de três biliões de dólares pelo Governo que serão empregues nos próximos dois anos para reabilitação das estradas em todo o país, mas os políticos receiam que a generalizada corrupção que afecta todos os sectores da vida nacional poderá comprometer a louvável decisão do Governo central. O que mais preocupa a maioria dos nossos entrevistados é a forma duvidosa com são feitos os concursos públicos que geralmente beneficiam pessoas de confiança tendo ou não a capacidade de intervenção na reabilitação das obras. Para eles é urgente que o Governo reforce o controlo na fiscalização, para que as obras adjudicadas às empreiteiras tenham uma qualidade aceitável. Reagindo às declarações do ministro, o secretário para a informação do PRS, Lindo Bernardo Tito, referiu que qualquer promessa nesta fase visa apenas enganar os eleitores. "As mesmas pessoas que nos prometeram que o comboio vai apitar até 2006 continuam novamente a enganar a população", referiu Tito, frisando que esta é mais uma manobra dilatória de elementos que querem permanecer ao poder sem fazer nada em prol da sociedade. O responsável para a administração e finanças do PLD, Alberto André Mwanza, reconheceu os esforços que o Governo tem vindo a empreender rumo à reconstrução do país, mas exigiu que os fundos disponibilizados devam ser aplicados com transparência.

"O país precisa de obras duráveis. Apelamos a que as entidades competentes façam um controlo rigoroso dos trabalhos", defendeu o jovem político. Esta posição foi corroborada por outro deputado do PRS, António Wanguiva, que espera que as empresas de construção civil assumam um papel preponderante para ajudar o Governo na reconstrução do país.

"A fiscalização é a arma secreta para se evitar a má qualidade das obras", referiu, salientando que o Governo deve tomar posições sérias contra os que criam constrangimentos aos programas de reconstrução nacional. Na entrevista com a Televisão Pública de Angola, Higino Carneiro referiu-se às obras de Luanda, precisando que elas estão somente no seu

começo, porque, após a decisão do Conselho de Ministros, foi preciso chamar as empresas, consignar as empreitadas e dar tempo para que cada uma delas se organizasse. Embora reconheça que a reabilitação das vias estruturais não irá resolver o problema na sua totalidade, o ministro disse acreditar, para breve, na diminuição de uma grande parte das preocupações no domínio da circulação rodoviária.

De igual modo, ela permitirá a realização de trabalhos nas vias interurbanas, sobretudo nas principais ruas dos municípios da cidade de Luanda - sublinhou.(...)

No princípio do mês de Abril o Governo adjudicou cinco pacotes do programa de reabilitação das vias estruturantes e terciárias da cidade de Luanda às empresas Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez, Empresa Sul Africana de Montagem (ENSA), Norberto Odebrecht, Camargo Correia, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos (PIP). Este pacote abrange a construção da via expresso Luanda/Kifangondo (com início na Boavista), Avenida Ngola Kiluanje (desde o mercado de São Paulo até ao Kifangondo), Quarta Avenida (ligando a Ngola Kiluanje à Estrada de Catete) e Quinta Avenida (a partir da estrada de Catete à Ngola Kiluanje). Constam ainda do programa de reabilitação, os troços Sexta Avenida (ligando a estrada de Catete à refinaria de Luanda), via Boavista/Tunga Ngó/estrada de Catete, estrada do Golfe/Viana (a partir do Gamek e inclui a rua do Sanatório), Auto-estrada periférica de Luanda, ligando Cacucaco/ Viana/Cabolongu.

7.2 As chuvas e o Unimog do Governador Kapapinha

Semanario Angolense...05-05-07

Está a chover a cântaros em Luanda, toda a gente sabe. Toda a gente sente os estragos que estas chuvas causam na vida de todos. Toda a gente sabe que o próprio Presidente da República sentiu ele mesmo os efeitos destes estragos. Ficou passado e criou mais algumas das (in)famosas comissões onde «esqueceu-se» de incluir seja quem for do Governo Provincial de Luanda. Mas o que poucos certamente saberão é que com o susto e no afã de mostrar serviço, o Governador Provincial decidiu mudar-se com armas e bagagens para o Cazenga - onde passou a circular de ... UNIMOG!

O UNIMOG, para quem não sabe, é um jipe-camião verdadeiramente todo-o-terreno. Concebido para fins militares, os civis às vezes usam-nos para passar por terrenos onde nenhuma outra viatura aguentaria. Já no tempo colonial, era conhecido por «burro da estrada» por ser nele que se chegava aos sítios mais recônditos do interior de Angola. Em Luanda, nessa altura,

andava-se de turismo mesmo nos musseques. Hoje, mais de 30 anos depois da Independência, o próprio Governador Provincial, pasme-se, usa um burro da estrada para deslocar-se a um dos bairros da capital! Alguém já imaginou o então Governador da Província de Angola passear-se de UNIMOG por Luanda?

Isto faz-me lembrar a estória do velho num campo de deslocados que, respondendo à pergunta de um destacado dirigente sobre se quando a guerra acabasse voltaria à sua terra, respondeu na sua língua materna «Haka! Sapuila sekulu okuti, ame etchi mwele o Independencia yipwa, ndityiuka k'ofeka. K'ofeka yamãle kuvala ... » (Ah! Sim, diz ao Chefe que quando a Independência acabar, regresso à minha terra. Na terra dos outros sofre-se muito ...) - para embaraço do tradutor, por acaso este humilde escriba.

Voltando ao UNIMOG do Governador, ocorreu-me pensar se viajava nele sozinho, ou acompanhado pelos inevitáveis batedores - um deles já deu um trambolhão no lodaçal, dizem - ou ainda se ia na cabininha onde só cabem duas pessoas ou ajeitou-se na Kibula - o tal «kindala nda ndjipe» da chacote do povo - para toda a gente vê-lo em plena «visita de constatação».

Pudera! Quem ainda precisa constatar as condições catastróficas a que ficaram votados os cidadãos desta urbe, como poderia constatar o ridículo que incorria, coitadito ... ou, pior ainda, o tremendo atestado de incompetência que passava a si próprio? O Governador Provincial precisa de um UNIMOG para ir a Cazenga.(...)

A solução caricata e ridícula do UNIMOG do Governador é apenas paradigma da forma como eles foram gerindo a coisa pública: Não há electricidade - compraram geradores só para as suas casas. Não há água - cavaram tanques equipados com electrobombas, só para as suas casas. A Educação degrada-se - mandaram os filhos do sistema «estudar» fora às custas do dinheiro de todos. A Saúde idem aspas - estranhas, para que te quero, o Estado paga. O Povo? Esse que se lixe, que se dane. O Povo? Esse fica a ver navios.

Só que as coisas, mais tarde ou mais cedo, acabam por rebentar. Com as chuvas, as soluções só para uns começaram a não funcionar. As estradas estão más para todos, na cidade ou no musseque. Os engarrafamentos idem para todos, até para o mais alto magistrado da Nação. A mosca portadora da cólera ou de outra doença - de sujeira não se irá deter, se tal for o caso, no muro alto de um palacete, ou pelos seguranças da «mwatura». Pousará também no prato do filho do mwata e poderá também contaminá-lo.

Por isso as soluções para a Saúde Pública, o saneamento do meio devem ser globais e incluir todos. A qualidade de vida idem aspas. Ou todos têm, ou ninguém tem. As ruas sujas de lama, o espectáculo deprimente de adultos e crianças dormindo nos bancos

dos jardins deprimem todos. E constituem-se num tremendo atestado - tremendo mesmo - atestado de incompetência a quem governa. Não importa quem governa nem a parte do Mundo que governa. Em todo o lugar onde o Mundo é Mundo, o nome para isso é incompetência. Nos lugares onde as pessoas têm vergonha na cara, ou alguns governantes já se teriam demitido, ou o Governo todo caía.

Mas aqui - ninguém se pasme - o governante responsável pela desgraça colectiva, passeia-se de UNIMOG pelas ruas da capital, «em visitas de constatação para resolver os problemas do Povo».

7.3 Subida de preço na venda informal de água potável

A Capital...12-05-07

Moradores de bairros suburbanos da província de Luanda estão a ser forçados a percorrer largos quilómetros em busca de água potável, uma vez confrontados com a repentina carência e, em consequência, com o aumento de preços no mercado informal de venda do precioso líquido.

A situação não é nova. Há várias semanas que, logo pela manhã, o cenário em vários bairros, em zonas degradadas da capital angolana, não dispensa o frenesim de centenas de populares que vêm e vão carregados de alguidares, banheiras e, sobretudo, de bidões amarelos à cabeça ou arrastados em pequenos carrinhos de mão feitos de metal.

Na zona do Sucupira, no bairro do Grafanil, os bidões amarelos tornaram-se parte do cartão postal, tal é a frequência com que se vêm pessoas aflitas em busca de água para as suas necessidades mais básicas.

Tatiana, de 22 anos, era uma dessas pessoas. Na última terça-feira, 08, demos com ela na rua do Sucupira a preparar a sua última viagem, de um total de dez que efectuou até à vizinha zona do Soque, a três quilómetros de distância, para abastecer de água os reservatórios lá de casa. Na mão direita, levava um bidão amarelo com capacidade para 25 litros e, na mão esquerda, trazia o pano para servir de rodilha e o dinheiro necessário para comprar a água.

«São 80 kwanzas», contou ao semanário A Capital ao referir-se ao preço pelo qual, nas zonas circunvizinhas, se vende um recipiente com capacidade para 25 litros de água. Na verdade, há vários meses que ela dispensa, pelo menos, dois dias nos quais furta-se das suas obrigações académicas para garantir o consumo de água para a família ao longo de uma semana inteira. Situação que, ademais, não lhe é exclusiva, estendendo-se aos demais vizinhos que mal conseguem entender como a situação chegou a beirar do insustentável. A água que consomem, no caso dos moradores do Grafanil, é

adquirida na zona do Soque, onde proliferam residências com reservatórios subterrâneos, cujos proprietários fazem da venda informal de água potável o seu ganha-pão. Mesmo esses, todavia, mal conseguem entender a razão de, nas últimas semanas, a água ter-se tornado tão rara quanto cara.

Lúcia, que reside na zona da Imporáfrica, no bairro da Estalagem, mandou erguer no quintal um tanque com capacidade para 12 mililitros de água para depois vender, a retalho, como ela disse, aos vizinhos e a sedentos moradores de outros bairros mais carentes. No princípio do ano, ela enchia o seu tanque com recurso a camiões cisternas que cobravam a razão de 350 kwanzas para cada mililitro de água. Hoje este valor triplicou. um mililitro de água passou a custar mil kwanzas, sendo que, agora, Lúcia precisa de 12 mil kwanzas para encher completamente o seu reservatório «A água ficou, também, mais cara para quem compra em bidões», disse ela.

«É por isso que temos de andar muitos quilómetros para conseguirmos água», queixou-se, por sua vez, Guilhermina, uma outra moradora do bairro Grafanil. «E ainda temos de pagar o dobro do que pagávamos antes, apesar de tanto sacrifício». (...)

DESVIO DE CONDUTAS

Não é que a rede de distribuição de água, da EPAL, não passe pelo Grafanil. Até passa. Mas o problema é que os populares não conseguem ter água corrente em casa, muitas vezes por culpa de desvios que são feitos mesmo a partir das condutas de água. A moradora Cândida Mendonça queixou-se disso mesmo quando denunciou, para este jornal, que os desvios da conduta de água servem, sobretudo, para abastecer camiões cisternas, com recurso a moto bombas, que se encarregam de vender a água para o resto da população.

As autoridades, segundo a jovem Tatiana, têm conhecimento do facto. Na maioria das vezes, porém, «os donos dos tanques lavam as mãos dos polícias», disse ao insinuar que a corrupção impede os agentes da polícia de reporem a legalidade. Noutras vezes, as autoridades mal se dão conta da existência de tanques de água, pela forma camuflada como os moradores, cientes da infracção, mantêm os camuflados. «A boca do reservatório é tapada e, quase sempre, sobreposta por electrodomésticos», contou Cândida Mendonça.

7.4 Luanda projecta novo plano de recolha e limpeza

A Capital...12-05-07

O primeiro seminário provincial sobre a «Execução do novo modelo de limpeza e de recolha de resíduos sólidos», organizado pelo Governo Provincial de

Luanda (GPL), é uma clara mostra que o lixo continua a representar o principal motivo para a insónia da edilidade.

O que as autoridades de Luanda pretende é inverter o quadro, ou seja, não cruzar os braços mesmo perante uma aparente vitória do lixo, por isso todas as tentativas são necessárias para tornar a cidade capital num espaço agradável, que não propriamente no cenário que se vive actualmente.

O novo plano de recolha de resíduos sólidos é, pois, uma extensão do programa já iniciado pelo Governo de reabilitação e construção de novas estradas e vias estruturantes da cidade de Luanda, onde se contemplam ainda o vasto trabalho de macrodrenagem. Por este facto, o GPL vai procurar exercer uma maior pressão sobre os operadores privados de recolha deste tipo de resíduos, em respeito aos compromissos contratuais assumidos, como forma de obtenção de melhores soluções para equacionar o grave problema social e ambiental provocado pelo lixo em Luanda. Para esta nova fase da aguarda-se pela entrada de sete novas operadoras privadas, que serão escalonadas em alguns municípios, sendo também intenção do GPL a limpeza porta-a-porta e a sistemática campanha de retirada de contentores das vias públicas.

7.5 Água esta difícil até na «fonte»

A Capital...12-05-07

Face a carência de água, notória inclusive ao nível do abastecimento por cisternas, muitos populares são forçados a se deslocar até ao município de Cacuaco para conseguirem água a partir da «fonte». Na zona do Kifangondo, há um posto que o Governo ergueu para a captação de água bruta. E lá onde, todos os dias, se concentram populares e condutores de camiões cisternas, procurando, uns, conseguir água para casa e, outros, abastecer as respectivas viaturas. A procura tem sido tanta que os camionistas decidiram não apenas aumentar o preço de revenda de água como, também, trabalhar apenas sob encomenda. Muitas vezes, os populares que recorrem a Cacuaco para conseguirem, a partir de lá, um camião cisterna cheio de água, acabam por chocar regra geral contra uma mesma resposta: «já está tudo encomendado».

Foi esta a resposta dada, vezes repetidas, a António, um morador do bairro da Petrangol que, de igual modo, há vários dias que não vê jorrar águas das torneiras. Mesmo depois de seis horas de espera, mal conseguiu arranjar água para o que apenas viria a acontecer duas horas depois, tendo, todavia, de pagar muito mais caro pela cisterna do que o preço habitual. Os camionistas dizem que, agora, a concorrência, assim

como lamentam do congestionamento do trânsito. Perante tal quadro, eles tomaram a liberdade de fazer subir o preço de revenda de água e reduzir as viagens longas para abastecer a clientes do centro da cidade. Armando, um camionista, diz que paga 400 kwanzas para encher a sua cisterna com capacidade para 12 mil litros que, posteriormente, vai revender aos populares ao preço de 12 mil kwanzas. «Também aumentamos o preço, sobretudo quando sentimos que há carência na cidade», confessou António.

7.6 Empresas são responsáveis pela falta de electricidade em Luanda

A Capital...12-05-07

A Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL) está desapontada pela frequente destruição da estrutura da rede de fornecimento de energia eléctrica à cidade desencadeada por empreiteiras vocacionadas para a construção civil e saneamento básico. O chefe do Departamento de Condução de Redes (DCD), Pedro Bila Pinto, disse que em cada mês, mais de três cabos de alta, média e baixa tensão, vulgos PT s, postos de electricidade e de iluminação pública e outras estruturas eléctricas, são destruídos por empresas de construção».

A EDEL, para contrapor essa acção destruidora precisa de dispor de um Departamento de Cadastros que permitirá o fornecimento de detalhes sobre a localização das estruturas subterrâneas de electricidade de todas as empresas antes de escavarem e erguerem edifícios ou recolherem resíduos sólidos.

«Ao contrário do que se espera, grande parte dessas empresas não solicita tais informações e, quando começam a trabalhar, o resultado final são destruições dos meios eléctricos, deixando assim dezenas de cidadãos sem este bem público», explicou.

A direcção da EDEL preocupa ainda o facto de certas empresas se furtarem a responsabilidade de custear os danos que causam, através da compra e montagens de novos equipamentos. Por isso, a EDEL já pensa em envolver a Polícia! e outros órgãos judiciais como recurso para exigir a reposição da legalidade pelos danos causados.

Ao cair da tarde de terça-feira, 1, por exemplo, uma empresa estrangeira de construção civil que não fomos a tempo de identificar, atingiu com pás escavadoras o cabo de 60 mil Megawatts (MWs) na zona do embondeiro do Cazenga, deixando parte deste município às escuras.

Mas não são apenas as empresas estrangeiras de construção civil. De acordo com o morador e funcionário reformado da EDEL, Armindo Nzento,

ouvido por nós, a última reabilitação do troço Bungo/Roque Santeiro, levou a Empresa Nacional de Estrada de Angola (INEA) a destruir parte da rede eléctrica da Boavista, cuja normalidade não foi restituída até ao momento.

Um estudo organizado pelo DCD que visou apurar as causas do aceleramento da degradação dos equipamentos, mostra que as empreiteiras de recolha de resíduos sólidos são também responsáveis pela destruição das pequenas estruturas de fornecimento de electricidade.

Para além de derrubarem paredes e postos eléctricos, as empresas em causa arrumam os pilares dos edifícios e partem passeios na via pública. Empresas como a Cogite, Serviços Ambientais (CSA), Rangol, Elisal, Envirobac, BEL e Casa Militar, são as que mais provocam danos nas redes de electricidade durante as escavações.

7.7 Encalha projecto de recolha de lixo

Cruzeiro do sul...19-05-07

Governantes e populares têm culpa no cartório.

Os governantes porque deviam reparar as vias de acesso, proporcionar iluminação pública. Os governados sabem da existência de horários próprios para o depósito do lixo e nos locais indicados.

A caminho de dois anos depois da sua implementação os resultados do projecto continuam muito aquém das metas traçadas, na medida em que os aglomerados de crescem vertiginosamente ao longo das distintas ruas da cidade capital motivado por mau comportamento dos populares bem como a criação de medidas pelo GPL.

Na hora do balanço empresas encarregues da recolha do lixo nas diferentes zonas a Elisal, entidade reguladora dá actividade e populares acusam-se mutuamente pelo insucesso do projecto que visava limpar a cidade num tempo record.

A Rangol empresa responsável pela recolha de lixo no município da Maianga, atribui as principais responsabilidades do enclanhamento do projecto, às degradadas vias de acesso, à falta de iluminação dessas zonas e aos munícipes, alegando falta de cumprimento dos horários estabelecidos para o depósito dos resíduos sólidos .

As administrações municipais do Sambizanga e do Rangel que também apontam os dedos aos munícipes, subscrevem os argumentos de razão da Rangol garantindo, tudo fazerem para contornar-se o actual quadro grotesco.

As referidas entidades prometeram colaborar com as empresas responsáveis pela recolha do lixo, através de

identificação de zonas críticas.

O funcionário da SGO, João Bento afirma que empresa tem muitas dificuldade para recolher e limpar as zonas periféricas, pois existe muita delinquência, falta de iluminação e, "em função disto é difícil recolher as grandes quantidades de lixo", justificou.

Especialistas Márcio velho da Silva e Fritz Luchr Filho da área de planeamento da SGO, encarregue de limpar o município do Rangel dizem que estão operando com camiões, compactadores e vão colocando os baldes ao longo das vias.

Na periferia onde têm 12 tractores, atrelados que circulam durante o horário diurno das 6 às 14 horas reconhecem a existência de grande, dificuldades nessas áreas devido as grandes quantidades de águas estagnadas falta iluminação pública o elevado indice de delinquência e o péssimo estado das vias.

Defendem ainda que se deve sempre ter em conta as características dos locais pois nos horários diurnos deve-se fazer nas áreas não urbanizadas e nos horários nocturno nas áreas urbanizadas acrescentando que o lixo existente é colado fora do horário estabelecido.

Segundo a fonte que vimos citando, a situação do lixo em Luanda não é só uma questão de educação. Ela enquadra-se dentro de duas questões que são social e económico, porque não depende unicamente da população ser educada "as pessoas têm que ter condições de sair de casa para tirar o lixo até as 21 horas em determinados locais", defendeu.

7.8 Governo da dinheiro aos estrangeiros e nega-o ao Hospital Pediatrico de Luanda

Folha8...19-05-07

A vergonha governativa está ao rubro e agora já nem tem dó da maioria das crianças autóctones, talvez porque as suas quando têm uma febrinha, correm de jatinho para as melhores clínicas do mundo.

"Em Angola o actual Governo tem dinheiro para dar ou pagar aos estrangeiros, como aconteceu com os cerca de 14 milhões que a SONANGOL pagou de fiança ao traficante Pierre Falcone, mas nega-se a pagar, por exemplo, dívidas de 100, 500 ou 600 mil dólares a empresários angolanos, que no tempo da guerra, até colaboraram com as FAA, levando bens, na retaguarda do inimigo", denuncia desolado, o empresário Joaquim Mendes, que se diz desapontado, "pois se soubesse o que sei hoje, melhor faria se tivesse apoiado as tropas rebeldes da UNITA, pois ao menos elas, mesmo não tendo dinheiro, reconhecem quem lhes fez bem". Este desabafo feito a quente, no banco de Urgência do Hospital Pediatrico de Luanda, demonstra a frustração de um homem que rezava para

que os médicos tudo fizessem para salvar o seu filho. "Eles estão sem recursos, para além de não terem água há mais de 10 dias, porque lhes cortaram a água. Isto é uma vergonha! Uma vergonha acontecer e o Presidente da República disse que vai transformar Angola num canteiro de obras.

Eu pergunto, com quem? Com os mortos? Pois se as crianças não têm direito a viver e morrem nos hospitais, por falta de assistência básica, então não haverá muitos angolanos daqui a 10 anos, a não ser que queiram povoar o país com chineses, portugueses e brasileiros ... " O Folha 8 esteve no local e confirmou o corte de abastecimento de água potável, pela EPAL, agravando as dificuldades de laboração e atendimento. "Estamos sem água corrente e temos apenas agora a dos reservatórios, que não é suficiente para manter a limpeza do hospital", disse a médica Margarida Correia, chefe do banco de urgência, acrescentando ter sido contactada, no dia 11, a direcção da Empresa Pública de Águas de Luanda, que disse não ter possibilidades, na altura, para resolver a questão, "porque a interrupção no abastecimento da água se devia às obras que estavam a ser realizadas nas redondezas do hospital".

"Savimbi já morreu, agora de quem é a culpa?"

Esta unidade hospitalar, que está a rebentar pelas costuras, regista mais de 100 crianças internadas dia, algumas nos corredores e, na altura da nossa reportagem, exalava um cheiro nauseabundo pelo ar. Horrível, para doentes e não só, devido às fezes no chão das casas de banho, alguns corredores, enfim .. enfim em qualquer canto, num, canto onde desse para defecar, sem a preocupação de deitar água, que faltava. É uma vergonha isto acontecer na maior unidade estatal da especialidade em Luanda, "cidade onde vive o Presidente da República e todo o seu Governo. Se na capital é assim, imaginem o que se passa nas províncias e a forma como morrem as crianças da Angola profunda", disse Maria Juliana.

Técnica média de economia, ela diz não ter salário para levar a filha de 5 anos a uma clínica; "o meu marido não é general rico, nem boss, por isso sujeito-me mesmo aqui, nesta desgraça", afirmou, acrescentando o facto "de ser uma vergonha quando num país, não existe um hospital público que os cidadãos possam confiar, quando na Namíbia e na Zâmbia que, aparentemente são mais pobres, os seus hospitais públicos têm condições. Muitas vezes trazemos o doente com uma doença e devido às condições dos nossos hospitais, ele sai com outras endemias. Sinceramente estes senhores estão a gozar com o povo. Se o Savimbi já morreu então quem é o culpado de tanta incompetência dos dirigentes que nos governam desde a independência? Da chuva? Tenham coragem e demitam-se!"

Este é um forte estado de revolta popular, devido ao péssimo atendimento das unidades sanitárias do país e o governo deve saber ler estes sinais dos tempos, para melhorar a sua prestação no geral e em à Pediatria, em particular, pois o banco de urgência, mais se parece com o balcão de um talho. É urgente mais humanização do local.(...)

A pediatria de Luanda é a única unidade existente no país e regista uma média diária de 15 a 20 mortes. Uma das justificações destas cifras é o reduzido número de médicos e enfermeiros para atender a elevada procura e o volume de internamentos, que chega a atingir a cifra diária de mais de 100 crianças, na sua maioria com problemas respiratórios, diarreias e malária. Recorde-se, sem que isso tenha a ver com esta matéria se de repente o Papa visitasse fizesse o mesmo aviso aos nossos dirigentes, por tanto sofrimento a que está sujeito o povo e os alertasse que Deus os espera para o juízo final.

7.9 EPAL prevê construção de 1200Km de rede por dia

Jornal de Angola...26-05-07

O plano director da Empresa Pública de Água, (EPAL), estabelece a construção de 1.200 km de rede por dia até 2025, com o objectivo de abastecer água potável cerca de 90% da população de Luanda, anunciou o administrador da rede e distribuição da referida empresa" engenheiro Leonildo Ceita.

Falando a propósito das constantes restrições que se verificam no abastecimento normal de água potável na cidade capital, o responsável referiu que, de um modo geral, estão em execução projectos de melhoria, entre os quais se inclui o projecto de reabilitação da rede de distribuição de água de Luanda, a cargo de uma empreiteira chinesa.

"Neste momento os projectos em execução prevêem a substituição de quase 400 quilómetros da rede de distribuição. Igualmente estão a ser criadas condições de lançamento de uma conduta e ainda a construção de Centros de Distribuição (CD)", disse.

Segundo o engenheiro Leonildo Ceita, a capacidade de reserva de água não tem constituído problema ao contrário da "velha e conseqüentemente deficiente rede de distribuição".

"Realmente temos uma média de quase 40 roturas por dia. Quando acontece num ponto estratégico somos obrigados a isolar uma extensa área .e, conseqüentemente fazer a paragem dos CD e por vezes própria estação de tratamento de água", reconheceu.

O responsável especificou que no casco urbano a empresa trabalha na substituição da rede nos bairros do Miramar, Operário, Cruzeiro, São Paulo e Prenda.

Entre estes, apontou o bairro da Vila-Alice como a zona cinzenta, motivada pelo fecho de algumas válvulas no passado, por parte de trabalhadores da empresa ali residentes com o intuito de direccionar a água nas suas residências.

Neste particular, o administrador da rede e distribuição da EPAL avançou que a empresa já dispõe de equipamento de detenção de fugas invisíveis de válvulas. Garantiu que já se pode desenvolver um trabalho de pesquisa e levantamento das válvulas desconhecidas. "Descobrimos mais, de trezentas válvulas num período de menos de dois meses. Com a criação do sábado da EPAL tencionamos descobrir outras, verificar, manter e ainda substituir outras", esclareceu.

A par disso, precisou, o projecto de reabilitação da rede de distribuição de água de Luanda engloba igualmente a construção de novas redes, sobretudo nas zonas periféricas, nomeada, monte no Camama, Benfica, Cazenga entre outros

7.10 Governo investe USD 20 milhões numa central de tratamento de água

Angop...28-05-07

Pelo menos 20 milhões de dólares norte-americanos serão empregues, a partir de Junho do ano em curso, na construção de uma nova central de captação e tratamento de água potável, para a cidade do Kuito, província do Bié, visando melhorar o abastecimento de água naquela região.

O projecto, segundo revelou neste fim-de-semana no Kuito o director nacional das águas, Gomes Silva, durante o acto de consignação da empreitada prevê igualmente a construção de uma conduta adutora e um reservatório para armazenamento de água. O empreendimento, cujas obras terão a duração de 18 meses, após a sua conclusão, irá produzir 300 metros cúbicos de água/dia, quantidade suficiente para satisfazer as necessidades dos habitantes da cidade do Kuito.

Na ocasião, o governador do Bié, José Amaro Tati, congratulou-se com a iniciativa do Ministério da Energia e Águas em pôr à disposição das populações um bem indispensável.

O governante aproveitou a ocasião para orientar as autoridades da administração do Kuito a combater a construção desordenada de moradias nas margens dos rios que circundam a cidade, nomeadamente Kuito, Cagolo, Cuquema e Cussola, por forma a não poluir a água e que chegue a todos os bairros da cidade. As obras de construção do novo centro de captação e tratamento de água da cidade do Kuito estará a cargo

da empresa de construção civil Chinesa "SinoHydro
Corporetiom Lda".

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Lider religioso apela para preservação da paz

Jornal de Angola...07-05-07

O reverendo da Igreja "Assémbleia de Deus Pentecosta" Francisco Sebastião, apelou hoje, em Luanda, aos cristãos e a população em geral para contribuírem para a preservação da paz e "a reconciliação nacional no país.

Dissertando durante a homilia do culto ecuménico, realizado na Igreja Assembleia de Deus Pentecostal, o reverendo destacou a paz como um "bem muito importante para a população" que permite a execução de "programas tendentes a melhoria das condições sócio-económicas do povo.

"Ser cristão é como uma janela aberta onde todos encontram motivação para dar solução aos vários problemas que enfrentam no dia-a-dia, referiu.

Francisco Sebastião acrescentou que, a igreja exerce um papel fundamental, na medida em que contribui para a paz de espírito das pessoas' levando-as a acreditar que tudo é possível. e com 'trabalho consegue-se alcançar os objectivos é melhorar o modo de vida.

"Devemos esquecer as mágoas da guerra, vamos trabalhar para uma Sociedade unida e sem ódio, onde todos se. tratem como irmãos, rumo a reconstrução e o desenvolvimento do país", preservação da paz.

8.2 Recolha de armamento na posse dos civis

Jornal de Angola...09-05-07

O Conselho Consultivo do Ministério do Interior recomendou a contínua recolha de armamento em posse de cidadãos civis, quer através de campanhas de sensibilização, quer por meios coercivos. Questão: o que acha desta recomendação?



Israel Agostinho, ardina

Sou de opinião de que não se deve desarmar os civis, porque muitos destes fazem o uso das suas armas para se defenderem dos assaltantes. Reconheço entretanto que há pessoas que têm em sua posse armas de fogo e fazem mau uso delas inconscientemente.



Artur Bemardo, estudante

Acho correcto o desarmamento de civis, mas não. creio que todos vão aceitar entregar as suas armas de "mão beijada". No entanto acho certo as autoridades competentes procederem o desarmamento, subsidiando essas pessoas.



Venâncio Durivaz, protecção física

Estou plenamente de acordo com a recomendação, porque muitos desses civis que têm em sua posse armas de fogo são os que fazem disparos anárquicos nos bairros e são marginais.



António Manuel, comerciante

Pelo que eu saiba, esta recomendação já vem sendo concretizada. Uma vez que o índice de delinquência juvenil vem aumentando nos últimos tempos, acho certo o Governo continuar com este trabalho de desarmamento.



Nelson António, estudante

É muito triste saber que civis têm em sua posse armas de fogo. Acho correcto que desarmem os civis.



Elias José, ardina

Acho muito certa esta recomendação, mas também é necessário investigar como muitos cidadãos civis adquirem armas.



José dos Santos, estudante

Acho que o Ministério do Interior procedeu muito bem ao recomendar a continuidade da recolha de armamento na posse dos cidadãos civis. Não concordo com o argumento segundo o qual as armas servem para

se defenderem dos ladrões. Já temos a Polícia para nos proteger.



Luís Paulo, estudante

Em minha opinião, a recomendação é oportuna, uma vez que vai contribuir para a diminuição da delinquência.

8.3 Detenção por algumas horas do padre Congo provoca manifestação de protesto com disparos á mistura

Angolense...01-05-07

O padre Jorge Casimiro Congo, um dos defensores da auto-determinação do enclave de Cabinda, foi posto em liberdade depois de ter sido detido no passado sábado, pela Polícia de Investigação Criminal, quando se dirigia para urna pequena localidade ao sul da cidade de Cabinda, onde tornaria parte das cerimónias do aniversário de um movimento religioso de oração, por si fundado.

A detenção do sacerdote gerou urna onda de protestos que mobilizou centenas de fiéis, numa manifestação até à unidade prisional no centro da cidade e na direcção da Polícia de Investigação Criminal, locais onde Jorge Casimiro Congo e alguns membros que o acompanhavam na viatura, foram mantidos sob custódia.

Do incidente, uma pessoa foi gravemente atingida por uma bala, já que a Polícia teve que recorrer a armas de fogo para dispersar a multidão e proteger as instituições da invasão popular. Para Casimiro Congo, a sua detenção visou pura e simplesmente sabotar as celebrações da Páscoa, pelo seu movimento de apostolado, e acusa alguns membros da Igreja Católica local de estarem por detrás do seu aprisionamento.

«Não pode ser uma coisa tipicamente governamental. Já sabemos que alguns membros da Igreja estão metidos nisso. A primeira conclusão que tiro é que os violentos vão se aproveitar da Igreja para me matar e os que pensam que a resolução do problema de Cabinda passa por mim e que sou a causa de tanta resistência vão se aproveitar dessa mesma Igreja, a qual amo e pertença para me fazerem mal».

O sacerdote disse, no entanto, estar preparado para o que der e vier. «É interessante que eu não mexi um mínimo cabelo de medo ou de preocupação, tanto é assim que no lugar em que me puseram acabei por ter sono, porque tinha a plena consciência que nunca ia ter razão na minha vida, neste tempo que não é meu. Mas

há uma coisa que me chamou atenção. Primeiro, sou uma grande personalidade e que este mundo todo gira à volta de mim. Em segundo, que afinal de contas ainda faço sonhar.

«Você sabe que o comportamento assumido por este cidadão mostra-se susceptível de enquadramento jurídico penal nos termos do artigo 188 do Código Penal, conjugado com o artigo 23 do Decreto- Lei 231/79 de 16 de Julho, sobre a condução ilegal. Posto na Direcção de Investigação Criminal e porque ele tem uma claque muito elevada, esta mesma claque dirigiu-se para a cadeia e, na tentativa de invadirem a cadeia civil, a Polícia teve que corre-los e uma dessas pessoas tropeçou e caiu. Sabe que a Polícia para desactivar e evitar a acumulação de gentes tem métodos próprios a aplicar e são os métodos que a polícia utilizou para correr com o aglomerado de cidadãos que tentou invadir a cadeia civil, com o pretexto de que o padre Congo estava preso».

O investigador afirmou igualmente que Casimiro Congo estava preso porque foi advertido e que pessoalmente reconheceu que estava ilegal, tanto é assim que hoje compareceu na Polícia de Investigação Criminal munido da carta de condução e que infelizmente não lhe dá a possibilidade de conduzir em virtude de ter expirado no passado dia 28 de Março.

O sacerdote negou contudo que a falta da carta de condução justificasse a sua detenção, razão pela qual concluiu que terá havido uma premeditação já que no mesmo dia um outro grupo juvenil da Igreja Católica, pertencente ao movimento que se opõe ao bispo Filomeno Vieira Dias foi impedido de seguir viagem para uma outra aldeia perto da cidade de Cabinda, onde pretendia realizar as celebrações da Páscoa juvenil. Casimiro Congo diz ainda haver demasiada coincidência com movimentos estranhos de pessoas armadas que nos últimos dias têm vigiado a sua residência com planos de o assassinar.

8.4 FLEC ataca destacamento das FAA

Folha8...19-05-07

Para desgraça nossa e para desgraça dos nossos filhos e netos se as coisas continuarem doravante neste pé, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, FLEC, traiu o magnífico patriota Bento Bembe, obreiro aplicado e bem pago duma paz de fachada em Cabinda, e desmentiu peremptoriamente a balofa propaganda governamental em prol da paz total em Angola, ao atacar selvaticamente dois destacamentos de pacíficos soldados das FAA, fazendo ruir o essencial da fachada que o memorando de paz e as fantochadas de Bembe mantinham de pé com destacamentos do SINFO, da

Polícia Nacional e das FAA a operar em grande em toda a extensão do enclave.

O drama anunciado pelo vazio político das negociações entre cabindeses escolhidos a dedo pelo Governo e os representantes deste último, numa paródia pegada de condescendentes "sins" a tudo o que o outro aferia, deu nisto. E o andor ainda vai no adro, porque só um cego ... um cego não, esse também pode ver se pensar um pouco, só um iluminado do miolo não vê. Para desgraça nossa, não há acordo de paz nenhum, não há paz em Cabinda e tudo o que foi feito até esta data no sentido de encontrar um consenso que leve a uma real e verdadeira paz entre angolanos, tem que ser feito a partir da estaca zero. Quer dizer, Luanda tem que dialogar com os homens indicados pela FLEC e não com agentes cooptados!

Quem se afastar desta premissa está condenado ao fracasso total da sua iniciativa.

E porque essa é a realidade, a FLEC esqueceu-se de que havia paz e entrou de novo em acção após algum tempo de temporização por razões estratégicas. O drama aconteceu esta semana, tal como a organização independentista cabindesa anunciou a 16 deste mês, com a morte de 21 soldados das Forças Armadas de Angola, FAA, vítimas de duas emboscadas a 12 e 13 de Maio no enclave. Segundo um militar da FLEC, o comando da zona sul do Necuto efectuou uma emboscada a 12 de Maio contra um veículo militar das FAA que transitava entre Conde Malonda e Caio Juala, numa localidade conhecida como Mbata Mafugo, causando 18 mortos e sete feridos nas tropas governamentais.

O mesmo militar confirmou que a FLEC «não conseguiu recuperar o armamento devido estar na proximidade de dois quartéis».

No dia seguinte, 13 de Maio, duas patrulhas das FAA que efectuavam controlos nas zonas atacadas pela resistência, foram vítimas de novas emboscadas da FLEC que teriam provocado «três mortos e 12 feridos angolanos», confirmou a mesma fonte da resistência em Cabinda que afirma que os combates têm prosseguido no enclave.

Estes dois ataques da FLEC acontecem pouco após o término da formação militar em Benguela de 200 ex-resistentes da FLEC Renovada que passaram a integrar as FM, e a polícia Nacional, no quadro dos acordos firmados na província do Namibe entre António Bento Bembe e o Governo de Luanda.

A FLEC, e o presidente do movimento Nzita Tiago no exílio em França, não reconheceram a legitimidade de Bento Bembe para estabelecer acordos com Angola os quais consideram que não respeitam as «aspirações e o direito à autodeterminação do povo de Cabinda».

O Governo e a equipa de Bento Bembe não confirmam que os combates ainda prosseguem em

Cabinda, todavia a forte presença militar no enclave ilustra a dificuldade da aplicação do cessar-fogo assinado entre responsáveis da FLEC Renovada e Luanda.

8.5 O Calvário da integração dos Búfalos

Folha8...19-05-07

O comando Superior dos Comandos Búfalos, fez distribuir uma Nota de Imprensa em Luanda, datada do 16 do mês em curso, na qual dá a conhecer que a sua corporação continua a viver um calvário que já data de há muito tempo atrás, para chegar ao que mais anseia, ser integrada nas FAA.

Para esse efeito, e a partir da data de entrada da petição ao presidente da República de "Reenquadramento dos Comandos Búfalos nas FAA e na Polícia Nacional (PNA), foi criada uma Comissão de Negociações de Conflitos que, por via da referida Nota de Imprensa apresenta o seu 1º Relatório a partir da correspondência dirigida a Sua Excelência o Senhor Presidente da república, com o conhecimento de todas as estruturas do Governo da república de Angola (...)". De recordar que os Comandos Búfalos tinham integrado as forças militares do Galo Negro no decorrer da guerra civil que opôs o Governo à UNITA, e realizaram uma série de acções de guerra em seu nome. Ora segundo a direcção dos ditos comandos "A UNITA usou-nos para fazer guerra nas matas, e terminada a guerra, a UNITA abandonounos". E como prova disso avançam com as últimas novas do processo em que estão envolvidos para levar avante a sua integração nas FAA e na PNA. Segundo esse 1º relatório, a distribuição da correspondência do pedido de Reenquadramento teve início no passado dia 5 de Março de 2007.

Logo a seguir, no dia 15 desse mesmo mês um dos generais dos Comandos, acompanhado por uma equipa dos meios de comunicação social estatais - Jornal de Angola e TPA - assim como por várias figuras do Estado encontrou-se em Luanda, no Largo da FILDA, com alguns membros do governo e concedeu uma entrevista de esclarecimento sobre o reenquadramento militar dos Comandos. Depois disso, seguiu-se um tempo de acalmia, durante o qual o processo corria paulatinamente os seus trâmites. Mas, no passado dia 15 de Maio, pelas 22 horas e 30 minutos, o mesmo general que tinha concedido a entrevista no Largo da Filda, foi capturado pela Polícia Nacional na cidade do Sumbe, logo a seguir a um encontro tido com o secretário provincial da UNITA do Kwanza-Sul. Pelo que está escrito no referido comunicado dos Comandos Búfalos, o secretário provincial apoderou-se do Certificado que até essa data era distribuído pelos

homens dos Comandos e foi fazer uma queixa à Polícia Nacional, que, usando da sua competência, prendeu o general.

8.6 Solução dos conflitos implica educar as populações

Jornal de Angola...20-05-07

O docente de história do Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED), Cornélio Caley, afirmou que a solução dos conflitos armados em África passa, necessariamente, pela educação escolar das populações do continente.

"A solução dos conflitos passa pela educação. É preciso apostar na escola, na medida em que a escola é Historiador Comélio Caley que traz nova mentalidade. A escola forja as novas identidades, permite que as pessoas conheçam-se e respeitem-se", esclareceu.

O professor universitário afirma que cada africano tem que se educar, formar-se o suficiente para conhecer o continente, de modo a influenciar a família e a sociedade, porque a família, sendo o núcleo da nação angolana pode influenciar bastante para a unificação da família africana. Cornélio Caley, sobre a origem dos conflitos, assegurou que são devidos a culturas divididas e aos problemas étnicos, sem descurar "a incapacidade de alguns líderes de gerir o erário público, o que tem provocado a pobreza e o analfabetismo no seio das populações".

Vários analistas europeus e até africanos traçam um quadro negativo do continente africano. Nesse aspecto, o professor universitário acusa o Ocidente de instigar os conflitos, opondo os africanos uns contra os outros. Segundo ele, quem geriu estes territórios foram os europeus e o fizeram em detrimento das populações indígenas. Para ele, os africanos construíram as pontes, os palácios, os edifícios, para beneficiarem os europeus. Porém, quando estes se retiraram dos territórios ocupados, fizeram tudo para desarticular estas nações.

No dizer de Cornélio Caley, são estes observadores que estão pessimistas em relação a África; porque, ainda nos dias de hoje, alguns deles querem ver um continente completamente desarticulado, a fim de regressarem como senhores. O docente universitário diz que sobre o 25 de Maio, faz uma "leitura positiva, porque é um percurso histórico que data desde o tempo da escravatura à independência. Ao longo deste período, deram-se passos positivos, sobretudo porque já se está a falar de um governo de Unidade africano".

Caley é de opinião que o continente está a absorver os valores ocidentais importantes como por exemplo a democracia e a economia de mercado. Ademais, "se fizer um bocado mais de leitura, verá que os conflitos estão confinados.

Quer dizer que já há menos conflitos ao que havia há 15 ou 20 anos. Os golpes de estado fazem parte do

passado, para o continente africano".

O historiador recorda que a África tinha os seus reinos, a sua administração política e administrativa, incluindo as suas civilizações e culturas. Porém, com o surgimento dos colonizadores criaram-se novos territórios, novos países e isso prejudicou as identidades" dos nativos que poderiam evoluir como nações integradas.

Para melhor ilustrar, deu como exemplo o que os portugueses fizeram ao dividir o reino do Congo pelo meio, igualmente o do Kwanhama e da Lunda. Assim, o entrevistado é de opinião que a Organização de Unidade Africana (OUA) cumpriu com o seu objectivo mínimo, que consistiu nas independências dos países do continente. E com o surgimento da União Africana (UA), no dizer do professor Caley, o continente está realmente a encontrar estabilidade.

O especialista em assuntos africanos aconselha os governos africanos a disponibilizarem maior atenção aos especialistas do continente, no sentido de impedir-se que haja a fuga maciça dos melhores cérebros para outros países, sobretudo os do ocidente

8.7 Violência e perseguição política ameaçam a paz

Folha8...26-05-07

A Diocese da igreja Católica, na província do Bié, apela as autoridades governamentais, partidárias e a sociedade civil a tolerância e a não instigação do ódio ou da discriminação, entre os cidadãos dos diferentes partidos.

"É preciso preservar a paz, com actos de tolerância, para que não se desmorone, de novo, o sonho de paz entre os angolanos. Para isso é preciso haver esforços de todas as partes para uma verdadeira conciliação, entre os irmãos antes desavindos, pela forte carga ideológica, que separava até filhos da mesma mãe". Uma carta assinada pelo clero local, chegada a redacção do Folha 8, deplora a generalização crescente da violência, consubstanciada "em espancamentos, violações de menores, roubos, situação que esmaga o valor sagrado da vida".

E não ficam por aqui, as críticas sobre a violência muitas vezes instigada por alguns agentes da Polícia e das FAA, que lideram descatos por terem armas e por isso muitas vezes se "apoderam dos bens da população, que estão nas lavras".

Este tipo de violência é desnecessária e não ajuda a criar a confiança, entre a população e os agentes da autoridade. "Não podemos deixar que vidas humanas continuem sendo ceifadas por obscurantismo incentivado pelo lucro", alerta o clero, apelando às famílias, comunidades cristãs e a sociedade em geral a

empenharem-se todas para que se reverta a actual situação de instabilidade, na província. A igreja tem recebido muitas denúncias de abusos de poder, praticados por representantes dos órgãos governativos, sobas ou líderes partidários que abusam das suas prerrogativas, para impôr uma autoridade do terror, quando "numa democracia o poder deve ser sempre exercido em nome do povo e a ele submetido".

Recorda-se que a oposição também tem vindo sistematicamente a acusar a Polícia Nacional e a Defesa Civil (DC) em actos de violência e perseguição política contra os seus dirigentes e militantes, pressionando, por esta razão, o Governo e o partido no poder para encontrarem as vias de resolução destes actos de violência que se fazem sentir na província.

Os partidos da oposição denunciam ainda a existência de "uma grosseira sobreposição entre os poderes político e judicial para negar direitos políticos e abrir precedentes graves, limitando a acção dos agentes partidários".

E o grave é ainda haver, uma partidarização da bruxaria, segundo denuncia de António Kalenda, da FNLA ao afirmar que um feiticeiro que provocou sérios danos a várias pessoas da sua sanzala, em Katchenga, no Belo Horizonte, por pertencer ao comité do MPLA, está a ser protegido pela Polícia, que não o quer levar a julgamento. Este caso foi também reconhecido no documento dos padres, quando diz que "no Bié os adivinhadores arrogam-se ao direito de decidir sobre a vida dos populares, espalhando o terror nas famílias, muitas vezes com o consentimento dos sobados e regedorias e outras autoridades".

8.8 Métodos de resolução de conflitos serão debatidos hoje em Luanda

Jornal de Angola...28-05-07

O Ministério da Justiça promove hoje, no Centro de Convenções de Talatona, um seminário internacional para abordar os "Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos".

Enquadrado no processo de reforma da justiça e do Direito em Angola, o encontro, que decorrerá sob o lema "Por um sistema de justiça mais célere e eficaz", vai abordar métodos alternativos de resolução de conflitos, baseados na conciliação e mediação. O encontro pretende recolher junto da sociedade civil contributos para o enriquecimento do ante-projecto de lei de conciliação e mediação. Segundo a chefe de departamento de instrução e justiça extrajudicial do Ministério da Justiça, pretende-se com isto um centro de conciliação e mediação de conflitos que funcionará paralelamente aos tribunais, ajudando a formar acordos

com carácter de sentença e descongestionar os tribunais Para Esmeralda Man-gueira, os métodos têm por finalidade a resolução de pequenos conflitos pela via pacífica, sem recurso a altas instâncias judiciais.

"Uma criança que não tenha apoio do pai, por exemplo, é uma situação que pode encontrar solução imediata num desses métodos", sustentou. Para o efeito, serão, criados centros especializados dos quais o cidadão poderá recorrer em busca de solução imediata de um conflito. Em todo mundo tem sido cada vez mais frequente o uso de meios alternativos para a resolução de conflitos', evitando assim os inconvenientes do sistema formal de justiça, tais como a morosidade e o excessivo encargo financeiro. O encontro, com a duração de dois dias, vai discutir ainda matérias como "A criação da Lei da Mediação", Criação de Centros de Conciliação e Métodos de Resolução de conflitos", "O Papel do Juiz e do Ministério Público na Conciliação e Mediação", "A Composição do Tribunal arbitral" e "A Justiça Tradicional em Angola".

Serão prelectores portugueses e brasileiros, com destaque para o ex-presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, Jaime Cardona Ferreira, e do Conselheiro de Mediação de S.Páulo, Braga Neto.

O encontro terá ainda como palestrantes Carlos Feijó e Raul Araújo.

Cerca de seiscentas pessoas, entre psicólogos, sociólogos, juristas e membros de ONG participarão no evento.

8.9 Refugiados angolanos na Zâmbia têm garantias de regresso ao país

Jornal de Angola...21-05-07

O director do Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Angolanas no Exterior do Ministério das Relações Exteriores, Sebastião Ndombaxi, garantiu em Solwezi, província do Noroeste da Zâmbia, que vai trabalhar com as autoridades locais para que os mais de 18 mil refugiados angolanos que ainda se encontram em diferentes localidades daquele país regressem de forma espontânea.

Sebastião Ndombaxi encontra-se na República da Zâmbia à frente de uma delegação da instituição que dirige. O objectivo principal da missão é inteirar-se das verdadeiras razões que condicionaram o regresso dos angolanos que lá se encontram.

Durante os encontros que manteve com os refugiados nas cidades de Lusaka, Chingola e Solwezi, estes manifestaram o desejo de regressar ao país, tendo criticado a Comissão Tripartida para o Repatriamento Organizado e Voluntário dos Refugiados Angolanos na

Zâmbia pela lentidão registada durante a última operação de regresso.

Os refugiados alegaram também que a operação de regresso "pecou pela fraca campanha de sensibilização", situação que entendem ter sido agravada pela deficiência no esquema de transportes que os deveria recolher nos pontos de concentração e encaminhado para o Aeroporto Internacional de Ndola.

Segundo uma nota de imprensa da Embaixada de Angola na Zâmbia, "muitos desses refugiados venderam todos os seus haveres, na ânsia de poderem voltar ao país e hoje enfrentam enormes dificuldades, sobretudo a penúria alimentar nos lugares onde estão instalados".

A delegação do Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades no Exterior deslocou-se também à cidade do Mongu, província do Ocidente, para constatar, "in loco" a situação dos refugiados angolanos que se encontram naquela localidade, que faz fronteira com a província angolana do Kuando Kubango.

Mongu alberga igualmente antigos guerrilheiros da luta de libertação de Angola. Sebastião Ndombaxi acalmou os ânimos dos refugiados prometendo tudo fazer para tentar minimizar a situação.